Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 61.º N.º 20 797
Março 1982
Quarta-feira

10 15$00

Com apoio de 65 dos seus 82 deputados

PSD aceitou promover debate sobre o aborto

Mais de 50 por cento dos deputados sociais-democratas – 65 num total de 82 – subscreveram um abaixo-assinado solicitando um amplo debate nas estruturas do partido em torno da legalizaçao do aborto. A pretensao foi aceite pela Comissao Permanente do PSD que, para o efeito, abre o orgao oficial do Partido, «Povo Livre», à publicaçao de depoimentos e artigos diversos. O abaixo-assinado alude ainda à necessidade de concretizar o disposto no programa do PSD que preve a revisao da incriminaçao do aborto.

Pag. 4

Amanhã no "DL": as "últimas" de João Morgado (CDS)

Acto sexual? Nunca antes do casamento

«Ó Morgado, aproveite a onda de celebridade» – respondia Natália Correia (PSD) a João Morgado (CDS), ontem à tarde num dos corredores do Parlamento. Ele foi o autor da frase «o acto sexual é para fazer filhos» (amanhã publicaremos o Registo do Diário das Sessões). Ela foi autora da «boca» «Já que o colto – diz Morgado...».

Minutos depois João Morgado concedia uma entrevista ao «DL».

Manifestou-se contra a pílula, o divórcio, o aborto e pela virgindade no casamento. «Pecado», «confissão», «absolvição» aparecem ao longo de toda a entrevista. «Mas, sr. deputado, não acha que certos dirigentes defendem essas teorias, mas depois, na prática...». «Mas escuta – responde João Morgado – mas porque é que há-de ser um exemplo aquilo que eles fazem e não aquilo que eles dizem?»

«Mas senhor deputado, a gente levou à Eurovisão, antes do 25 de Abril, uma canção que dizia: quem faz um filho fá-lo por gosto. E agora». «Pois é, já tinha pensado nisso. Significa apenas que se empenharam nisso. A maior parte das vezes faz-se sem saber...»

João Morgado deputado do CDS e representante deste partido, na Comissão de Revisão Constitucional, segundo nos disse. Esta é a opinião do deputado João Morgado. É a dele. A angústia, foi que durante 50 anos foi a doutrina oficial, foi a mentalidade do Estado.

Gonçalves Pereira

Portugal quer petróleo de Angola

O ministro Gonçalves Pereira pediu esta manhã, em Luanda, no decorrer de conversações com Lopo do Nascimento, titular do Plano e do Comércio Externo da RPA, que Angola reserve para Portugal uma parte do seu petróleo. O responsável do MNE afirmou que Portugal está dependente do Médio Oriente, muito em especial do Iraque, para se abastecer de petróleo e que gostaria muito de poder também contar com fornecimentos de Angola. Lopo do Nascimento, que indicou estar previsto um aumento da produção petrolífera angolana, a partir de Setembro, falou do interesse de Luanda em diversificar a lista dos seus compradores de petróleo e adiantou que Angola vai fornecer combustível a todos os Estados da Linha da Frente (África Austral).

Pág. 5

Interpelação da UEDS ao MAI

Parlamento desmonta "insurreição"

Ângelo Correia «aproveitou o pretexto da convocação da greve geral para reabilitar a imagem devradada do Governo na opinião pública, pelo recurso ao anticomunismo mais primário, pelos apelos à ordem e tranquilidade públicas» – acusou esta manhã o deputado Cesar Oliveira ao apresentar a interpelação da UEDS à actividade do MAI. «A segurança e a tranquilidade dos cidadãos e a própria credibilidade das instituições democráticas não podem estar sujeitas às suas propensões, ao seu gosto pelo trágico, pelo dramático e pelo tempestivo, não podem estar à mercê das suas precipitações, ou da sublimação pública dos seus próprios recalcamentos» – disse ainda César Oliveira. Ao especificar o objectivo da interpelação, o deputado da UEDS interrogou: «porquê o mistério Ângelo Correia à frente dum ministério de que dependem as forças de segurança, as autarquias e o funcionamento do sistema eleitoral, num ano em que se realizam eleições autárquicas?»

Continua na pág. 24

Marcelo Rebelo de Sousa ao "DL": "O Governo nunca afirmou que houve perturbação grave na serenidade e estabilidade da vida democrática"

(Entrevista na nossa edição de amanhã)

Novos hábitos alimentares: a corrida ao "biológico"

Há dez anos, começava a corrida ao «biológico». Macrobiótica, vegetarianismo, alimentação racional, são os meios dessa fuga do consumo excessivo de carne, açúcar e gorduras animais. País de comerciantes, começámos pelo fim: as lojas e supermercados vendem-nos a «qualidade biológica» que não possuem, nem podem garantir. Mas são milhares a procurar novas alternativas alimentares.

Págs. 8 e 9

"Pacote" autárquico aguarda no Parlamento

Vão nascer doze cidades

Mirandela, S. João da Madeira, Torres Novas, Montijo, Barreiro, Matosinhos, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Amarante, Olhão, Loulé e Ponte de Sor, poderão ser elevadas à categoria de cidade se forem aprovadas pelo Parlamento propostas nesse sentido contidas numa lei-quadro de novas autarquias, agendada para amanhã.

Esta lei, baseada em projectos do PCP e da AD, estabelece as condições de «promoção», tendo em conta não só indicadores de densidade populacional e equipamentos quantificáveis como factores de ordem histórica e cultural.

Existem actualmente em Portugal 47 cidades todas elas muito diversificadas quanto às suas realidades económicas sociais, culturais e populacionais.

A elevação de uma freguesia a vila, ou de uma vila ou freguesia a cidade é geralmente uma ambição das populações locais, embora tal decisão não deixe de implicar a prévia consulta dessas populações, dado que muitas vezes, há problemas e tradições locais que nennuma lei pode prever.

À elevação de categoria de uma terra está geralmente associada a ideia de um maior desenvolvimento e da criação de infra-estruturas e equipamentos adequados. É um estímulo para as populações e uma decisão do poder geralmente bem aceite até porque muitas vezes é solicitada pelas populações e pelas suas organizações representativas.

Mas pondo de parte aspectos mais ou menos políticos da questão e cingindo-se apenas a factores económicos e sociais e aindices de desenvolvimento, não pode negar-se que desde o 25 de Abril de 1974, apesar de todos os problemas que viveram e estão a viver, apesar da crise económica, por todo o País se assist a um crescente desenvolvimento, principalmente devbido à institucionalização do poder local.

Pág. 4

Judiciária investiga remodelação do Martim Moniz

Pag. 24

A BARCA SEM OS CORVOS

O luxo

Luxo, evidentemente, é um conceito relativo.

O pastor da Mongólia Exterior usa diariamente um casacão de Zibelina ou vison selvagem pelo qual muitas jovens de Lisboa, Londres ou Paris sacrificariam (como nas anedotas pícaras) a sua problemática virtude; usa-o para ir mudar o estrume aos camelos ou mungir a renazita – o casacão até aos pés e o gorro de arminho para ele, não são luxo, são abrigo.

O indígena da Nova Guiné ou das Novas Hébridas, usa, para além da tanga e do osso atravessado no nariz, umas penas de pássaros pelas quais as indígenas de Nova Iorque dariam sacos e sacos de dólares.

Em compensação, para qualquer dos referidos cavalheiros, provavelmente, um secador de cabelo com duas velocidades ou uma panela de pressão daquelas que saem como brinde nas tômbolas das sociedades recreativas seriam um luxo inenarrável (tenho bem presente uma fotografia patética que me mostrou um antropólogo jovem que convive parte do ano com tribos da mais afastada Amazónia colombiana: na cabana do chefe, um rádio sem pilhas e com a antena partida, é objecto de veneração, sem que mesmo o nunca o tenham ouvido fazer barulho!...)

Luxo, portanto, é sabido e está visto, é coisa que depende de lugar e de tempo, que varia de civilização para civilização e de sociedade para sociedade.

Mas esta antropologia de três ao vintém vem a propósito de uma súbita percepção que tive ao percorrer mais uma vez os arredores de Lisboa. É aqui como em todas as cidades grandes, cada vez mais, o luxo verdadeiro não é aquele que aparece como tal: não é o Mercedes Benz, as fatiotas do Lourenço e Santos o cartão de entrada no Banana's e coisas quejandas. Tudo isso está, não direi «datado», mas bastante «marcado», se me entendem...

O verdadeiro luxo, cada vez mais, não estará em dispor de objectos (mais ou menos caros e raros) nem em consumir (com mais ou menos abundância e qualidade).

O luxo é ter espaço *e dispor de* tempo.

Ter o espaço que se precisa, quando *se precisa – ter o tempo que se precisa,* quando *ele é preciso: – supremo luxo!*

Repare-se: o náufrago, o errante pelo deserto, têm espaço até de mais – e não precisam dele para nada, bem pelo contrário; portanto, para eles o espaço não é luxo. Mas dispor de mais uma sala ou de um quarto para ouvir música ou fazer qualquer coisa criativa ou alojar um amigo ou construir uma maqueta da torre de Belém com tampas de esferográficas, isso sim, é luxo e asiático. Ir para Cannes ou Torremolinos gastar uma fortuna em hotéis caríssimos, vestido ou vestida à moda, para acabar pisados nas praias por hordas de maralha à procura do mesmo luxo, não é luxo; mas andar esfarrapado por uma praia duma ilha do Índico, vazia, durante quinze dias é luxo e de que maneira...

E o tempo... Poder usar as horas necessárias para ler o que se quer; ir para qualquer lado ao sabor do impulso, seguir a imaginação, o som, a figura que passa, a ideia que surge...Ignorar a existência do ponto e do horário, conduzir vagarosamente o carro pela faixa vazia no sentido oposto ao do engarrafamento da hora de ponta, com um vago e sonhador sorriso...

Eis o verdadeiro luxo.

Não posso porém alongar-me porque está na hora de ir para o «part-time», e não posso faltar porque se não não junto dinheiro para ir com a família para um apartamentozito que talvez arranje no Algarve, ou então na Caparica, em Agosto. Tenho que sair, já, se não apanho o engarrafamento em cheio.

J.P. Martins Barata

CITOFONE

ADMITE

MOTORISTA COBRADOR

Respostas a

Av. Álvares Cabral, 41 A/B

1200 LISBOA

Tel. 657881/2 — 652951 — 659533

a palavra com...

LEOPOLDO DE ALMEIDA*

Pacote legislativo é um rude golpe na autonomia do Poder Local

Um observador menos atento, tomando isoladamente os projectos de lei para as autarquias, poderá não se aperceber da gravidade e extensão do ataque que o Governo prepara contra o Poder Local. Porém, tomado o «pacote» no seu conjunto como se acabou de ver, a conclusão é bem diversa.

Sem pretender repetir o que já foi dito mas apenas evidenciar aspectos salientes, direi que o pacote constitui um rude golpe para a democraticidade e autonomia do Poder Local. Senão, veja-se, na Lei das Autarquias, a diminuição da representatividade das Assembleias de Freguesia e Municipais, o reforço do presidencialismo, a eliminação dos direitos das Comissões de Moradores, entre outros aspectos negativos. Na Lei Eleitoral, a generalização do voto por correspondência, retirando-lhe garantias de seriedade, a limitação da liberdade de propaganda, etc., e na Lei de Delimitação de Investimentos, a eliminação de normas de controlo municipal do uso do solo. Note-se ainda, na Lei de Finanças Locais, os dispositivos que visam menores recursos financeiros para as autarquias e uma menor objectividade na distribuição desses recursos e observe-se, na Lei dos Investimentos Intermunicipais, a consagração e sistematização, ainda que parcial, do antigo sistema de subsídios e comparticipações.

Um aspecto interessante do «pacote» legislativo e que ainda não foi abordado é o que se refere às regiões administrativas.

Com efeito, é dado, pela primeira vez à Administração Regional lugar no conjunto das leis sobre o Poder Local, nomeadamente na Lei das Atribuições e Competências, na Lei de Finanças Locais, na Lei de Delimitação dos Investimentos e na Lei sobre Tutela Administrativa.

Este facto surge, pelo menos aparentemente, em contradição com a orientação recente do Governo expressa no Livro Branco sobre Regionalização, onde se defende a «desconcentração» em primeiro lugar e se remete a segunda fase, a descentralização, isto é, a criação de Regiões Administrativas, para um futuro mais ou menos longínquo, para uma altura em que venha a ser considerada oportuna o que dependerá, em boa parte, da evolução do processo de desconcentração dos serviços da Administração Central.

Aparentemente, insistimos, trata-se de uma revisão da orientação precedente e de um pequeno passo em frente no sentido da completa institucionalização do Poder Local tal como o previsto na Constituição e uma medida consequente do seu reforço. Se se conjugar este facto com a recente proposta do Governo no sentido de promover um amplo debate público sobre o problema da regionalização e acelerar a sua implantação no país estamos perante duas linhas de força que surgem contraditórias. Assim: por um lado o pacote legislativo limita a democraticidade, autonomia e capacidade do Poder Local, entendido, neste caso, como o conjunto dos municípios e freguesias; por outro, o Governo esboça a descentralização de funções e de meios para as Regiões e contempla-as, ainda que fugazmente, no pacote legislativo.

Processo de regionalização pode ser manobra de diversão

Qual a lógica deste movimento contraditório centralização-descentralização?

Não podemos desligar esta actuação do contexto político actual, em particular das próximas eleições autárquicas, de revisão constitucional e da estabilidade governamental. Se se tomar em linha de conta esses factores não é forçado concluir que o processo de regionalização, agora esboçado, poderá não ser mais do que uma manobra de diversão tendente a confundir o Poder Local e a oposição na medida em que passa a ser entendida por aqueles sectores como uma proposta progressista e a desviar, assim, as atenções gerais sobre o que o «pacote» tem de limitativo para a democraticidade e autonomia do Poder Local.

Por outro lado ainda, dado o carácter vago da matéria regional contida no pacote legislativo, nada garante que a regionalização anunciada pelo Governo não se projecte, ao fim e ao cabo, como um processo mais ou menos subtil de reforço ou, pelo menos, de manutenção do centralismo político-administrativo. Nesse sentido, poderá ser de importância decisiva para o Poder Local o modo como se desenvolverá o anunciado debate público sobre a matéria. Haverá que evitar a todo o custo correr-se o risco de se assistir a um falso debate público, à partida destinado a aprovar um plano de institucionalização de falsas regiões, simples correias de transmissão do Poder Central. Nessa óptica, interessa ver um pouco mais de perto o que o «pacote» diz a respeito das Regiões Administrativas.

Examinemos, ainda que sumariamente, o conteúdo do articulado legal contido no pacote legislativo referente às Regiões Administrativas.

A proposta de lei de atribuições e competências das autarquias locais pouco ou nada adianta no tocante às Regiões Administrativas relativamente ao que a Constituição refere. Enquanto não forem criadas as regiões, serão exercidas pelas Assembleias Distritais certas competências de carácter meramente administrativo.

A proposta de lei de Finanças Locais também pouco ou nada avança em relação às Regiões Administrativas. No capítulo II, artigo 4.º, diz-se que a definição do sistema financeiro das Regiões Administrativas será efectuado no quadro da respectiva criação e determinará a revisão da Lei de Finanças . A que assistiremos? À aplicação, para o nível regional, dos princípios e mecanismos agora previstos na nova lei de finanças para os municípios e freguesias? Se assim for, as regiões ficarão dependentes do poder discricionário da Administração Central, resultando da escassez certa de recursos financeiros e de uma interpretação casuística e pouco objectiva da sua distribuição, tal como agora se propõe para o nível local.

A proposta de lei de delimitação das actuações é exactamente aquela onde as Regiões Administrativas recebem uma maior atenção. Apresenta-se mesmo uma listagem de actuações subdivididas em normativas, executivas e de controlo. No conjunto, porém, verificamos que há fortes indicações que permitem afirmar que os investimentos regionais não irão retirar importantes competências à Administração Central nessa matéria quando a lógica da administração democrática assim o exige. Assim, verifica-se que não são incluídos, explicitamente, na esfera de intervenção da Administração Regional os seguintes domínios:

– habitação social;

– parques naturais, reservas, paisagens protegidas, lugares, sítios, conjuntos e objectos classificados de reconhecida importância regional;

– acrescentamos: áreas ecológicas, agrícolas ou florestais, especiais, áreas degradadas e áreas de reserva do subsolo incluindo toalhas aquíferas de reconhcida importância regional; acrescentamos: explorações mineiras, transportes interurbanos e terminais de carga de importância regional; acrescentamos: quartéis para bombeiros voluntários; ratificação dos Planos Directores Municipais; aprovação dos Planos Regionais e consequentes poderes para declarações de utilidade pública para efeitos de expropriação e posses administrativas dos prédios expropriados necessários às obras de iniciativa das Administrações Regionais.

Aliás, a este último propósito há a notar na proposta de lei a grave omissão dos poderes municipais para aprovação dos seus planos, declarações de utilidade pública para expropriação e posses administrativas previstas na lei aprovada em Julho de 1979 o que garantirá a permanência desses poderes na Administração Central. Analogamente, o «esquecimento» em relação à Administração Regional faz supor que se pretende segurar completamente essas atribuições a nível central (ainda que se atribua, como se faz na proposta de lei sobre o plano director municipal, a responsabilidade futura às Regiões Administrativas de acompanhar o planeamento municipal). É assim que os municípios e, segundo se afigura, as Regiões Administrativas num futuro próximo, verão as suas responsabilidades acrescidas por lei, sem que se preveja a simplificação da actuação sobre os solos, condição prévia para o cumprimento de muitas daquelas responsabilidades.

Governo com ampla margem de manobra

Da análise da lei de delimitação das actuações também se verifica que surgem competências mal definidas entre a Administração Central e Regional, e pontos duvidosos. Assim, dever-se-ão referir:

– o conceito equívoco, aparentemente democrático, do regime de participação das Regiões Administrativas e dos municípios na elaboração dos planos nacionais e no estabelecimento das redes nacionais de equipamentos sociais e de infra-estruturas o qual se baseia em decreto **referendado** por membros do Governo (artigo 9.º); pergunta-se com que âmbito? baseado em que métodos? com que participação das autarquias?

– a previsão de colaboração técnica e financeira da Administração Central a empreendimentos intermunicipais no âmbito de associações de municípios constituídas para aqueles fins, depois de instituídas as regiões administrativas, o que se afigura desnecessário parecendo suficiente a acção regional.

– o conceito de emissão obrigatória pela Administração Central de pareceres vinculativos para municípios e freguesias e de controlo da observância dos planos, redes, normas, regulamentos e pareceres vinculativos naquelas autarquias locais quando o articulado já toma em consideração a existência das Regiões Administrativas, nível que bem poderá assegurar por si aquelas atribuições funcionais.

Ainda da análise da lei de delimitação das actuações interessa apontar o sistema previsto de protocolos com vista à transferência de investimentos (artigo 13.º), sistema que dá, sem dúvida, ampla margem de manipulação ao Governo nessa matéria. É de crer que esse método venha a ser defendido quando das transferências do nível central para o regional com todo o cortejo de descoordenações, desfasamentos, transferências apressadas ou injustificadamente retardadas, etc. O tempo o dirá.

Uma última nota, finalmente, sobre a lei de delimitação das actuações. Referimo-nos a conceitos expressos que reportamos algo deslocados e, concretamente, à alusão a planos sócio-económicos e a planos de ordenamento. É pena que não surja o conceito de Plano de Desenvolvimento Integrado Regional o qual, como o nome indica, integra os planos físicos – de ordenamento – e os sócio-económicos, de desenvolvimento social e das actividades produtivas. É também surpreendente que, na redacção do articulado, se mencione «a defesa dos solos agrícolas» como se se tratasse de um objectivo único, de uma importância que merece um tratamento especial e que, como tal, não poderá ser assimilado a uma simples política de ordenamento do território (ver artigo 3.º) ou como objectivo municipal do Plano Director Regional (leia-se Plano de Ordenamento da Região).

A proposta de Lei de Tutela Administrativa sobre autarquias locais define que o seu exercício cabe ao Governo, sendo assegurado pelo seu representante junto da Região Administrativa e ainda por delegações regionais das inspecções gerais do MAI e do M.F. Plano que poderão, para o efeito, ser criadas.

Solução imaginada, por enquanto, de simples desconcentração.

Como conclusão diremos que o pacote legislativo sobre as autarquias caracteriza-se, na parte que respeita às Regiões Administrativas por:

– um primeiro esboço de reconhecimento, em matéria legislativa, da sua existência próxima;

– na generalidade, as propostas de leis do pacote nada ou quase nada adiantam sobre as regiões administrativas; é o caso da Lei de Atribuições e Conpetências, da Lei de Finanças Locais e da Lei de Tutela;

– apenas a proposta de lei de delimitação das actuações contém matéria relevante e acerca desse dispositivo legal pode afirmar-se que as regiões não irão retirar importantes competências à Administração Central, coisa de defender certos domínios, nomeadamente no sector económico e desejosa de se despojar de muitas responsabilidades nos sectores de apoio às condições de vida;

– é equívoco o conceito de participação das Regiões Administrativas e dos municípios na elaboração dos planos nacionais e nas redes de equipamentos e infra-estruturas;

– está ultrapassado e conceito de separação entre planos de ordenamento do território e de desenvolvimento sócio-económico convindo substituir conceitos do tipo «Plano Director Regional» por «Plano de Desenvolvimento Integrado Regional»;

– é de recear, finalmente e perante o vago do pacote sobre as Regiões Administrativas que estas, por proposta do Governo, possam vir a expropriar certas competências e atribuições já ganhas (ou que se antevêem justamente ganhar) pelos municípios e freguesias;

Estamos em crer que, apesar da cortina de fumo que começa a ser lançada com a encenação «Regionalização» se irá assistir a uma operação lançada pelo Governo eixada, preferencialmente, sobre a desconcentração de serviços e não sobre uma verdadeira descentralização. Isto, claro está, caso o projecto – e o Governo – AD for para a frente.

* Arquitecto. Participante do seminário sobre o «pacote» legislativo do Governo em matéria de Poder Local.

RDP – o público e o comércio

Vai existir em Portugal uma nova empresa de radiodifusão patrocinada pelo secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, José Alfaia?

Ou a RDP vai ser dividida em dois sectores autónomos? Ou prepara o Governo mais qualquer coisa no panorama da radiodifusão?

Se nada disto é verdadeiro, então o que quer dizer o **slogan** do dr. José Alfaia «separar até às últimas consequências» a Rádio Comercial da Rádio de Serviço Público?

Perguntado pelo repórter da televisão sobre o que era essa divisão, o dr. Manuel Magro, presidente da CA/RDP disse pouco à vontade que... ainda não sabia. Curiosamente, momentos antes o discurso do dr. José Alfaia sobre a assinatura do ASEF para a RDP incidia extensivamente sobre essa separação.

Existe muito de controverso no **slogan** do dr. Alfaia, gestor, responsável pelo pelouro da Comunicação Social. Na RDP, somam-se as dúvidas sobre a dupla questão de saber o que é «rádio comercial» e «rádio de serviço público» articuladas na mesma empresa pública. Não se sabe como é que, separando-as, se pode continuar a falar numa só RDP.

É lícito que se tentem definir novas políticas de radiodifusão. É lícito também exigir clareza na definição dessas políticas «até às últimas consequências».

Não é lícito começar por confundir a (mal) designada Rádio Comercial com rádio comercial. As duas coisas só são iguais no nome, diferindo nas maiusculas para começar e continuando a diferença no conteúdo das expressões.

Acontece que é ilegítimo dizer que com a legislação existente exista qualquer separação de objectivos dentro da RDP.

José Manuel Nunes*

Comércio e publicidade no serviço público

Não é a comercialização de publicidade radiodifundida que caracteriza o ponto de fractura entre «serviço público» e «serviço comercial».

São numerosos os exemplos de rádios públicas europeias que transmitem publicidade e nunca ninguém lhes chamou rádios comerciais. É que, esses institutos públicos, ou seja, que não são nem do Estado/Governo, nem privados/comerciais, não permitem que a publicidade condicione, limite, influencie ou substitua o Programa, independente dos poderes económico e político.

O que separa um serviço público de um serviço comercial é a natureza e o objectivo da empresa. Um serviço público visa satisfazer necessidades colectivas individualmente sentidas. Em qualquer altura, um membro da comunidade que se apresente, nas condições devidas, a exigir a prestação desse serviço, a empresa pública deve satisfazê-lo de modo regular e contínuo, embora mediante um preço ou uma taxa. Acresce que os institutos públicos de radiodifusão são controlados pelo público que é o seu único titular, como se pode verificar em vários países europeus. Assim, o objectivo do serviço público é a satisfação de uma necessidade que se esgota com a prestação de um serviço concreto e não com o lucro.

Um serviço comercial estabelece-se segundo um modelo deconcorrência económica. Na radiodifusão, esse serviço de natureza comercial realiza-se na medida em que a empresa vende tempo de antena ou transmite publicidade a troco de uma compensação material.

Daqui decorre de forma transparente que se o **medium** utilizado é o mesmo quer num quer noutro exemplo, a natureza e o objectivo dessa actividade são diferentes. O serviço comercial na rádio, melhor, uma rádio comercial (característica da iniciativa privada) fundamenta-se numa actividade económica e o seu objectivo atinge-se (vide Gerhard Maletzke) com «o maior lucro possível». A audiência e o conteúdo do Programa são meios de atingir o fim último; a existência da empresa pelo lucro. As dúvidas a este respeito devem ser endereçadas aos proprietários das 7396 estações de rádio privadas dos Estados Unidos da América por exemplo.

E, nas actuais condições concretas, isto não quer dizer que a CBS tenha um melhor programa que qualquer PBS. O melhor e o pior têm a ver com conceitos subjectivos e com políticas de programas e gestão de meios.

Uma rádio governamental ou de Estado pode ter melhores ou piores programas que uma rádio pública ou que uma rádio comercial.

O slogan do separatismo

Desde o IV Governo de Mota Pinto/Proença de Carvalho que se pretende partir a RDP em duas partes. O objectivo parece, desde então, ser fundamentalmente um: separar o «prejuízo» do «lucro», eventualmente o «público» do «privado».

O instrumento do **separatismo** para a «grande cisão» é o factor comercial, confundido sempre com publicidade na rádio, o que como vimos são duas coisas diferentes.

As dúvidas podem ser colmatadas com o fornecimento de uma bibliografia básica.

Contudo, vejamos o que na actual configuração jurídica que enquadra a RDP se passa.

Em 1979, Proença de Carvalho declarou nulo com uma portaria, um decreto. Fórmula original de fazer desaparecer do mapa os Estatutos da RDP. Contudo, ilegal.

Em 1982, José Alfaia quer fazer-nos esquecer o decreto que cria a RDP e à sua revelia, formular uma nova política: parte dos canais da RDP seriam convertidos numa empresa comercial; outros permaneceriam com uma «óptica de gestão de serviço público» sob uma administração da única responsabilidade do Governo.

Aqui pelo menos existe clareza: pretende-se, invocando simultaneamente o lucro e o público, misturar três conceitos que se não deixam misturar. Os de uma rádio **pública,** os de uma rádio **comercial,** os de uma rádio de **Estado/Governo.**

Os especialistas e teóricos dos meios de comunicação de massa, bem como juristas ou são ignorantes ou necessitam de um estágio no Palácio Foz... O dr. José Alfaia esquece-se de um pormenor pequeno: o decreto que criou a RDP diz expressamente no seu art.° 3 que a RDP surge **«com o objectivo do exercício público de radiodifusão».** Não se fala nem em serviço comercial nem em serviço governamental ou do Estado.

Por via das dúvidas, entre outras coisas nunca cumpridas, o decreto também diz que nos seus estatutos (que existem congelados) devem ser **«salvaguardadas a autonomia da empresa em relação ao poder económico e político».**

Continua na pág. 6

ponto a ponto

● Numa iniciativa das organizações do Comércio, Escritórios, Gráficos e Hotelaria do CLL do Partido Comunista Português, terá hoje lugar, na Casa do Alentejo, a partir das 19,30 uma sessão debate com a participação de **Octávio Pato.**

● **Vital Moreira** um dos elementos do PCP que integram a Comissão Parlamentar da revisão constitucional, fala esta noite no Barreiro numa sessão que terá lugar a partir das 21 horas na sociedade «Os Penicheiros».

● A convite do Comité Central do Partido Comunista Português chegou ontem a Lisboa uma delegação do Partido Operário Socialista Húngaro que integra Andres Gyenes, presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia Nacional húngara, Sandor Gulyas, membro do CC do POSH e Attila Gecse, colaborador do CC do partido. Durante a sua visita a delegação húngara terá conversações com uma representação do CC do PCP e tomará contacto directo com diversos aspectos da actividade dos comunistas portugueses e da realidade nacional. No dia 12, terá lugar em Santa Iria de Azóia um comício de amizade PCP/POSH com intervenções de **Álvaro Cunhal** e Andreas Gyenes.

● O chefe do Estado-Maior do Exército do Zimbabwé, Tungarn Irai, chega no dia 17 a Lisboa para uma visita de uma semana a Portugal. O general Irai será acompanhado por uma delegação de que faz parte mais um general, um brigadeiro e quatro coronéis.

Não foi ainda elaborado o programa militar da visita, sabendo-se apenas que a delegação do Exército do Zimbabwé terá contactos com empresas civis.

● O secretário de Estado da Administração Regional e Local anunciou ontem no **Vimeiro** que «está aberta a possibilidade de apoio da CEE ao desenvolvimento regional português». Roberto Carneiro falava na abertura de um seminário de seis dias para preparação dos técnicos que orientarão as reuniões sobre regionalização nos agrupamentos de municípios e referia-se ao facto de o «dossier» sobre política regional ter sido um dos 5 aprovados pela reunião ministerial de Bruxelas em 22 de Fevereiro.

● O secretário-geral do PS, **Mário Soares,** parte no próximo dia 19 para Cabo Verde para uma visita de três dias, a convite do Presidente Aristides Pereira. O líder socialista será acompanhado pelos dirigentes nacionais do partido Almeida Santos, que foi um dos ministros responsáveis pela descolonização e Rui Mateus, das relações internacionais do PS e ainda por Edmundo Pedro, antigo preso do Tarrafal.

● Entretanto, **Mário Soares** desloca-se sábado a Santarém para participar num comício de oposição ao Governo, sendo provável que no mesmo intervenha o secretário-geral da ASDI, Magalhães Mota, deputado por Santarém.

● A «Integração de Portugal na CEE e Desenvolvimento Regional» serão debatidas em colóquio em Leiria, no próximo dia 13, por iniciativa da Secção local do Partido Socialista.

Este colóquio que conta com a participação dos deputados socialistas Vítor Constâncio, João Cravinho e Sousa Gomes, terá lugar no Hotel Eurosol, pelas 15 horas.

Dez anos depois de o comunicado de Shangai

Manifesta-se um crescente mal-estar nas relações sino-americanas

Pequim. – Nenhuma manifestação particular marcou, no dia 28 de Fevereiro, em Pequim, o décimo aniversário da publicação do comunicado de Shangai, através do qual, depois da visita histórica de Nixon, a China e os Estados Unidos deram a conhecer ao mundo o desejo de normalizar as suas relaçõs. A imprensa não consagrou uma única linha de comentário a esse acontecimento que, no entanto, segundo antigas palavras de Deng Xiaoping, um dos principais artesãos da aproximação sino-americana deixou as suas marcas na nossa época».

A agência Nova China limitou-se a difundir no dia 27 de Fevereiro uma notícia sobre uma entrevista concedida em Washington, pelo embaixador da China, ao ex-presidente Nixon, durante a qual este último declarou que uma deterioração das rela,ões sino-americanas devia ser considerada **«uma tragédia».** Na origem previa-se que Nixon iria a Pequim para as celebrações do aniversário. Os chineses continuam a mostrar muita simpatia pelo homem que, com a assistência de Kissinger, ousou quebrar o gelo existente entre Washington e Pequim, depois de uns trinta anos de os dois países se ignorarem e invectivarem. Mas, por fim, o governo chinês não deu sequência a este projecto, e Nixon preferiu não empreender uma viagem susceptível de embaraçar Reagan, que é, como ele, republicano. Sinal dos tempos e ao mesmo tempo nota de ambiente: os Chineses, num evidente gesto de mau humor, recusaram mesmo aos dois correspondentes das cadeias de televisão americanas representadas em Pequim, que mandassem da América vir equipas de filmagem especiais, por ocasião desse décimo aniversário.

Manuel Lucbert/«Le Monde»

A situação é reveladora do mal-estar que existe nas relações entre Pequim e Washington desde a eleição de Reagan, e que está, devido ao problema de Taiwan, a aproxinar-se de uma crise aberta.

Palavras acerbas

Embora o tom da imprensa se mantenha moderado no que diz respeito às relações bilaterais – isto apesar da polémica acerca da venda de armas a Taiwan –, em contrapartida multiplicam-se as palavras acerbas quanto a diferentes aspectos da poítica estrangeira americana. Novas críticas vieram juntar-se a outras, já antigas, sobre o apoio concedido por Washington ao regime sul-africano e a Israel. Estas últimas semanas, a imprensa de Pequim acusou os Estados Unidos de serem responsáveis pelo bloqueio do diálogo Norte-Sul depois da cimeira de Cancun, denunciou a sua ingerência no problema coreano e deplorou de facto de as suas dificuldades económicas internas e a política deliberada de juros elevaodos, prejudicarem o reforço da unidade com os países da Europa Ocidental, perante a União Soviética.

A evoluçõ mais clara da atitude chinesa diz respeito à América Central, e, em particular a El Salvador. Enquanto que no ano passado, no momento em que Reagan e Haig queriam fazer do problema salvadorenho um **«test»** da solidariedade ocidental e Pequim se referia à rivalidade sovieto-americana e à infiltração russa e cubana na região, hoje o tom mudou consideravelmente.

Num comentário ao plano recentemente desenvolvido por Reagan no que diz respeito à bacia das Caraíbas, a agência Nova China referiu no dia 28 **«o crescente alistamento dos Estados Unidos na guerra civil»** de El Salvador e nota que, segundo os observadores , um tal alistamento militar ainda criaria mais problemas à política de Washington na America Central. Ao mesmo tempo Pequim sublinha agora **«o carácter popular dos levantamentos que se realizam contra regimes corruptos e repressivos como o regime de El Salvador.»** Como país que pertence ao Terciro Mundo, a China deve, escrevia no dia 15 de Fevereiro o jornal **Pekin Information, «apoiar os outros povos do Terceiro Mundo contra o imperialismo, o colonialismo eo hegemonismo.»**

De facto, tudo parece passar-se como se Pequim tivesse tomado o partido de ver as suas relações com Washington atravessarem um certo período de tensão. O próprio Deng Xiaoping diria no dia 19 de Fevereiro a um visitante, que estava na natureza das relações sino-americanas **«melhorar, depois detriorar-se, melhorar de novo e assim sucessivamente.»** E acrescentava que os presidentes dos Estados Undos mudam de quatro em quatro anos e que presidentes que pertencem a um mesmo partido podem ter, apesar disso – referência explícita a Nixon e Reagan » políticas diferentes.

De momento, este frio nas relações dos dois países, nem por isso prejudicou as negociações económicas bilaterais. De um montante de 5,5 mil milhões de dólares em 1981, elevar-se-iam este ano para 7 mil milhões de dólares. Em poucos anos os Estados Unidos tornaram-se, logo depois do Japão, os principais parceiros comerciais da China.

Alguns meios de negócios americnos estão, apesar de tudo, um tanto preocupados com o futuro, e perguntam a si próprios se a persistêcia de um mal-estar nas relações diplomáticas,permitira a cooperação em matéria prolífera desenvolver-se na medida aparentemente desejada por ambos os lados.

São doze no total

"Nascimento" de novas cidades aguarda decisão do Parlamento

As vilas de Mirandela, S. João da Madeira, Torres Novas, Montijo, Barreiro, Matosinhos, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Amarante, Olhão, Loulé e Ponte de Sor, poderão vir a ser elevadas à categoria de cidades logo que a Assembleia da República aprove a lei-quadro da criação de novas autarquias, que começará a ser discutida amanhã.

Esta nova lei estabelece as condições em que podem ser criadas novas freguesias e concelhos e fixa as categorias das povoações, pondo termo a um conflito de competência entre a Assembleia da República que baseia a sua competência na matéria face ao que está articulado na Constituição e o Governo que invoca o que está legislado no Código Administrativo.

Deste conflito resultou a acumulação de mais de uma centena de projectos, na Assembleia da República, que poderão agora ser desbloqueados. Desde 25 de Abril de 1974 até hoje apenas Almada, Torres Vedras e Amadora foram elevadas à categoria de cidade, ambas por lei da Assembleia da República.

Entre os projectos existentes na Assembleia da República incluem-se também propostas de elevação a vilas das freguesias de Baixa da Banheira, Amora, Agualva-Cacém, Pampilhosa, Rio Tinto e Vilar Formoso, da criação dos municípios de Ericeira, Carnaxidade e Vizela e criação da freguesia de Monte Gordo.

O texto que os deputados irão apreciar na quinta-feira foi elaborado pela comissão parlamentar de administração interna e poder local com base em projectos do PCP e da AD. De acordo com esse texto só a Assembleia da República pode legislar sobre a criação ou extinção das autarquias locais e fixação dos limites da respectiva circunscriação territorial, bem como sobre a determinação da categoria das povoações, revogando-se assim artigos do Código Administrativo que atribuíam essa competência ao Governo.

O que é preciso para ser cidade

Para que uma povoação possa ser elevada à categoria de cidade terá de ter mais de oito mil eleitores, em aglomerado populacional contínuo e metade pelo menos dos seguintes equipamentos: instalações hospitalares com serviço de permanência, farmácias, bombeiros, casas de espectáculos, e centro cultural, museu e biblioteca, hotéis, ensino preparatório, secundário e pré-primário, infantários, transportes públicos urbanos e suburbanos e parques e jardins públicos. Importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica poderão justificar todavia uma apreciação diferente.

Quanto às vilas terão que ter um número de leitores em aglomerado populacional contínuo superior a três mil e pelo menos metade dos seguintes equipamentos: colectivos: posto de assistência médica, farmácia, casas do povo, dos pescadores, de espectáculos, centro cultural ou outras colectividades, transportes públicos colectivos, estação dos CTT, estabelecimentos comerciais e hotelaria, ensino primário e preparatório e agência bancária.

O PCP foi o primeiro partido a apresentar propostas sobre esta matéria, em Janeiro de 1979. Só cerca de 15 meses depois o então Governo de Sá Carneiro apresentou na AR uma proposta de lei que contemplava apenas o regime de criação de novas freguesias.

Em Maio de 1980 o plenário veio a aprovar o projecto de lei do PCP e a proposta de lei do Governo, mas o assunto ficou depois em ponto morto, até que em 1982 o PCP voltou à carga com o projecto de lei 48/2 a que se seguiu com o n.º 143/2 um projecto de lei da AD sobre a mesma matéria.

Como diferença mais relevante entre ambos pode referir-se que o PCP procurava que a criação de freguesias e municípios não tivesse apenas os condicionantes quantificáveis da existência de determinados elementos de densidade populacional ou de equipamento, mas que houvesse uma análise em alguns casos histórica e sempre uma análise conjunta com as populações e com a prévia audição das autarquias interessadas, para que a ponderação desses indicadores não tivesse um carácter rígido.

Isto ficou contemplado no texto conjunto da comissão e embora o grupo parlamentar do PCP tenha reservas em relação a alguns pontos, que foram já apontadas na comissão, designadamente os artigos que advogam as soluções de apresentação de indicadores com carácter rígido, considera o texto final globalmente positivo, pelo que se espera esta matéria não venha a encontrar grandes dificuldades de consenso entre os deputados.

Entretanto amanhã mesmo será discutida a criação dos municípios de Vizela (iniciativa do PPM) e de Carnaxide (iniciativa do PCP). Vizela foi até 1855 um conjunto de vários concelhos rurais e Carnaxide tem 80 mil habitantes e 52 mil eleitores.

Retrato eleitoral das futuras cidades

Em termos eleitorais os indicadores referentes às futuras cidades são os seguintes: Santo Tirso: – 58 797 votantes inscritos, 21 122 AD (45,1%), 3998 APU (8,5%) e 20 676 PS (44,1%).

Vila Nova de Famalicão – 63 196 votantes inscritos, 26 230 AD (50,2%), 5548 APU (10,6%), 19 332 PS (37%).

Loulé – 33 052 votantes inscritos; 3409 APU (15,1%); 1684 CDS (7,9%); 9628 PSD (42,7%) e 6648 PS (29,1%).

Olhão – 24 687 votantes inscritos; 2902 APU (19%); 1529 CDS (10%); 3832 PSD (25%) e 5874 PS (38,4%).

Matosinhos – 91 076 votantes inscritos; 26 310 AD (37,6%); 10 964 APU (15,7%) e 29 700 PS (42,4%).

Amarante – 23 431 votantes inscritos; 2127 APU (9,1%); 2293 CDS (9,8%); 10 327 PSD (44,1%) e 7190 PS (30,7%).

Montijo – 26 944 inscritos; 8694 APU (43,5%); 4268 PSD (21,3%); 6268 PS (31,3%).

Barreiro – 60 655 inscritos; 28 885 APU (62,1%); 1346 CDS (2,9%); 4746 PSD (10,2%); 8984 PS (19,3%%).

S. João da Madeira – 11 442 inscritos; 5040 AD (59,9%); 959 APU (11,4%): 2156 (25,6%).

Mirandela – 18 908 inscritos; 1396 APU (10,4%); 2846 CDS (21,3%); 6461 PSD (48,3%); 2168 PS (16,2%).

Torres Novas – 27 456 inscritos; 7952 AD (45,2%); 4473 APU (23,8%); 5064 PS (26,9%).

Ponte de Sor – 14 337 votantes inscritos; 3572 AD (33,1%); 5535 APU (51,2%); 1476 PS (13,7%).

Nas páginas do "Povo Livre"

PSD abre debate sobre o aborto

A Comissão Permanente do PSD aceitou a abertura de um debate no «Povo Livre», órgão oficial do partido, sobre o aborto.

«Tal debate, diz a Comissão Permanente, deverá ser publicado em secção própria, devendo, em todos os números, ser assinalado que as opiniões publicadas apenas responsabilizam os respectivos autores.»

A Comissão Permanente indica ainda que «terá de haver uma escolha pelo menos equilibrada dos depoimentos a inserir, tendo em conta as posições já assumidas pela Comissão Política e pelo grupo parlamentar», que foram contra a despenalização do aborto.

O «Povo Livre» publica hoje um abaixo-assinado de 65 dos 82 deputados sociais-democratas solicitando à Comissão Política Nacional que «apoie a promoção de um amplo debate nas estruturas do partido e entre a população sobre a melindrosa e grave questão do aborto».

Mais solicitam que o grupo parlamentar defenda a inclusão no texto da Constituição da possibilidade de recurso ao mecanismo do referendo sobre grandes questões nacionais de que o aborto pode ser exemplo e seja encarregado de concretizar o disposto no programa do PSD (revisão da incriminação do aborto).

Assinam o documento, entre outros, Nuno Rodrigues dos Santos (presidente do Congresso), Francisco Sousa Tavares (primeiro vice-presidente do grupo parlamentar), Helena Roseta, Jaime Ramos, Margarida Salema, Mário Raposo, Rui Amaral, Natália Correia e Adelaide Paiva.

Entre os signatários contam-se cinco mulheres, não tendo subscrito o texto Amélia de Azevedo, Manuela Aguiar e Marília Raimundo.

Freitas do Amaral admite a palavra "socialismo" no preâmbulo da Constituição

O líder do CDS e actual vice-primeiro-ministro, Freitas do Amaral, admitiu ontem a hipótese de a revisão constitucional não alterar a indicação preambular respeitante a «uma sociedade socialista».

Freitas do Amaral falava em Guimarães e numa cerimónia comemorativa do centenário da Sociedade Martins Sarmento, e referia-se ao que chamou os três principais impasses surgidos na revisão por falta de consenso entre a AD e a FRS. E adiantou, a título pessoal, as soluções que proporia.

Segundo o presidente do CDS, a «obrigação de construir o socialismo» deve ser eliminada, e uma solução de compromisso pode ser a manutenção da referência preambular: «Uma coisa é impor a todos os governos que caminhem para o socialismo, e outra é reconhecer que, com o 25 de Abril, se abriu a possibilidade de trilhar esse caminho» – disse.

«Não faz sentido que uma constituição democrática imponha o socialismo como solução obrigatória, da mesma forma que não faria sentido uma constituição democrática impor como solução obrigatória o liberalismo, a social-democracia ou a democracia cristã».

No dizer de Freitas do Amaral, «a natureza democrática duma constituição implica que ela aceite por igual socialistas e não socialistas» e «quando os socialistas dizem que não há liberdade sem socialismo nem socialismo sem liberdade, estão a usar conceitos que fazem sentido no plano da luta interpartidária mas que seriam totalmente ilógicos no plano constitucional».

Governo considera prematuro Novembro para autárquicas

O Ministério da Administração Interna emitiu um comunicado considerando «prematura» – mas sem a desmentir – a data de 21 de Novembro para as eleições locais, ontem noticiada pela ANOP, com base em fonte oficiosa.

Entretanto, em declarações prestadas a um matutino, o secretário de Estado da Administração Interna, Carlos Encarnação, considerou tal data como uma das possíveis para a realização das referidas eleições.

Frisando, embora, que a competência da marcação de data cabe ao Governo, aquele responsável do MAI indicou que, em sua opinião, tal decisão deverá ser objecto de consulta entre o Executivo e a oposição.

"JS falida"

A secretária coordenadora da JS, Margarida Marques, pediu-nos para rectificarmos parte da notícia que na passada sexta-feira publicámos com este título. Assim, segundo nos disse, no IV Congresso da JS não houve nenhuma lista afecta à linha de Soares; as «Mulheres Socialistas» têm, de subsídio do partido, apenas 300 contos por mês e não 350 como se afirmava; e até agora têm-se realizado todas as iniciativas programadas pela JS.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

Comando-Geral da Guarda Fiscal
CONSELHO ADMINISTRATIVO

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE «LOUÇA DE PORCELANA» – PROCESSO N.º79/82

1. Faz-se público que está aberto concurso público para o fornecimento à Guarda Fiscal de Louça de Porcelana.
2. Serão recebidas propostas até às 17H30 do dia 19 de Abril de 1982, procedendo-se à sua abertura às 10H00 do dia imediato, 20 de Abril de 1982.
3. O caderno de encargos está patente no Conselho Administrativo do Comando-Geral da Guarda Fiscal à Rua da Cruz de Santa Apolónia, 2-LISBOA, durante as horas normais de expediente, podendo ser fornecido ao preço de 30$00 cada exemplar.
4. A caução provisória a prestar será de 80.000$00

CONVOCATÓRIA

Ferreira & Monteiro, Lda
Sede: Rua Francisco João Victorino, n.º 8-1.º Esq.º — Linda-A-Velha

Na sequência da sentença proferida no processo n.º 10132, da 3.ª Secção, do 4.º Juízo Cível, de Lisboa, convoca-se para o próximo dia 31 de Março de 1982, pelas 21.30 horas, a assembleia geral da Sociedade Ferreira & Monteiro, Lda., a ter lugar na Rua Estêvão Amarante – Vivenda Matos Ferreira Ramada – Odivelas com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1.º Eleição da nova Gerência
2.º – Apreciação e ratificação dos actos praticados no interesse e em nome e representação da sociedade pelo sócio Armando da Cruz Ferreira na ausência do sócio Manuel Monteiro.
3.º Discussão e votação das contas do exercício de 1981.

Lisboa, 10 de Março de 1982

O Gerente,
Armando da Cruz Ferreira

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações

DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO

AVISO

1. De acordo com o disposto no Decreto Regulamentar n.º 4/82, de 15 de Janeiro, a Direcção-Geral de Viação só procederá à troca de cartas de condução e licenças de instrutor emitidas nas ex-colónias portuguesas, até 15 de Julho de 1982.
2. Os interessados devem, até ao termo daquele prazo, requerer junto de qualquer Direcção ou Secção de Viação a troca do título de que sejam portadores por carta de condução ou licença de instrutor portuguesas.
3. Findo aquele prazo de 6 meses a Direcção-Geral de Viação não procederá à troca daqueles títulos.

Direcção-Geral de Viação, 2 de Fevereiro de 1982

O DIRECTOR-GERAL

Portugal precisa de petróleo angolano

— disse Gonçalves Pereira ao Governo da RPA

O ministro português dos Negócios Estrangeiros, André Gonçalves Pereira, pediu esta manhã a Angola que reserve uma parte do seu petróleo para Portugal. Nas conversações mantidas durante a manhã com Lopo do Nascimento, ministro do Comércio Externo e do Plano da RPA, o titular do MNE considerou que Portugal está dependente do Médio Oriente, muito especial do Iraque, para se abastecer de petróleo e que gostaria muito de poder também contar com fornecimentos de Angola.

Lopo do Nascimento indicou, por seu turno, que Luanda está, efectivamente, a diversificar um pouco a lista dos compradores do seu «ouro negro», que são predominantemente os Estados Unidos, a França, a Espanha e o Brasil.

O ministro angolano disse que se prevê a partir de Setembro um aumento da produção petrolífera do país, nomeadamente a da provincia de Cabinda e que Angola vai fornecer combustível a todos os Estados da Conferência Coordenadora do Desenvolvimento da África Austral (SADCC).

Ainda na reunião desta manhã, que abriu o segundo dia da visita oficial de Gonçalves Pereira a Luanda, o responsável português pediu a Lopo do Nascimento informações sobre as estruturas dos transportes e dos portos em Angola.

Noutro ponto da reunião, informou-o de que, com o Presidente Ramalho Eanes, se deslocam, muito em breve, a Angola uma série de empresários portugueses interessados nos mercados africanos.

Gonçalves Pereira e Lopo do Nascimento consideraram que os bancos centrais dos dois países devem dar um grande apoio ao incremente das relações comerciais luso-angolanas.

A fim de se preparar com rigor o encontro dos empresários que dentro de pouco mais de um mês virão a África com o Presidente Eanes, o Governo de Angola soliciou uma lista concreta dos sectores portugueses que estão verdadeiramente empenhados do desenvolvimento e laços com esta antiga colónia de Portugal.

Angola: 4.º lugar nas exportações lusas

A tónica sobre a cooperação entre os dois países, no quadro da visita de Gonçalves Pereira, é colocada sobre o sector económico, atendendo ao que Angola representa para Portugal: quarto lugar para as suas exportações, de Janeiro e Julho de 1981, logo a seguir aos Estados Unidos da América, Alemanha Federal e Grã-Bretanha.

As exportações portuguesas para Angola, segundo elementos do Fundo de Fomento de Exportação ascenderam, em 1980, a nove biliões de escudos portugueses(cerca de 6,75 biliões de kwanzas, ou seja 225 milhões de dólares) e só nos primeiros meses de 1981 as exportações terão atingido um valor quase igual.

Entre os principais produtos vendidos por Portugal figuram os têxteis e o calçado (cerca de 30 por cento), produtos alimentares, medicamentos e livros.

O fornecimento de materiais e equipamentos para a indústria metalomecânica, nomeadamente prefabricados, tem aumentado ultimamente.

As exportações de Angola para Portugal, essencialmente café e sisal, ascenderam em 1980 a 383,4 milhões de kwanzas (um escudo equivale a cerca de 75 centavos dekwanza).

Numa saudação, ontem, à sua chegada a Luanda, o titular do MNE e antigo professor de Direito Colonial na Faculdade de Direito de Lisboa, afirmou que «a história não anda para trás» e saudou o povo angolano que «tomou o seu destino nas suas próprias mãos».

Gonçalves Pereira, que já ontem à tarde se avistou com o seu homólogo, Paulo Jorge, e que hoje será recebido pelo presidente José Eduardo dos Santos, sublinhou aos jornalistas os «laços de fraterna amizade» que ligam os dois povos.

Em resposta a uma pergunta sobre as movimentações em Portugal de grupos que conspiram contra as legítimas autoridades angolanas, o ministro portugês disse que o seu Governo aceita o direito de expressão de alguns angolanos que manifestem opiniões contrárias às do Governo da RPA, mas acentuou que esses elementos não gozam do direito de conspiração e que tais actos são considerados crimes pelo Código Penal Portugês.

PPM afirma

"É extemporâneo falar da recandidatura de Krus Abecasis"

O PPM só decidirá do seu apoio à candidatura de Nuno Krus Abecasis (CDS) à presidência do município de Lisboa após a elaboração e aprovação de um caderno reivindicativo – disse à Anop uma fonte popular monárquica.

«Neste momento é extemporâneo dizer que o PPM apoia ou não a candidatura de Nuno Krus Abecasis, até porque esta não foi ainda apresentada formalmente pelo CDS aos seus parceiros da AD» – acrescentou.

A declaração foi prestada após a reunião de ontem do plenário concelhio de Lisboa dos autarcas do PPM, a qual teve por objectivo principal a apresentação de sugestões para elaboração do caderno reivindicativo a apresentar pelos populares monárquicos nas negociações com o PSD e o CDS para a elaboração de listas e do programa para as eleições para o município de Lisboa.

Dentro de 15 dias haverá plenário concelhio para a aprovação do caderno, que será depois entregue à Comissão Política do partido para posteriores negociações com os outros dois partidos da AD.

Em relação a eventual discordância do PPM quanto à recandidatura de Nuno Abecasis, Ferreira Pereira, da Comissão Política do partido, disse não se tratar, em princípio, de «uma questão de pessoas».

«Trata-se, sim, se o PPM poderá apoiar integralmente o programa que Nuno Abecasis ou o candidato que vier a ser escolhido pela AD pretenda levar a efeito no próximo mandato, ou se o Partido Popular Monárquico terá propostas próprias que sejam passíveis de conversações e de consenso» – referiu Ferreira Pereira.

Acrescentou que o PPM terá de ponderar os pontos positivos e negativos da gestão do actual elenco camarário.

Dos aspectos negativos, salientou a questão do património cultural edificado, a qual «nem sempre tem merecido da gestão camarária o interesse que o PPM julga que tal assunto merece».

Observou ainda que tem de haver um protocolo para a distribuição de lugares entre os três partidos da AD e estabelecidos programas de actuação.

Santana Lopes "versus" Nascimento Rodrigues

Conflito entre "críticos" definitivamente sanado

O dirigente do PSD, Rui Almeida Mendes, disse à ANOP que o conflito Nascimento Rodrigues-Pedro Santana Lopes «está definitivamente sanado».

«O incidente terá que ser considerado sanado e não estão em causa quaisquer demissões como certos jornais querem fazer crer, no sentido do reacender de uma polémica», afirmou Almeida Mendes, membro da Comissão Política Nacional, considerado próximo dos críticos.

Almeida Mendes frisou que a Comissão Política do partido analisou politicamente a questão, como conflito político que era, e que a solução a que se chegou tem a mesma natureza pelo que não se pode colocar o problema de verificação ou provas.

«A verificação em concreto -disse - sobre se teria havido interferência e de quem nas eleições para Comissão Política Distrital de Lisboa só poderia ser apreciada pelo Conselho Jurisdicional, caso se entendesse necessário a sua intervenção face aos problemas surgidos».

Pedro Santana Lopes havia ameaçado demitir-se da Comissão Política Nacional do PSD alegando interferência de Nascimento Rodrigues nas eleições para o PSD de Lisboa.

Nascimento Rodrigues, por seu turno, ameaçara demitir-se de primeiro vice-presidente da Comissão Política caso Santana Lopes não se retratasse.

Na última reunião da Comissão Política um e outro dirigentes retiraram os pedidos de demissão.

Reunião de quadros

Cerca de 350 quadros locais do PSD reúnem-se em Lisboa nos dias 24 e 25 de Abril para preparação das eleições autárquicas - soube a ANOP de fonte partidária.

Durante a reunião será analisada a estratégia social democrata para as eleições e definidos os pormenores da campanha eleitoral.

O PSD - disse à ANOP a mesma fonte - já formou um gabinete para a campanha e estabeleceu o dia 24 de Maio como primeiro dia do seu arranque.

O gabinete de campanha do PSD está neste momento a preparar os estudos preliminares das eleições - orçamento, manual de campanha, esquemas gerais - para os propor a uma próxima cimeira da AD.

O gabinete é coordenado pelo secretário-geral do PSD, António Capucho.

Cimeira AD

A Aliança Democrática realiza uma reunião cimeira amanhã ao fim da tarde na sede do CDS.

A revisão constitucional e as eleições autárquicas serão os temas fundamentais da reunião.

A delegação do PSD, que já anunciou a sua composição, é formada por Pinto Balsemão, Fernando Amaral, Ângelo Correia, Amândio de Azevedo e António Lacerda.

Conselho de Ministros

Governo legisla sobre habitação mas crédito continua bloqueado

O Conselho de Ministros «ouviu e apreciou» na sua reunião de ontem, uma exposição do ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes sobre «as grandes opções da política de habitação», e aprovou projectos de decretos-leis que permitem «a criação de desenvolvimento prioritário e de construção prioritária, a definição do quadro regulamentar dos planos directores municipais, bem como o projecto de proposta de lei sobre actividade das agências imobiliárias de arrendamento».

Esta preocupação do Governo, relativamente à política habitacional prende-se, aparentemente, com o acentuado descontentamento que as medidas tomadas em 1981 – e que restringiram de modo grave o crédito para compra de habitação própria – criaram na opinião pública, incluindo a própria base social de apoio da AD. Aliás, o vespertino «A Tarde», próximo das posições governamentais, noticiava já ontem, a agenda da reunião do Executivo e sublinhava que a legislação em debate significava «um esforço por parte do Governo no sentido de criar condições que venham colmatar lacunas já de há meses sentidas pela população e pelo próprio sector da construção civil no sistema de aquisição de casa própria».

O mesmo órgão noticiava, a propósito, a existência de grave crise na construção civil devido às actuais dificuldades na obtenção de crédito para habitação. Registe-se, contudo, que nenhuma das medidas agora discutidas em Conselho de Ministros aponta para o descongelamento do crédito à habitação.

Na reunião – que prosssegue amanhã – foi igualmente aprovada a realização de contratos de empréstimo de moeda estrangeira com um organismo especializado do Conselho da Europa.

Em declarações prestadas no final do plenário, o secretário de Estado da Presidência do Conselho, Marcelo Rebelo de Sousa, indicou que não tinha sido debatida a greve dos maquinistas.

Interrogado sobre a eventual requisição civil dos maquinistas, Rebelo de Sousa limitou-se a afirmar que se forem necessárias medidas «o Governo tomá-las-á».

RDP – o público e o comércio

Continuação da pág. 3

Isto significa que é uma semi-política querer fazer da designada Rádio Comercial e Rádio Porto, partes integrantes da RDP, empresas economicamente autónomas porque esse é um objectivo de toda a RDP e não de parte dela. Se não é assim, então para que se assinou o ASEF da RDP?

Claro que foi para viabilizar toda a empresa, económica e financeiramente, como decorre da enunciação da sigla ASEF, acordo de saneamento económico e financeiro...

Por isto e pelo que se vai dizer, é ilícito afirmar tal como o Plano de Gestão para a RDP 1982 que parte da empresa se deve (sic) **subordinar à capacidace financeira que lhe advém exclusivamente da exploração comercial da publicidade radiofónica.** Esta subordinação implica a subordinação do Programa, que é o objecto da actividade de qualquer canal da RDP.

Os juízes do Supremo Tribunal Administrativo assim pensavam quando em 10.12.72 escreveram uma famosa sentença de que citamos uma passagem: «O financiamento exclusivo através de emissões publicitárias tem como consequência a influência da Opinião Pública pelos círculos da Indústria, do Comércio e dos Negócios. Isso não é compatível com o conceito de liberdade de informação em democracia, expresso na Lei Fundamental»...

Não seria esta sentença igualmente aplicável à luz do art.º 39 da Constituição em vigor e dos artigos 3 e 4 do Dec.-Lei 674-C/75 atrás citado?

Mas, citemos agora parte da «Fernsehenurteil» de 27.7.71 do Tribunal Constitucional da RFA que aborda igualmente o conceito de independência de uma empresa pública de radiodifusão.

... «Para o financiamento dos titulares das emissões de Rádio e Televisão, existe na prática apenas um caminho concebível e praticável, no sentido constitucional.

O financiamento pelos orçamentos públicos dos estados federados (ou da Federação), seria na óptica do art.º 5.º da Lei Fundamental de garantir a liberdade e a independência de todos os potenciais titulares... tão inadmissível como a preponderância do financiamento dos partidos políticos pelos orçamentos públicos. Assim, os institutos (de radiodifusão) seriam impedidos da sua função pública... por uma dependência do Estado. Se a actividade dos institutos ficasse subordinada ao financiamento pela publicidade, porque a comercialização da actividade da rádio e televisão poderia entrar em conflito com a observância e o respeito pela Opinião Pública e os interesses da colectividade que requer o preenchimento de uma função pública, então fica apenas o financimaneto com contribuições dos cidadãos que recebem a oferta da rádio e televisão e se interessam pela participação no Programa emitido»...

Pois é. Articulando as várias passagens deste texto vê-se com outra clareza o que quer dizer «até às últimas consequências» e se é lícito ou não fazê-lo hoje.

Não há rádio comercial, subordinada aos financiamentos da publicidade que se possa dizer independente do poder económico.

Claro que os tribunais alemães não têm jurisdição em Portugal, mas a flagrância da identidade dos problemas é óbvia.

Posto isto, uma pergunta: então neste País não há ninguém nos partidos, nas forças sociais, nos órgãos de soberania que peça uma explicaçãozinha ao Governo?

Ou será então que serviço público, serviço comercial e serviço governamental são a mesma coisa?

E já agora: quando é que se cumpre o Dec.-Lei 674-C/75, entre outros?

PS – Posteriormente a ter concluído este artigo, tive acesso ao ASSF/RDP que inclui uma importante novidade: a cisão da RDP em duas partes. Será esse o tema do próximo artigo.

***Realizador RDP**

Triumph Dolomite CA-52-38

Um membro do Conselho de Informação para a RDP constatou, esta madrugada, que a sua viatura já não estava no local onde a havia deixado estacionada – na Avenida dos Estados Unidos da América. No interior do carro (azul-escuro) desaparecido estavam elementos importantes que se destinavam a uma reunião a efectuar amanhã. Quaisquer informações podem ser fornecidas através dos telefones 778453 ou 361006. O interessado agradece.

ensino

Autonomia universitária debatida ontem na AR

Tradicionalismo "chumbou" projecto do MDP

A possibilidade de os Reitores das Universidades portuguesas serem eleitos directamente em Assembleia da Universidade sem intervenção governamental, foi ontem eliminada ao ser reprovado na generalidade pela Assembleia da República o projecto de lei de Autonomia universitária do MDP/CDE.

Dos quatro documentos presentes à AR sobre aquela matéria, o projecto de Lei do MDP-/CDE é o único que defende a eleição directa do Reitor pela Assembleia da Universidade, devendo obter mais de metade dos votos expressos.

Razões legais são o único motivo que podem na óptica do MDP/CDE levar o órgão da tutela a recusar a nomeação do eleito.

Este projecto foi contudo reprovado por não obedecer a um conceito tradicionalista da Universidade no final da discussão na generalidade que ontem finalmente ao fim da tardè – após sucessivos adiamentos – se realizou, pelos votos contra da maioria AD, a abstenção da ASDI e os votos favoráveis do MDP, PCP, PS UEDS e UDP.

Os dois projectos de Lei da responsabilidade da ASDI e do CDS e a proposta de Lei do Governo – a tal que apresenta o Reitor como um quase governador civil – foram aprovados, baixando portanto à Comissão Parlamentar da Educação na qual estão representados todos os Partidos com assento na Assembleia da República, inclusive portanto o MDP e os partidos que votaram favoravelmente o seu projecto de lei. Todavia os textos-base, que vão ser discutidos na especialidade são defensores e apenas para salientar esta questão fulcral da eleição do reitor – de aparecimento da lista tríplice a partir da qual o Reitor será nomeado pelo ministro da Tutela. Pelo projecto da ASDI, a nomeação é precedida de uma eleição pela Assembleia da Universidade, devendo o ministro nomear, no prazo de quinze dias, de entre três nomes mais votados, o Reitor. O nomeado poderá não ser o nome com maior número de votos, desde que o ministro fundamente a escolha. Para o projecto do CDS o Reitor é nomeado pelo ministro de entre três professores eleitos em escrutínio secreto por um colégio eleitoral criado expressamente para esse fim pelos estatutos da Universidade. Finalmente, na proposta do Governo, largamente contestada em diversos sectores, o ministro tem poder de nomear arbitrariamente um de três nomes designados pela Assembleia Universitária. O Reitor deverá ser também na óptica da proposta do Governo, um representante deste junto da Universidade e não um representante de Universidade junto do Governo posição consentânea com uma verdadeira autonomia.

A visão de Estado do grupo parlamentar

Mas o que ontem se assistiu na Assembleia da República durante a discussão na generalidade da Autonomia Universitária foi ao esforço de uma AD com fundas brechas sem capacidade para as colmatar mas com suficiente à vontade para convergir na destruição das inovações de Abril. Isso ficou claro quer a partir das intervenções dos deputados da AD como das intervenções, interpelações ou pedidos de esclarecimento dos deputados da oposição.

Abriu as intervenções pelo PSD Manuel Moreira que defendendo uma nova concepção de Universidade «mais livre, mais autónoma, com capacidade de autogovernação, com capacidade de diálogo entre todos os estratos que a compõem», declarou que os sociais-democratas querem ver «ultrapassadas em sede de especialidade» as reservas de ordem pontual e global que nomeadamente a JSD manifestou diversas vezes em relação à proposta do Governo. Nesse sentido, o grupo Parlamentar do PSD apresentou à mesa da assembleia um conjunto de propostas na especialidade com o objectivo de conseguir «atingir uma lei de autonomia mais perfeita (...)». Essas propostas de alteração dizem sobretudo respeito às percentagens de representantes nos órgãos de Governo da universidade. Assim, para a Assembleia da Universidade contra os 60 por cento de doutorados, indicados na proposta do Governo, o Grupo Parlamentar do PSD propõe 50 por cento do pessoal docente e investigador, 40 por cento de alunos e 10 por cento de funcionários. Iguais proporções defendem para os membros do Conselho ou Senado Universitário. Quanto à eleião do reitor, o PSD subscreve a proposta do Governo acrescentando que «a lista conterá os três candidatos mais votados, por ordem de votos recebidos, e será enviada ao Ministério da Educação e das Universidades». Quanto à possibilidade de suspensão da autonomia pelo ministro da Educação, prevista na proposta do Governo, sempre que «situações graves o justifiquem», o grupo Parlamentar do PSD propõe que a suspensão temporária não ultrapasse o período máximo de 90 dias, «ouvidos os órgãos da Universidade, sempre que possível.» Outras propostas de alteração dizem respeito à gestão financeira das Universidades.

Alterações que poderão aliviare a carga centralizadora da proposta do Governo mas que não a modificam profundamente, como salientariam deputados da oposição.

Adérito de Campos e Marília Raimundo (em substituição de Amélia de Azevedo) salientaram nas suas intervenções que foi nos Governos AD que o «caminho para uma verdadeira autonomia começou a ser rasgado».

O deputado Sousa Lara, do PPM, defendeu pelo seu partido uma Universidade autónoma, do ponto de vista científico, pedagógico, administrativo, financeiro, etc., mas quando lhe foi perguntado pelo deputado Jorge de Lemos (PCP) se votava contra a proposta do Governo, Sousa Lara respondeu que votaria favoravelmente...

As intervenções dos deputados da oposição, Luís Patrão (PS), Teresa Santa Clara Gomes (UEDS)n Helena Cidade Moura (MDP/CDE) e Jorge Lemos (PCP) desenvolveram-se no sentido de demonstrar o que a proposta do Governo tem de «antiautonomia» e as divergências que sobre esta matderia são patentes no seio da AD. Sobretudo foram postas em confronto com as posições defendidas pelo grupo larlamentar do PSD, as posições da JSD e de quatro associações de estudantes de escolas de Lisboa afectas à JSD, de contestação à proposta governamental. A isto responderam deputados do PSD: «Aqui está o grupo parlamentar do PSD, nós temos uma visão de Estado. Não está nem a JSD nem as associações de estudantes». Para que conste...

Vítor Crespo: uma declaração de intenções

Tarde e a más horas chegou o ministro Vítor Crespo à AR. Até então o debate fora seguido pelo secretário de Estado da Educação e Juventude que não se pronunciou, apesar de instado nesse sentidon pelo deputado Jorge de Lemos. O ministro da Educação justificou a sua comparência tardia pela presença durante a tarde numa reunião de reitores (pena foi que depois de tantas vezes ter sido adiada esta discussão, ela coincidisse com aquela reunião marcada há longo tempo, como frisou o ministro)m

Na sua intervenção Vítor Crespo salientou que o processo da lista triplice lhe foi proposto pelo Conselho de Reitores, que é sua intenção nomear sempre o nome mais votado da lista tríplice. E adiantou que estava à disposição da Comissão Parlamentar da Educação para que fossem produzidas as emendas necessárias.

Depois da votação dos projectos e da proposta de lei, Helena Cidade Moura expressou a esperança de o projecto do MSP poder ser de novo considerado em momento oportuno.

A Comissão Parlamentar de Educação tem um mês para debater na especialidade os três documentos, após o que o documento final voltará ao hemiciclo.

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

A V I S O

Concurso público para arrematação da empreitada de «Construção da Escola Primária de Queluz de Baixo» (Tipo P 3 — 8 Salas).

Base de licitação ..... 23 974 286$00
Caução provisória ..... 599 358$00

Alvarás exigidos — Obras Públicas da 1.ª Subcategoria da I Categoria, ou I Categoria ou ainda Categoria única dos industriais da Construção Civil.

Local, dia e hora limite para entrega das propostas — Serão remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, à Câmara Municipal de Oeiras, até às 17 horas do último dia do prazo de 30 dias, contados a partir do dia seguinte ao da publicação deste aviso no «Diário da República».

Local, dia e hora do acto público do concurso — Sala das Reuniões da Câmara, pelas 10 horas no primeiro dia útil, a seguir ao termo do prazo acima referido.

Local e horário para exame do processo — Câmara Municipal de Oeiras — Divisão de Equipamento Social e do Ambiente, durante as horas de expediente.

Paços do Concelho, em 4 de Março de 1982

O PRESIDENTE DA CÂMARA
João António Silva Ramos

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

SECRETARIA

ADMISSÃO DE PESSOAL ANIMADOR DESPORTIVO

Condições:
— HABILITAÇÕES ADEQUADAS
— EXPERIÊNCIA DA FUNÇÃO
— ORDENADO DE ACORDO COM AS HABILITAÇÕES
— PRAZO DE ENTREGA DAS RESPOSTAS ATÉ 31 DE MARÇO DE 1982.

OS CONCORRENTES DEVEM APRESENTAR «CURRICULUM» DETALHADO E PROPOSTA DE PROGRAMA DE TRABALHO.

TODOS OS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS SERÃO PRESTADOS PELA VEREAÇÃO DA CÂMARA, DENTRO DAS HORAS NORMAIS DE EXPEDIENTE.

PAÇOS DO CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM, 4 DE MARÇO DE 1982.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,
JOSÉ EDUARDO EVANGELISTA FRANCO CHEIS

Município de Lisboa

ANÚNCIO N.º 22/82

VENDA DE LOJAS

A Câmara Municipal de Lisboa, leva a efeito no dia 17 de Março de 1982, pelas 10 horas no Pavilhão dos Desportos, a venda em hasta pública de 5 lojas existentes nos prédios municipais situados na Rua Manuel Porto, Urbanização de Carnide.

As condições foram publicadas no Diário Municipal n.º 13 817 de 28/1/82, encontram-se patentes na Divisão de Cadastro e de Administração — Paços do Concelho, 3.º andar.

Direcção dos Serviços de Finanças
Pel'O Director
José António Gonçalves Teixeira da Silva

Após demonstração e experiência

Autocarros de deficientes não agradam a toda a gente

Os mini-autocarros para transporte de deficientes foram alvo de uma demnstração pública em Lisboa.

Perante representantes do Secretariado Nacional de Reabilitação, das Secretarias de Estado dos Transportes e Saúde e, ainda, da empresa transportadora Carris, o técnico da empresa fabricante exibiu o sitema sofisticado que permite, através da pressão de um botão que a cadeira de rodas do deficiente seja elevada ao nível do piso do meio de transporte.

Com capacidade para sete pessoas sentadas e cinco cadeiras de rodas dotadas de um sistema de segurança que as mantêm, através de um dispositivo, fixas ao pavimento, o modelo dos quatro mini-autocarros, inspirado nos existentes em França, e já em circulação desde 27 de Fevereiro, provocou já largas reacções opostas.

Para os que lançaram a ideia e a concretizaram através das aquisições, o que exigiu um investimento de 1,9 milhões de escudos coberto pela Secretaria de Estado dos Transportes, «é ainda muito cedo para se fazer um balanço da operacionalidade de tal transporte» que por enquanto serve apenas a área de Lisboa.

A comissão de trabalho que implementou a concretização dos mini-autocarros tenciona torná-lo extensivo ainda este ano à cidade do Porto, havendo também consultas para as cidades de Coimbra , Barreiro, Setúbal e Amadora no sentido de se avaliar as maiores carências.

Embora tenham à partida sido concebidos essencialmente para os deficientes com dificuldades de locomoção, que não podem fazer uso dos actuais transportes públicos, a medida, segundo reacções auscultadas não satisfaz a maioria dos utentes que considera que os mini-autocarros «são só para alguns».

Machado Cruz, da Associação Portuguesa de Deficientes, referiu que a medida significa «um passo em frente» mas constitui por outro lado, uma «segregação social do deficiente» - frisou.

O que seria desejável era a adaptação dos transportes públicos em geral, para que os deficientes pudessem, como qualquer pessoa numa paragem, deslocar-se para o seu emprego ou actividade exterior» - frisou.

Em seu entender, a técnica sofisticada com que estes meios de transportes são dotados provoca algumas dificuldades de utilização que lhes parece «mais adequada a centros de saúde ou hospitais e não ao utente normal que sai de sua casa».

«Depois existe toda uma borocracia nos sistema de requisição que tem de ser feito na antevéspera e confirmado na véspera com origem, hora e destino do serviço mediante telefonema», disse.

Quanto à periodicidade, não é necessário confirmar, mas por outro lado é exigido o aviso prévio da não utilização. O deficiente que quiser beneficiar de tal meio de transporte terá de possuir um atestado comprovativo da deficiência, através do qual recebe um cartão da Carris e mesmo assim terá de pagar 30 escudos por viagem, o equivalente ao transporte público normal.

Machado Cruz, que experimentou já estes autocarros, referiu que o pagamento se torna barato para os deficientes que (citando uma sua colega que se desloca para o trabalho utilizando sempre o táxi) gasta quase oito mil escudos por mês - disse.

Mas, acrescentou, para aqueles que não têm possibilidades, o transporte especial torna-se agora muito caro porque mesmo em períodos curtos será necessário pagar os 30 escudos e se levar o acompanhante, mesmo que este possua passe social terá também de adquirir o bilhete.

Em relação ao problema, Ribeiro Monteiro, responsável da Carris, esclareceu que o sistema, quer de requisição de transporte, quer de pagamento, é durante três meses um sistema provisório.

«Tudo se encaminha para o estabelecimento de percursos definidos» e está também em estudo a utilização de um passe adequado ao transporte especial bem como a de módulos pré-comprados - anunciou.

Freguesia da Golegã

Paul de Boquilobo distinguida pela UNESCO como reserva de biosfera

O Conselho Coordenador da UNESCO reconheceu oficialmente Paul de Boquilobo, na Golegã, como reserva de biosfera no âmbito do seu programa «O Homem e a Biosfera» (MAB).

O programa «O Homem e a Biosfera» é uma iniciativa intergovernamental que tem por objectivo «o estudo da estrutura do funcionamento dos ecossistemas da biosfera e das alterações que neles o homem sistematicamente provoca, examinando os efeitos dessas alterações sobre a própria espécie humana».

Paul de Boquilobo fica a dois quilómetros da Chamusca e a sua aprovação como reserva foi feita com outras 15 áreas semelhantes situadas em vários pontos do globo. O respectivo certificado deverá ser reproduzido em forma de placa e ali colocado como prova do interesse que a reserva representa a nível mundial.

O director-geral da UNESCO manifestou ao presidente da comissão nacional (Sá Machado) o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pelas autoridades portuguesas e congratulou-se pelo facto do nosso país «ter concorrido para o estabelecimento de uma rede internacional de reservas de biosfera, na convicção de que Portugal terá um papel relevante na conservação da integridade ecológica mundial».

Paul de Boquilobo não é mais que uma quinta de cerca de meio milhar de hectares constituindo uma pequena povoação que se estende pelas freguesias de Azinhaga (do concelho da Golegã) e da Brogueira (Torres Novas), terra natal de Humberto Delgado. A maior parcela da quinta fica na área da Golegã. Neste momento trabalham nela cerca de duas dezenas de pessoas – os habitantes de Paul de Boquilobo.

O presidente da Câmara da Golegã afirmou esta manhã ao «DL» ser esperada tal distinção por parte da UNESCO, tendo em conta «extraordinária riqueza» e a «beleza extraordinária» de Paul de Boquilobo, atributos esses, de par com o relevo da UNESCO, que poderão contribuir para o desenvolvimento turístico da região.

Assembleia Municipal da Moita

CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL

A Assembleia Municipal da Moita, em sessão ordinária de 26.02.82, deliberou a seguinte constituição do Conselho Municipal para 1982.

1 Representante do Sindicato dos Corticeiros a)
1 Representante do Sindicato da Construção Civil a)
1 Representante do Sindicato dos Têxteis a)
2 Representantes dos Trabalhadores da Câmara Municipal a)
1 Representante dos Bombeiros Voluntários da Moita a)
1 Representante da Coordenadora das Comissões de Moradores da Freguesia da Baixa da Banheira a)
1 Representante da Cooperativa Agrícola Flor do Tejo a)
1 Representante da Cooperativa de Habitação Económica Banheirense a)
1 Representante da Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos da Baixa da Banheira a)
1 Representante da Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos de Alhos Vedros a)
2 Representantes da Comissão Integradora dos Serviços de Saúde Local a)
1 Representante da Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro a)
1 Representante do Núcleo de Apoio a Crianças Deficientes Auditivas a)
1 Representante da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros a)
1 Representante da Associação de Socorros Mútuos Montepio União Moitense a)
1 Representante da Associação dos Pequenos e Médios Comerciantes dos Concelhos do Barreiro e Moita a)
1 Representante dos Professores do Ensino Primário a)
1 Representante da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores a)
1 Representante das Colectividades da Freguesia da Moita b)
1 Representante das Colectividades da Freguesia de Alhos Vedros b)
1 Representante das Colectividades da Freguesia de Baixa da Banheira b)
1 Representante das Cooperativas de Consumo b)
1 Representante das Cooperativas de Produção b)
1 Representante das Comissões de Moradores da Fregueisa da Moita b)
1 Representante das Comissões de Moradores da Freguesia de Alhos Vedros b)
1 Representante das Comissões de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia da Moita b)
1 Representante dos Professores das Escolas Preparatórias e Secundárias b)
1 Representante das Associações de Estudantes b)
1 Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação b)
2 Representantes das Comissões de Trabalhadores b)
1 Representante dos Pequenos e Médios Industriais b)

a) Os organismos assinalados pela alínea a) terão de responder indicando os seus representantes no prazo de dez dias para o presidente da mesa da Assembleia Municipal, conforme determina o Art.º 69.º da Lei 79/77.
b) Todos os organismos ou pessoas individuais assinalados pela alínea b) estão convocados para comparecer numa reunião a efectuar no dia 20 de Março pelas 15 horas e 30 minutos no salão da Junta de Freguesia da Moita, com o fim de elegerem os seus representantes.

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
O PRESIDENTE
Joaquim Martins Gonçalves

de ontem para hoje

Açores: armas ilegais e prostituição

A PSP dos Açores comunicou ontem em Ponta Delgada ter instruído em Fevereiro último cinco processos respeitantes à posse ilegal de armas de fogo e um pelo exercício da prostituição. A mesma fonte revelou ainda haver enviado em idêntico período a tribunal 192 inquéritos preliminares respeitantes a criminalidade e 61 de acidentes de trânsito. A PSP dos Açores deteve, por outro lado, sete indivíduos acusados de furto e dois implicados em contrabando, para além de ter recebido 116 queixas por furto e arrombamento, seis de burla, uma de fogo posto e uma outra por abuso de confiança. Quanto à delinquência juvenil, aquela corporação prendeu 16 menores, enviou 23 a tribunal e entregou três às famílias. Nas estradas das nove ilhas dos Açores registaram-se no mesmo período 62 acidentes de viação, de que resultaram um morto, 19 feridos graves e 22 ligeiros.

Câmara de Loures: três novas escolas

Na Câmara de Loures, numa reunião presidida pelo seu presidente Severiano Falcão (foto), foram ontem adjudicadas duas escolas definitivas nas povoações de A-das-Lebres e na Murteira no valor de cerca de sete mil contos. Brevemente irá também ser aberto concurso para uma outra escola definitiva na Quinta Nova, em Odivelas. O lançamento destas escolas é uma novidade da iniciativa do novo pelouro dos Equipamentos Colectivos daquela edilidade após as eleições de 11 de Outubro. Pretende-se desta forma dar um impulso até aqui inexistente na construção de escolas primárias.

«Mexilhão» detido na Ericeira

Quando se encontrava a pescar ilegalmente na área das três milhas, frente à Ericeira, foi ontem à tarde apresado o arrastão «Mexilhão». A captura, orientada pelo cabo-de-mar daquele porto, teve a participação de duas embarcações artesanais da praça da Ericeira. Posteriormente, o «Mexilhão» foi conduzido debaixo de escolta para a Docapesca, em Lisboa.

Bombeiros Voluntários de Évora

Os Bombeiros Voluntários de Évora, soube-se ontem, foram em Janeiro chamados a acudir a dois incêndios, para além de terem efectuado 137 transportes de doentes para o hospital local e 60 para os Hispitais Civis de Lisboa. No mesmo período acudiram com o serviço «115» a 14 acidentes e a 147 casos de doença súbita, tendo prestado 54 serviços em casas de espectáculo. A sua actividade no primeiro mês deste ano foi desenvolvida por 45 homens, tendo percorrido um total de cerca de 21 mil quilómetros e despendido 700 horas, aproximadamente.

Pedras Rubras: 400 contos no assalto

O valor do assalto efectuado ontem de manhã à dependência do Banco Borges e Irmão em Pedras Rubras não ultrapassou os 400 contos. Os cinco assaltantes, todos do sexo masculino, embuçados e armados, viriam a abandonar a poucos quilómetros do local do assalto, conforma noticiámos, o automóvel inicialmente utilizado, que se presume tenha sido roubado. A Polícia Judiciária fez um exame pericial à viatura para recolha de possíveis elementos conducentes à identificação dos assaltantes.

Ângelo Correia: polémica com a GNR

A Guarda Nacional Republicana de Mondim de Basto, no distrito de Vila Real, voltou a ocupar o seu quartel,em cumprimento de disposições do Ministério da Administração Interna. A retirada da GNR daquele quartel, por motivos ainda não esclarecidos, fez com que a edilidade local tivesse anunciado na altura a sua demissão. Apesar do Comando-Geral da GNR ser contra a reactivação daquelas instalações, o Ministério da Administração Interna, de que é titular Ângelo Correia, determinou a recolocação dos efectivos em Mondim de Basto.

Ali e Alisa visíveis no «Zoo»

Embora com Alisa cansada (um pouco de dispneia e respiração ofegante) já se encontra à disposição dos visitantes do «Zoo» lisboeta o casal de bisontes (o macho dá pelo nome de Ali), oferecidos pelo Jardim Zoológico de St. Louis, no Estado norte-americano do Missouri. Ali e Alisa (ambos com oito meses de idade) ocupam o espaço também reservado a um casal já bastante idoso de animais da mesma raça.

"Que o teu medicamento O novo mundo das

Nutri-saúde, Celeiro, Costa e Peralta, Ignoramus: em poucos anos, o espaço urbano surge habitado por novas áreas de comercialização de produtos alimentares.

Macrobiótica, vegetarianismo, alimentação racional, qualidade de vida, tornam-se palavras correntes.

O que faz correr consumidores de todas as idades e profissões? A aspiração a um equilíbrio biológico e emocional mais humanos, perdidos há muito.

É o que Michio Kushi, professor da Universidade de Massachussetts e divulgador no Ocidente do modo de vida macrobiótico, exprime deste modo:

Quando somos capazes de livre e conscientemente escolher e consumir o nosso alimento diário, exercemos a liberdade na nossa vida. O princípio de tal liberdade, capaz de nos orientar biológica e fisiologicamente, social e espiritualmente, reside na nossa harmonia com o ambiente.

Vive-se mal, porque se come mal. A «descoberta» é recente, mas assume particular importância, se acrescentarmos que provém da Comissão Especial para a Alimentação e Necessidades Humanas do Senado dos Estados Unidos.

Afirma George McGovern, presidente da Comissão, num relatório já célebre, e que constitui um impressionante libelo acusatório, em matéria alimentar da sociedade americana.

«Os alimentos com que deparamos em supermercados, restaurantes e comércio em geral, são-nos tão familiares e encontram-se de tal modo imbricados em quase todos os aspectos das nossas vidas, que se torna difícil conceber que alguns deles, consumidos nas quantidades hoje em dia generalizadas, possam ser debilitantes ou até mortais.»

Antes de ser sugerida uma lista de sete recomendações para a selecção e preparo dos alimentos, o senador sublinha ainda:

«As quantidades de gordura, colesterol, açúcar e sal consumidas hoje em dia estão directamente ligadas ao desenvolvimento de doenças cardíacas, de diabetes, de apoplexia e de cancro, para nomearmos apena s algumas das doenças mais comuns que têm sido relacionadas com a alimentação.

Ao todo, seis das dez principais causas de morte nos Estados Unidos foram já relacionadas com a nossa alimentação.»

As propostas do Senado americano podem resumir-se do seguinte modo:

Aumentar o consumo de cereais integrais, vegetais e fruta; reduzir o consumo de carne e aumentar o consumo de peixe e carne branca; reduzir o consumo de alimentos ricos em gordura e substituir parcialmente a gordura saturada por gordura poli-insaturada; substituir o leite magro por leite completo; reduzir o consumo de manteigas e margarinas, ovos e outros alimentos de elevado teor em colesterol; reduzir o consumo de açúcar e de alimentos de elevado teor em açúcar; e, finalmente, reduzir o consumo de sal e de alimentos com elevado teor em sal.

Nutrisaúde, em Lisboa: «As pessoas, quando aqui chegam, já vêm a cair de mortas»

Dois milhões não comem o suficiente

Em Portugal, que dificilmente poderá ser considerado um «reino de abundância», as despesas com a alimentação atingem cerca de metade dos orçamentos dos agregados familiares.

Em 1979, essa percentagem era da ordem dos 40 por cento. Entretanto, no mesmo ano, importávamos 45 por cento daquilo que consumíamos, num valor de 56 milhões de contos, números que se agravaram nos anos seguintes, no que foi atribuído a uma má conjuntura agrícola.

Mais grave, porém, é sabermos que não existe apenas uma dependência alimentar externa.

Os portugueses têm uma alimentação deficiente e dois milhões de pessoas em Portugal não comem o suficiente, afirmava em Março de 1979, o dr. Emílio Peres, professor de Nutricionismo na Universidade do Porto, numa conferência sobre o tema.

Sabe-se que assim é, mas, paradoxalmente, nunca foi feito, até 1980, um inquérito aos hábitos alimentares dos portugueses.

O Instituto Ricardo Jorge meteu braços a essa tarefa nos finais desse ano, mas os resultados desse inquérito ainda não foram divulgados, prevendo-se, na altura, que isso viesse a suceder no princípio deste ano.

Estranho: sabemos que comemos mal, que pelo menos «30 a 40 por cento dos óbitos têm origem em doenças cuja base é o desregramento alimentar», mas continuamos às escuras:

Que produtos fazem mal? Quais as principais insuficiências proteicas e vitamínicas? Em que consistem as nossas distorções alimentares? Que medidas podem e devem ser tomadas para o evitar?

Há quem não esteja disposto a esperar pelas respostas «oficiais», incertas e tardias.

E arrisque soluções.

O problema que presentemente enfrentamos, deverá ser urgentemente encarado e resolvido, afirma Rosa Maria Calado. **Trata-se da restauração biológica, psicológica e espiritual da Humanidade, abrangendo todas as sociedades da civilização moderna.**

Surgem, então as saídas «macrobióticas» e «vegetarianas», a ênfase posta na necessidade de consumir cereais integrais e vegetais biológicos, isentos de aditivos químicos e ainda a prática de uma agricultura biodinâmica.

País de comerciantes

Somos um país de comerciantes, onde a agricultura prática dura e sem estímulos, não ocupa lugar, afirma Vítor Martini, responsável de cozinha da Sociedade Portuguesa de Naturalogia.

Não admira, pois, que a busca de novas alternativas alimentares tenha irrompido, na sociedade portuguesa, há cerca de dez anos – se excluirmos a relativamente importante tradição vegetariana no nosso país – sob a forma de lojas e supermercados de produtos «biológicos» (os restaurantes serão abordados à parte).

A Nutrisaúde, surgida há nove anos, comercializa produtos, muitos deles de importação. O mesmo sucede com o Celeiro, lançado há sete anos na «comercialização de macrobiótica e vegetarianismo, e ainda dos chamados suplementos alimentares».

A qualidade biológica dos produtos é duvidosa. O controlo não pode ser feito sob nenhuma forma, tanto no que se refere a produtos produzidos em Portugal (caso do arroz integral) ou de

HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Serviço de Aprovisionamento

CONCURSO N.º 32/82

Aceitam-se propostas para o fornecimento de:

1. — CARDIOTOCÓGRAFO FETAL
2. — ECOCARDIÓGRAFO

O Caderno de Encargos está patente na Secção de Compras e será enviado a quem o solicitar.

As propostas, em papel selado, devem ser entregues no Serviço de Compras até às 15 horas do dia 23 de Março, em sobrescrito lacrado, com referência do concurso no exterior, sendo abertas às 15 horas do dia seguinte, perante os concorrentes que queiram assistir.

H.D.F.F. 4/3/82

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS HOSPITALARES (APROVISIONAMENTO)

(João Luís Marques Moreira)

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ANÚNCIO

Torna-se público que se encontra aberto o Concurso Público 2/82-D para fornecimento de GÉNEROS ALIMENTÍCIOS, durante o 2.º trimestre de 1982.

O caderno de encargos está patente nos Serviços de Aprovisionamento e **será enviado a quem o solicitar,** indicando as referências dos Géneros que pretendem fornecer.

As propostas devem ser entregues nos aludidos Serviços até às 17 horas do dia 16 de Março de 1982, em **subscrito fechado, selado e lacrado, com indicação do número do Concurso Público no exterior e remetente,** sendo abertas no dia seguinte, pelas 15 horas, perante todos os concorrentes que desejem assistir.

SÓ HAVERÁ LICITAÇÕES VERBAIS EM CASO DE IGUALDADE DE PREÇOS.

Para os géneros a fornecer, conforme as necessidades dos HUC, é necessário efectuar na nossa Tesouraria, um depósito provisório de Esc.: 5000$00.

Coimbra, 1 de Março de 1982.

O Director dos Serviços de Aprovisionamento

(Dr.ª Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso)

seja o teu alimento"

alternativas alimentares

origem estrangeira, adquiridos através de casas importadoras.

Não podemos garantir a qualidade biológica do que vendemos, esclarece Fernando Lobo, sócio da firma Dantas e Vale, proprietária do Celeiro. **As pessoas sabem, contudo, que levam produtos sempre frescos, o que é importante neste tipo de géneros.**

Com efeito, é inegável a afluência crescente de novos consumidores, em busca de soluções individuais para os seus males, ou simplesmente em fase de consciência da agressividade ambiental em matéria alimentar (neste caso, jovens, na sua maioria).

Vendemos três a quatro toneladas de arroz por mês, esclarece ainda Fernando Lobo. Traduzido em números, esse volume de vendas representa uma média de três a quatro mil registos diários: **Cerca de seis mil pessoas visitam-nos diariamente.**

Na Nutrisaúde, onde são praticados «conselhos» sobre alimentação, declaram-nos que **as pessoas que aqui chegam, já vêm a cair de mortas, depois de terem esgotado, em vão, os recursos da medicina convencional.**

Os produtos, considerados **um pouco mais caros do que a restante alimentação,** não afastam clientes. Pelo contrário:

Chega gente de todos os níveis sociais. Até médicos, que não se limitam a mandar doentes, mas vêm também procurar novas soluções.

Carlos Pessoa

Muitos destes produtos, inacreditavelmente, são considerados de luxo: quem lhes chega?

Multas por açambarcamento de tabaco

Vários comerciantes foram sujeitos, durante a segunda quinzena de Fevereiro, a multas pelo crime de açambarcamento de tabaco, num total superior a mil contos, segundo uma informação hoje divulgada pela Direcção-Geral de Fiscalização Económica.

Assim, Luís de Freitas Coelho, de Guimarães, proprietário da «Casa Luís», foi condenado em doze dias de prisão remíveis a 60 escudos por dia, e à multa de 451 contos, ou em elternativa a dois anos de prisão. Celestino de Sousa Pereira, do Porto, sócio-gerente da «Tabacaria Invicta», em 10 dias de prisão efectiva, e à multa de seiscentos contos: Sousa Pereira respondeu ainda pelo crime de desobediência, tendo sido condenado em 15 dias de prisão remíveis a 200 escudos por dia. O réu recorreu da sentença tendo sido caucionado em 645 contos. Francisco Correia de Mesquita Guimarães Júnior, de Vila Nova de Famanição, armazenista-retalhista de tabacos, foi sentenciado em 30 dias remíveis a 100 escudos por dia e a duzentos contos de multa, ou, em alternativa, dois anos de prisão.

No mesmo período foram ainda condenados em tribunal cívico, comerciantes por crimes contra a saúde pública pela comercialização de produtos impróprios para consumo, incluindo frangos, carne e peixe.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES ESTAGIÁRIOS

A Universidade de Évora torna público que vai ser aberto, pelo prazo de 30 dias a partir da data da publicação do respectivo edital no «Diário da República», concurco documental para recrutamento de um assistente estagiário para o Departamento de Fitotecnia, para a área das

PASTAGENS E FORRAGENS, disciplinas de Pastagens e Tecnologia de Forragens I e II

Ao concurso serão admitidos candidatos com licenciatura em curso superior equivalente adequados, que tenham obtido a informação final mínima de «Bom» e satisfaçam os demais requisitos constantes do referido edital.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE LOURES
EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE UMA BANCA DE AFERIÇÃO DE CONTADORES ELÉCTRICOS MONOFÁSICOS E TRIFÁSICOS DE ENERGIA ACTIVA E REACTIVA

Faz-se público que se encontra aberto concurso pelo prazo de vinte dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação deste aviso no Diário da República para o fornecimento designado em epígrafe, nos termos do caderno de encargos e programa de concurso que se encontram patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, nestes Serviços Municipalizados.

O depósito provisório que será efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência suas filiais, agências ou delegações ou outra instituição prevista por lei é de Esc. 50 000$00 e o definitivo é de 5 por cento sobre o valor da adjudicação.

A abertura das propostas realizar-se-à às 15 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio, numa das salas do edifício sede destes Serviços Municipalizados perante a comissão para esse fim nomeada.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Loures, 1 de Março de 1982

O Engenheiro Director-Delegado

Casimiro Martins Neves Cabaço

Concurso Público

VENDA DE ARRASTÃO BACALHOEIRO

Torna-se público que se vende com licença de pesca, o arrastão denominado «João Martins», conforme condições patentes nos serviços administrativos da Sociedade Nacional dos Armadores de Bacalhau, na Rua do Ferragial n.º 33-4.º. andar, em Lisboa, onde poderão ser consultadas ou a pedido remitidas pelo correio.

As respectivas propostas deverão ser apresentadas até às 17 horas do dia 24 de Março de 1982.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

SECRETARIA DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS

DIRECÇÃO-GERAL DAS CONSTRUÇÕES HOSPITALARES

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAIS DAS CONSTRUÇÕES HOSPITALARES DO CENTRO

AVISO

CONCURSO PÚBLICO N.º 1/82 — D.S.R.C.H.C.

Concurso público para arrematação da empreitada de construção do Hospital Distrital de Aveiro Bloco 6: Remodelação e ampliação

Faz-se público que se encontra aberto o concurso acima designado, no qual podem ser apresentadas propostas para as seguintes modalidades:

Modalidade 1 — Empreitada de «Construção do Hospital Distrital de Aveiro — Bloco 6 : Remodelação e Ampliação», a qual engloba os trabalhos de construção civil, as instalações e equipamentos de águas e esgotos, as instalações e equipamentos eléctricos, as instalações e equipamentos mecânicos e os aparelhos elevadores.

Base de licitação ..... 53 174 914$50
Caução provisória ..... 1 329 372$00

Alvará principal exigido: 1.ª Subcategoria da I Categoria ou da I Categoria e de classe correspondente ao valor total da proposta.

Modalidade 2 — Empreitada de «Execução dos trabalhos de construção civil, e das instalações e equipamentos eléctricos do Hospital Distrital de Aveiro — Bloco 6: Remodelação e Ampliação».

Base de licitação ..... 40 455 534$50
Caução provisória ..... 1 011 388$00

Alvará principal exigido: 1.ª Subcategoria da I Categoria ou da I Categoria e de classe correspondente ao valor total da proposta.

Modalidade 3 — Empreitada de «Execução das instalações e equipamentos mecânicos do Hospital Distrital de Aveiro — Bloco 6: Remodelação e Ampliação».

Base de licitação ..... 9 490 380$00
Caução provisória ..... 237 260$00

Alvarás exigidos: 7.ª Subcategoria da VI Categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.

Modalidade 4 — Empreitada de «Execução e montagem dos aparelhos elevadores do Hospital Distrital de Aveiro — Bloco 6: Remodelação e Ampliação».

Base de licitação ..... 3 229 000$00
Caução provisória ..... 80 725$00

Alvarás exigidos: 5.ª Subcategoria da VI Categoria e de classe correspondente ao valor da proposta.

Nota: Os concorrentes que apresentem proposta para a **Modalidade 1** do concurso em referência, tendo prestado, portanto, a caução provisória correspondente, e pretendendo também concorrer em qualquer das outras **Modalidades 2, 3** ou **4,** são dispensados de efectuar para estas últimas, depósitos de caução.

LOCAL, DIA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS

Na sede da Direcção de Serviços Regionais das Construções Hospitalares do Centro, sita em Coimbra, na Avenida Fernão de Magalhães n.º 222-3.º, até às 17.30 horas do dia 29 de Abril de 1982.

LOCAL, DIA E HORA DO ACTO PÚBLICO DO CONCURSO

Na sede da Direcção de Serviços Regionais das Construções Hospitalares do Centro, sita em Coimbra, na Avenida Fernão de Magalhães n.º 222-3.º, pelas 15.00 horas do dia 30 de Abril de 1982.

LOCAL E HORÁRIO PARA EXAME DO PROCESSO

Na sede da Direcção de Serviços Regionais das Construções Hospitalares do Centro, sita em Coimbra, na Avenida Fernão de Magalhães n.º 222-3.º, às horas normais de expediente, todos os dias úteis.

Na sede da Direcção dos Serviços de Obras da Direcção-Geral das Construções Hospitalares, sita em Lisboa, na Avenida Sidónio Pais n.º 18-r/c. Esq.º, às horas normais de expediente, todos os dias úteis.

CÓPIAS DO PROCESSO DO CONCURSO

Poderão ser obtidas mediante o pagamento do respectivo custo na firma **Papelaria Marciano,** sita em Coimbra, na Avenida Fernão de Magalhães n.º 165 (telefone 23760).

Coimbra, 4 de Março de 1982

O ENGENHEIRO DIRECTOR DE SERVIÇOS
Francisco Fernando Moutinho dos Santos

Especialista francês disserta sobre Imprensa, Rádio e TV

René Pucheu, especialista francês em Imprensa, convidado pela Alliance Française, veio há dias a Lisboa lembrar que no seu país o Estado é cada vez mais chamado a intervir para defender a liberdade de Informação. Não se trata da sua vocação, afirmou, mas esse papel tem sido pedido cada dia com mais frequência – lê-se num apanhado elaborado pela ANOP.

«Em França tem-se exigido ao Estado que assegure o pluralismo. Tem-se vindo a pedir a sua intervenção para definir uma política que permita financiar títulos que não tenham suficiente publicidade – afirmou Pucheu. No entanto, é preciso ao mesmo tempo evitar que o Estado sustente jornais sem público.»

Segundo aquele especialista francês, o apoio do Estado tem sido sugerido como substituto da publicidade. Numa primeira fase, há 20 anos, a publicidade procurou a chamada «optimização» e foi canalizada apenas para os jornais de grande tiragem. Aí encontrava mais público.

Com o progresso da Televisão, este suporte passou a receber as grandes campanhas e a publicidade para a Imprensa começou a ser apenas canalizada para os jornais de público com meios para comprar os artigos propagandeados.

A conferência de René Pucheu sobre comunicação de massas em França e as alterações fundamentais dos últimos 20 anos, decorreu no Teatro D. Maria II, perante uma centena de pessoas, com predominância para estudantes. Praticamente, não havia jornalistas na sala.

Quanto à Televisão, cujo mercado de aparelhos está saturado em França, Pucheu declarou que há uma certa má consciência da sociedade – «e que toda a gente tem sempre algo contra a TV».

Os resultados eleitorais em França provam que «os telespectadores não seguem tudo o que se lhes diz, que não são idiotas, que não se deixam violar e manipular pela Televisão quando esta usa métodos de controlo e censura, dos mais estúpidos (De Gaulle, Pompidou) aos mais inteligentes (Giscard d'Estaing)».

Se a TV choca, «a Rádio não suscita discussões, é um meio muito especial, pouco se fala dele e quando se fala é sempre sem paixão – e isso porque as suas estruturas e natureza são muito diferentes dos outros meios».

A Imprensa, por sua vez, sentiu necessidade de inventar novas fórmulas e de se ajustar, apontando baterias para aspectos que se consideravam menores, como, por exemplo, o «fait divers».

«Os intelectuais – afirmou Pucheu – descobriram, nos anos 60, que valia a pena abordar os amores de Mirreille Mathieu, de Claude François e de outras figuras.»

Por fim, René Pucheu formulou a seguinte questão:

«Se no século dezoito a comunicação de massas foi transferida do púlpito para o livro e para o jornal, e do clero para os intelectuais, para onde caminha agora a comunicação...? Creio que estamos presentemente na pré-História dos meios que conhecemos. Há a satelização da Televisão, que aumentará o número de canais de características internacionais, e a informática nos jornais. Aproxima-se uma comunicação sintética e estandardizada. Perante isto, como poderemos então salvaguardar identidades nacionais, regionais e simplesmente culturais...? É preciso, por exemplo, que a colonização cinematográfica norte-americana não chegue, pelo menos, à Imprensa.»

SJ denuncia informação da RTP

Uma delegação do Sindicato dos Jornalistas (Vítor Coutinho, António Esteves e José David Lopes) foi recebida, a pedido do SJ, pelo Conselho de Informação para a RTP.

A delegação expôs ao CI/RTP a preocupação pelo tipo de informação veiculada pela RTP, sublinhando o seu carácter tendencioso e manipulatório, bem como actos de censura, nomeadamente por omissão, de notícias ou o posicionamento que lhes é conferido. A delegação do Sindicato manifestou ainda ao CI/RTP a sua preocupação pela marginalização de jornalistas na RTP e pelo desprezo revelado pelos responsáveis daquele órgão de comunicação aos Conselhos de Redacção dos serviços noticiosos dos dois canais.

Os conselheiros dos diversos partidos representados naquele órgão fizeram à delegação diversos pedidos de esclarecimento sobre os factos expostos pela delegação do Sindicato, tendo ainda solicitado ao Sindicato a apresentação de um memorando pormenorizando as questões que, genericamente, a delegação apresentou.

A Direcção do Sindicato dos Jornalistas será, entretanto, recebida hoje, dia 10, às 16 horas, no Palácio de S. Bento, pela Presidência da Assembleia da República.

Amanhã, o Conselho da Revolução recebe também em audiência, ao meio-dia, uma delegação do Sindicato dos Jornalistas, a qual apresentará a este órgão de soberania uma exposição sobre a situação nos órgãos de comunicação social estatizados, designadamente na RTP.

ATRAVÉS DUMA LISTA NEGRA

Standard Eléctrica/ITT discrimina trabalhadores

☐ **Mais uma ilegalidade a juntar a tantas outras e à desumanidade e repressão que esta subsidiária da ITT imprime às relações com os seus trabalhadores.**

A STANDARD ELÉCTRICA/ITT, COM SEDE EM S. GABRIEL, CASCAIS, DISCRIMINOU SALARIALMENTE CERCA DE 50 DOS SEUS TRABALHADORES. ALTOS RESPONSÁVEIS DA EMPRESA AFIRMARAM QUE ESTES FAZEM PARTE DE UMA LISTA NEGRA.

EM PLENÁRIO GERAL, EFECTUADO NO PASSADO DIA 4 DE MARÇO, OS TRABALHADORES TOMARAM A POSIÇÃO QUE SE SEGUE, RECOMENDANDO A SUA DIVULGAÇÃO PÚBLICA.

PROPOSTA

Tem a administração da SE/ITT, através de intensa campanha de propaganda, difundida pelos mais diversos meios de Comunicação Social, procurado influenciar favoravelmente a opinião pública numa tentativa de calar os ecos do passado e abafar os gritos do presente, sem o mínimo respeito pelas instituições do País de Abril.

Não podem os trabalhadores deixar de cosiderar que toda esta acção demagógica não corresponde, na prática, àquilo que na realidade se passa na empresa, principalmente nas relações laborais, que têm vindo, por parte da administração, a assumir formas arrogantes e intoleráveis.

ASSIM, E CONSIDERANDO:

— Que a administração da SE/ITT não esqueceu a tenebrosa prática fascizante das listas negras de trabalhadores para discriminar e perseguir, conforme foi afirmado pelos altos responsáveis da empresa a trabalhadores que quiseram saber o porquê da sua discriminação no recente adiantamento salarial feito na empresa;

— Que a administração da SE subordinada a interesses da ITT recusa-se a integrar os 212 trabalhadores ilegalmente despedidos, não obstante sucessivos acórdãos em contrário do Supremo Tribunal Administrativo, de 10/7/80 e 6/10/81, pese embora as propostas e iniciativas dos Sindicatos, no sentido de encontrar uma solução justa para este grave processo laboral;

— Por outro lado, em vez de resolver o problema humano e de direito decorrente da situação dos trabalhadores ilegalmente despedidos, a administração da SE/ITT prefere eternizar as horas extraordinárias, contratos a prazo e subcontratação de componentes, tradicionalmente fabricados na empresa, actuando desumanamente na procura do lucro fácil;

— Que a administração da SE/ITT aproveita a intolerável lei dos contratos a prazo de forma abjecta e oportunista, tendo forjado uma empresa subcontratante para ampliar a utilização dos trabalhadores a prazo, evitando a sua passagem a efectivos;

— Que a administração da SE/ITT, para desmobilizar os trabalhadores da luta pela defesa dos seus direitos e dignidade profissional, não hesita em recorrer a métodos de repressão directa, quando não surtem efeito manobras de aliciamento ou intimidação, como aconteceu na Greve Geral, onde o descaramento foi ao ponto de ameaçar com falta injustificada os trabalhadores que a ela aderissem, numa clara manobra de violação da lei da greve.

OS TRABALHADORES DA SE/ITT, REUNIDOS EM PLENÁRIO EM 4/3/82 DECIDEM:

1 — Repudiar a prática de gestão que vem sendo seguida pela administração, principalmente nas questões laborais, por estar completamente desligada das realidades sociais da vida moderna e ser fortemente lesiva dos interesses económicos, sociais e profissionais dos trabalhadores, exigindo a imediata abolição de métodos de repressão fascizante dentro da empresa.

2 — Proceder a uma recolha de assinaturas em toda a empresa como forma de solidariedade para com os trabalhadores injustamente discriminados.

3 — Recomendar, aos sindicatos mais representativos na empresa, a denúncia, nos jornais de maior tiragem de Lisboa e Porto, da grave situação criada na empresa, sobre forma de publicação de publicidade paga.

Cascais, 4 de Março de 1982

A COMISSÃO INTERSINDICAL

Proposta aprovada por unanimidade

em
ESCOLAS
BIBLIOTECAS
GINÁSIOS

NILFISK
a presença preferida

NILFISK ASPIRADORES INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS, LDA.
R. Candido Figueiredo, 91-1 • 1500 LISBOA • Tel. 78 83 31 - 78 99 55 • (junto à C. Saude da Cruz Vermelha Portuguesa)
R. da Constituição, 2371 • 4200 PORTO • Tel. 69 34 23

NI 3

Postas à venda terras de UCP's na zona de Évora

Mais de cem trabalhadores estão ameaçados de desemprego, caso se concretize o concurso público de terras integradas em três Unidades Colectivas de Produção, conforme o previsto nos editais afixados pelo Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) divulgou ontem o Secretariado Distrital de Évora das UCP's e Cooperativas Agrícolas.

Os 1213,7 hectares postos a concurso são o que resta da «totalidade das UCP's São Gregório, em Arraiolos; Cabeça Gorda, no Redondo; Nascer do Sol, em Reguengos de Monsaraz» afirmou aquele Secretariado, que interroga o Governo sobre o destino das mais de 1350 cabeças de gado e das cerca de 60 máquinas e alfaias existentes nas três UCP's.

Recorde-se que, conforme tínhamos já noticiado, fontes próximas do Primeiro-Ministro tinham posto a circular rumores sobre a extinção de dez UCP's. Na altura estes não foram confirmados pelo MAP, mas uma fonte parlamentar, por nós contactada, adiantou que tal extinção podia ter na base os inquéritos do MAP a cooperativas, inquéritos que – segundo a mesma fonte – eram falaciosos por não levarem em conta, importantes aspectos da vida económica das UCP's nomeadamente a dívida do Estado a estas.

Do mesmo modo que não levava em conta esta dívida nos referidos inquéritos, o MAP não considera agora os investimentos feitos pelas UCP's ameaçadas nas suas terras.

Num comunicado, subscrito igualmente pelo secretariado concelhio das UCP's de Arraiolos, Redondo e Reguengos de Monsaraz, o Secretariado Distrital de Évora exige a revogação dos concursos públicos abertos e a elaboração de contratos de uso de terra com as UCP's /Cooperativas.

em duas palavras

● TÉCNICOS PORTUGUESES VISITARAM SAYAGO

Técnicos portugueses e elementos de municípios portugueses visitaram as obras de infra-estrutura para a implantação da central de Sayago, situada a cerca de quinze quilómetros do território português (Miranda do Douro como ponto de referência). Membros da Junta de Energia Nuclear Espanhola e técnicos da «Iberduero», concessionária da Central de Sayago, informaram os visitantes que vão ser instaladas três torres de arrefecimento que garantirão maior segurança às populações da fronteira, por insistência das autoridades portuguesas. A delegação portuguesa que se deslocou a Sayago era constituída por representantes dos municípios do Nordeste, técnicos do Gabinete de Segurança Nuclear, Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, Instituto do Vinho do Porto, Casa do Douro e elementos do Ministério da Qualidade de Vida.

● VIA PORTO-BRAGANÇA PRONTA EM 1985

A via rápida Porto-Bragança será no sábado visitada pelo Primeiro-Ministro Pinto Balsemão, na sua deslocação a Vila Real. A via deverá ficar concluída no Verão de 1985, fazendo parte do plano de pré-adesão de Portugal à CEE. O novo itinerário encurta em 48 quilómetros a distância entre as duas cidades. No distrito de Vila Real as obras seguem em bom ritmo: o troço entre Campeã e Parda de Cunhos (nove quilómetros) foi já adjudicada por 350 mil contos, podendo estar concluído em Agosto.

● FRANCESES INVESTEM EM VILA REAL

Enquanto se anuncia a deslocação do presidente da Câmara de Vila Real ao Brasil, a convite da Casa de Trás-os-Montes no Rio de Janeiro, fala-se naquela cidade transmontana na criação de uma empresa luso-francesa de alumínios e elementos decorativos.

● FALSIFICAÇÃO DE «PORTO» GERA PROTESTOS

A exposição de «Vinho do Porto» na Feira Alimentar/82 de Madrid, também chamada «Alimentária/82», levou o embaixador de Portugal na capital espanhola (João de Sá Coutinho) a insurgir-se contra o facto, protestando junto das autoridades espanholas pela grosseira falsificação de tão genuíno produto português. Sá Coutinho presidia às cerimónias do «Dia de Portugal» na Feira internacional de Alimentação de Madrid, sublinhando que o Governo fará novas pressões junto do Executivo espanhol a fim de ser aplicado o acordo existente.

● TAP VOOU EM JANEIRO MENOS QUE EM 81

A TAP-Air Portugal efectuou menos 216 voos em Janeiro deste ano que no mesmo mês de 1981, embora tendo transportado mais quatro mil passageiros. A linha Lisboa-Caracas atingiu em Janeiro um coeficiente de ocupação de 77 por cento, o mais alto de toda a rede da TAP. A rede da Europa também se mantém a níveis acima da média: 58 por cento. A TAP realizou em Janeiro 1642 voos e transportou 137 518 passageiros.

● PASSES DA CP VALEM PARA A RODOVIÁRIA

Os passageiros com passes da CP poderão utilizá-los na RN enquanto durar a greve dos maquinistas, isto é, viajarão gratuitamente (tendo os passes em dia). Isto, como é bom de ver, nos trajectos da RN iguais aos da validade dos passes para a CP. A prática vale para todo o país. No entanto, os detentores de passes da RN não poderão utilizar gratuitamente os autocarros da empresa que estão ao serviço exclusivo da Carris.

● NÃO VIAJE SOZINHO DURANTE A GREVE

Coloque o seu automóvel ao dispor dos outros enquanto durar a greve dos maquinistas da CP, alvitra o Ministério da Habitação, Obras Públicas Transportes num comunicado agora tornado público. Nele o MHOP sugere que se diferencie o horário habitual de deslocação para o trabalho e para casa, que se não congestione o tráfego ao estacionar, se aproveite ao máximo os grandes parques de estacionamento, se utilize os itinerários menos procurados e se informe junto da CP acerca da evolução do caso.

totobola totobola totobola

totobola

ESTA SEMANA
DUAS OPORTUNIDADES

30.º CONCURSO NORMAL
TAÇA DE PORTUGAL
CAMPEONATOS
DE ESPANHA E ITÁLIA

6.º CONCURSO EXTRAORDINÁRIO
TAÇA DOS CAMPEÕES
TAÇA DAS TAÇAS
TAÇA UEFA
CAMPEONATO DE INGLATERRA

OS BILHETES SÃO ENTREGUES
COM OS DO CONCURSO N.º 30
Informe-se nas agências

totobola totobola totobola

DC3 PUBLICIDADE

Maternidade
Planeamento Familiar
Três
projectos de Lei
em Debate Público
Aborto

vasta e profunda reflexão colectiva
de médicos, psicólogos, juristas, pedagogos,
sindicalistas, deputados e dirigentes políticos

A VERDADE CONTRA A HIPOCRISIA

Após denúncia de fraude eleitoral

Violentos incidentes na capital da Guatemala

Eclodiram ontem ao fim da tarde violentos incidentes na capital da Guatemala, quando manifestantes tentaram juntar-se para protestar contra as fraudes registadas nas eleições de domingo.

Ignorava-se ontem à noite se havia mortos ou feridos.

Por outro lado, vindo aumentar a confusão que reinava ontem à tarde na cidade da Guatemala, o Movimento de Libertação Nacional anunciava a prisão, em circunstâncias mal definidas, de Guillermo Sandoval Alarcon, irmão do seu candidato à presidência da República, Mario Sandoval Alarcon, que figurava em segundo lugar, com 28 por cento dos votos, segundo a última contagem divulgada.

Pelo seu lado, os três candidatos vencidos renunciaram, «para evitar a violência», a organizar a manifestação de protesto contra a fraude eleitoral que tinham anunciado.

Em sua substituição, Mario Sandoval Alarcon, Alejandro Maldonado (24 por cento) e Gustavo Anzueto (10 por cento) exprimiram a intenção de irem ao Palácio do Governo para exprimir as suas queixas quanto a forma como decorreu o escrutínio.

Quanto ao candidato da administração cessante, o general Aníbal Guevara (38 por cento dos votos expressos), considerou falsas tais acusações de fraude e afirmou que obteve uma «vitória limpa». Governo e Exército exprimiram idêntica opinião.

O general Aníbal Guevara, que se declarara, instantes antes, vencedor das eleições, sem aguardar a proclamação dos resultados definitivos, prometeu acabar rapidamente com a guerrilha.

Disse-se partidário de duplicar ou triplicar os efectivos das Forças Armadas para o efeito e considerou que se trata dduma tarefa prioritária para o seu Governo.

Finalmente, indicou que o seu primeiro gesto ao assumir funções será promulgar uma amnistia para os guerrilheiros que desejem regressar à vida normal, na legalidade.

Entretanto, o candidato da Central Autêntica Nacionalista, Gustavo Anzueto, revelava que na véspera, ele e os dois outros candidatos vencidos entregaram ao embaixador americano, Frederic Chapin, toda a documentação relativa à fraude eleitoral que denunciam. Acentuou, contudo, que para os três candidatos trata-se «dum problema guatemalteco que deve ser resolvido entre os guatemaltecos».

EUA preocupados com as eleições...

Os Estados Unidos pressionaram o Governo da Guatemala a fornecer a Washington, rapidamente, esclarecimentos sobre as informações que apontam para «graves irregularidades» na contagem dos votos das eleições guatemaltecas de domingo passado.

Segundo o porta-voz do Departamento de Estado, Dean Fischer, os Estados Unidos tomaram nota, «preocupadamente» dessas informações.

Dean Fischer acrescentou que o Governo do general Garcia Meza terá de dar a garantia de que todos os boletins de voto postos nas umas foram contados, «na sua totalidade e com exactidão».

Genscher em Washington

Conversações não escondem divergências

O presidente Ronald Reagan recebeu ontem, durante pouco mais de meia-hora, na Casa Branca, o ministro alemão federal dos Negócios Estrangeiros, Hans Dietrich Genscher.

Genscher terminava uma visita de dois dias aos Estados Unidos e o secretário de Estado Alexander Haig anunciou, no final desta reunião, que o presidente americano visitaria «provavelmente» Berlim Ocidental em Junho próximo, por ocasião da sua viagem à Alemanha Federal.

Reagan deve participar em Bona na cimeira da NATO, a 10 de Junho, imediatamente após a cimeira dos países industrializados de Versailles e de uma visita a Roma e Londres.

Berlim Ocidental é uma «cidade muito especial no contexto do mundo livre e da nossa vontade de preservar a nossa liberdade», precisou Haig.

Por outro lado, as discussões de Genscher em Washington foram «extremamente encorajadoras», declarou Haig.

Genscher comentou que elas tinham permitido confirmar que os EUA e a RFA «estavam perfeitamente ao corrente da importância vital das relações entre os seus dois países para a eficácia da aliança ocidental».

«Algumas pessoas, acrescentou Genscher, utilizam um microscópio para encontrar questões e domínios em relação aos quais ainda não encontrámos uma posição comum». Um destes domínios, confirmaram Haig e Genscher, é a construção do gazoduto siberiano.

Dinamarca pelas sanções contra a URSS

A decisão do Governo dinamarquês de se associar às restrições das importações na CEE de produtos manufacturados e de luxo soviéticos, levantou um dos últimos obstáculos à adopção de sanções comerciais contra a União Soviética pelos Dez, indicou ontem fonte próxima do conselho em Bruxelas.

Com efeito, a Dinamarca tinha-se oposto na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Dez em 23 de Fevereiro último, à aplicação do art.113, do tratado que rege as relações comerciais. Copenhaga considera que as medidas contra a União Soviética têm a ver antes de mais, com uma decisão política.

Por outro lado, os últimos problemas técnicos relativos à lista dos produtos que serão submetidos a limitações foram resolvidos indica a mesma fonte.

Nos meios comunitários, referiam-se reticências britânicas e alemãs ocidentais, nomeadamente acerca de uma limitação das importações de peles, automóveis e diamantes.

A comissão europeia, recorda-se, tinha estabelecido uma lista de uma centena de produtos de importação soviética cujo acesso ao mercado comunitário é livre ou regulamentado.

A comissão propunha uma redução de 50 por cento em volume destas importações que representaram 8 por cento do total das compras da CEE à URSS em 1981.

O comité dos representantes permanentes dos países membros junto da CEE (COREPER) deverá decidir amanhã se as medidas serão adoptadas por procedimento escrito, ou no próximo conselho de ministros dos Negócios Estrangeiros de 22 a 23 de Março.

De qualquer forma, a decisão será tomada por maioria e não por unanimidade, pois a Grécia continua a opor-se às sanções comerciais contra a URSS.

Entretanto o Governo de Bona anunciou ontem a suspensão do crédito às exportações alemães federais para a Roménia e a Polónia, alegando as dificuldades que estes países têm em pagar as suas dívidas.

A dívida da Roménia para com a Alemanha Federal cifra-se em mil milhões de marcos (29 mil milhões de escudos).

Zimbabwe

Frente Republicana praticamente desfeita

A Frente Republicana do antigo primeiro-ministro Ian Smith perdeu o controlo sobre os lugares dos deputados brancos no Parlamento do Zimbabwe.

O presidente do partido, Geoff Kluckow, anunciou que o chefe parlamentar da Frente Republicana, John Landau, se demitira ontem da FR para passar a independente no Parlamento.

Oito deputados da FR abandonaram o partido na semana passada, dizendo que ele não conseguiu adaptar-se ao poder da maioria negra, desde que o país se tornou independente, há 23 meses.

A Frente ganhou 20 lugares reservados a brancos, dos cem que formam a Assembleia. Nesta altura, detém somente oito lugares.

Além dos oito dissidentes, um deputado, Wally Stuttaford, de 61 anos, está preso por alegado envolvimento numa tentativa de golpe. Outro deputado está no estrangeiro e é procurado por acusação similar. Um terceiro emigrou.

Ignoram-se os motivos do afastamento de Landau, mas sabe-se que ele estava insatisfeito com a imagem da FR, dado que o partido se opõe à política socialista do primeiro-ministro, Robert Mugabe.

Brancos sul-africanos recusam a tropa

Centenas de jovens brancos sul-africanos encontram-se detidos por se recusarem a servir em unidades especiais do exército – revelou o ministro da Defesa da África do Sul, general Magnus Malan.

Falando no Parlamento, Malan disse que 577 jovens brancos estão presos em «centros de detenção» das Forças Armadas. Cerca de metade são acusados de se terem negado a fazer o treino militar no Exército e nos comandos e os outros por terem deixado o local de serviço sem autorização.

Movimento pacifista reforça-se nos

Walter Mondale aprova de "congelamento" das ar

O antigo vice-presidente americano Walter Mondale, um dos prováveis candidatos à Presidência em 1984, aproveitou ontem as propostas do movimento pacifista dos Estados Unidos, a favor de um «congelamento» das armas nucleares.

Falando perante o «National Press Club», Mondale afirmou que «apoiava de todo o coração a iniciativa a favor do congelamento nuclear» e incitou «os que para tanto tiverem oportunidade» a fazerem o mesmo.

O controlo dos armamentos – sublinhou Mondale – constitui «um imperativo moral e de segurança do nosso tempo». Mondale denunciou a «falta de interesse pela política de não-proliferação nuclear» de que o Governo Reagan, em sua opinião, dá mostras.

Segundo os observadores, esta tomada de posição de Mondale reforçará consideravelmente o movimento pacifista antinuclear dos Estados Unidos, numa altura em que o Governo americano se inquieta principalmente com a amplitude das manifestações «neutralistas» a favor do desarmamento na Europa.

A campanha em prol da paz e do desarmamento nuclear, iniciada já há dois anos, está a organizar-se em todos os estados.

Meio milhão de pessoas da Califórnia aprovaram uma petição, solicitando uma moção contra o armamento nuclear, moção essa a ser referendada naquele estado, durante as eleições legislativas de Novembro próximo. Os promotores desta campanha tencionam organizar também uma votação popular nos estados do Michigan, Nova Jersey e Delaware.

O problema do desarmamento nuclear transformou-se em assunto de importância capital nas assembleias de cidadãos. Assim, 161 das 185 cidades do estado do Vermont aprovaram uma moção onde se pede aos representantes e senadores locais que intervenham junto do presidente Reagan, para que este proponha à URSS a suspensão imediata da corrida às armas nucleares.

Petições análogas foram transmitidas, ora à Câmara dos Representantes ora ao Senado dos estados do Massachussets, Connecticut, Nova Iorque, Winconsin e Oregon.

Por outro lado, os habitantes da cidade de Bulder, no Colorado – que há um ano aprovaram maciçamente um voto a favor dessa moratória – enviaram a semana passada uma carta ao Governo federal, informando Washington de que a população local não cooperaria com as autoridades na elaboração de um plano geral de evacuação dos habitantes da região, em caso de alerta nuclear.

Em Washington, militantes pacifistas começaram a andar de porta em porta, explicando aos habitantes da capital o sentido do seu movimento. Nos edifícios públicos, não muito longe da Casa Branca, florescem os cartazes e «slogans» antinucleares, enquanto autocolantes proclamam: «Flash... Boom, vocês morreram» ou ainda: «Se uma bomba nuclear aqui cair, é certo que morrereis imediatamente».

A maioria dos jornais americanos salienta, entretanto, que o movimento pacifista nos Estados Unidos está a intensificar-se precisamente no momento em que a política económica e militar do presidente Reagan é seriamente posta em causa por crescente número de membros do Congresso, tanto democratas como republicanos, incluindo-se nestes alguns dos mais fervorosos adeptos do presidente.

O «New York Times» punha em relevo, no editorial de domingo passado, que o movimento pacifista poderia em breve vir a ter os efeitos de uma autêntica tempestade política nos Estados Unidos.

Para o influente diário nova-iorquino, o «estado de graça» de que Reagan gozava desde que subiu ao poder já se esfumou quase completamente.

Flagrante de uma manifestação em Nova armas nuclea

«Capitulação ou guerra nuclear» – a «resposta» do general Rogers

Durante um colóquio na Universidade de Harvard, na passada semana, o comandante da aliança militar ocidental, o general americano Bernard Rogers, declarou que a actual alternativa para a NATO era «capitulação ou guerra nuclear».

Na mesma altura, Rogers assinalou que seis dos 13 Estados membros da Aliança Atlântica não tinham cumprido o objectivo de aumentar em 3 por cento os gastos militares.

Nós podemos, a um custo razoável e suportável para as nações, desenvolver uma força de dissuasão conven-

Segundo o Washington Pos

Autorizada acção da CIA co

O presidente Reagan autorizou uma operação secreta da CIA (Central Americana de Informação), contra a Nicarágua, informa hoje o «Washington Post».

Segundo o jornal, que cita «responsáveis bem informados», o plano da CIA consiste em formar uma força paramilitar de cerca de 500 latino-americanos que interviriam contra objectivos económicos na Nicarágua, a partir da fronteira das Honduras.

Segundo o «Washington Post», esta operação permitiria desestabilizar a economia nicaraguense e paralisar o apoio que, segundo Washington, o regime sandinista concede à guerrilha salvadorenha.

Ainda segundo o «Post», foi consagrado ao plano da CIA um orçamento de 19 milhões de dólares, podendo essa verba ser reforçada por uma força de um milhar de homens, alguns dos quais seriam actualmente treinados pelo Exército argentino.

Este projecto teria sido apresentado ao presidente Reagan, durante uma reunião do Conselho Nacional de Segurança, no passado dia 16 de Novembro. O secretário de Estado, Alexander Haig, e o secretário da Defesa, Caspar Weinberger, teriam apoiado esse projecto, antes de ser aprovado pelo presidente, numa data indeterminada.

Apelo de Ortega: «Resistir e vencer»

O ministro sandinista da Defesa, comandante Humberto Ortega, apelou à população da Nicarágua para que organize a defesa civil a fim de «resistir e vencer» qualquer ataque contra-revolucionário.

O comandante Ortega, que falava durante o encerramento do primeiro encontro do «Comité Permanente de Intelectuais pela Soberania da nossa América», disse que não pretendia provocar o pânico, mas apenas chamar a atenção para a necessidade de «o povo estar preparado perante o perigo real de uma agressão militar».

Acrescentou que todas as informações ao dispor do Governo assinalam ser «Março o mês mais difícil para a Nicarágua e a América Central».

«Se houver necessidade de se derramar sangue na Nicarágua, deve ser para conseguir a vitória» – disse o chefe das Forças Armadas sandinistas.

IS contra eleições da Junta de El Salvador

A Internacional Socialista (IS) considerou as próximas eleições em El Salvador um insulto à democracia, enquanto correm rumores na capital salvadorenha sobre um eventual adiamento da ida às urnas.

«Em El Salvador não estão criadas as condições mínimas para a realização de eleições livres» – afirma um comunicado

nos EUA

va a proposta rmas nucleares

n Nova Iorque, pela paz e contra as nucleares

O «numero dois» do Pentágno estará até amanhã na RFA, onde estão estacionados cerca de 250 000 soldados americanos.

Um acordo relativo ao apoio logístico que a RFA fornecerá ao exército americano, «em caso de conflito» na Europa, está prestes a ser assinado.

Um dos principais pontos desse acordo é o empenho da RFA em fornecer 93 000 reservistas para o apoio logístico de seis divisões americanas (cerca de 100 000 homens) estacionadas nos Estados Unidos e designadas para intervir na Europa em «caso de crise».

Frank Carlucci deslocar-se-á depois à Itália e à Espanha, antes de regressar aos Estados Unidos, no dia 13 de Março, via Islândia, precisa-se no Pentágono.

Reagan: novo revés na Câmara dos Representantes

A Comissão dos Serviços Armados da Câmara dos Representantes impôs um novo revés político ao presidente Reagan, ao considerar que, embora se justifique o pedido de 236 mil milhões de dólares para a Defesa pretendido pelo presidente dos EUA, esta soma não poderá ser concedida integralmente.

Numa missiva dirigida à sua congénere das questões orçamentais, os peritos dos Serviços Armados da Câmara dos Representantes assinalam que as condições económicas gerais impõem a introdução de cortes nas verbas da Defesa.

Contudo, observadores atentos consideram que a redução decidida pela Comissão, constitui uma forma de fazer passar o plano de Reagan, uma vez que as questões orçamentais têm vindo a suscitar forte polémica. Assim, os cortes anunciados pela Comissão dos Serviços Armados, poderiam inviabilizar cortes mais drásticos, defendidos por alguns membros do Congresso.

cional aceitável, acrescentou.

Instando a que as populações da Europa sejam «convencidas da ameaça soviética» o comandante militar da NATO acentuou ser tempo de as mesmas «fazerem sacrifícios noutros programas (não militares), tal como os norte-americanos fazem, por forma a serem canalizados recursos adicionais para a defesa».

Carlucci em ronda pela Europa

Frank Carlucci, secretário adjunto americano da Defesa, efectua actualmente uma viagem à Europa, para visitar, designadamente, certas bases americanas, soube-se ontem no Pentágono.

Julgamento do "23 F"

Contradições e acusações entre Del Bosch e Armada

O tribunal militar de Madrid prossegue o interrogatório aos dois principais acusados do frustrado golpe militar do 23 de Fevereiro, sobressaindo o aumento das contradições e acusações entre ambos.

Durante a primeira sessão de ontem e na de segunda-feira foi interrogado pelo acusador público e pelos advogados, o tenente-coronel Millans Del Bosch. A partir do meio-dia de ontem começou a ser interrogado o general Alfonso Armada.

As acusações recíprocas e as contradições são tantas e tão evidentes que a primeira conclusão que se tira é a de que um dos dois mente, ou até ambos.

Alfonso Armada desmente e nega tudo o que dele diz Millans Del Bosch. Meios jurídicos consultados adiantaram que Alfonso Armada se encontra numa situação de vantagem pois, limita-se a negar ou a desmentir. Quem acusa é Millans Del Bosch que não conseguiu provar ante o tribunal as acusações que lança sobre as responsabilidades de Armada.

A situação é de confronto total entre os dois acusados, para cada um dos quais é pedida a pena de 30 anos de prisão.

Armada mostrou-se apenas de acordo com Millans Del Bosch ao admitir que tinham almoçado duas vezes em Valência, nos fins de Novembro e dia 10 de Janeiro, em que comentaram a situação política do país.

Mas o acordo não existe em nada mais. Armada defende o rei dizendo que este não lhe fez confidências, nem nunca actuou a pedido do monarca espanhol. Disse ainda que foi ao congresso propondo-se como presidente do governo a pedido e insistência de Millans Del Bosch, que lhe tinha dado a senha para entrar no edifício.

Negou, por outro lado, que sua proposta fosse a que esperava o tenente-coronel Tejero Molina, pois ao contrário não teria fracassado na missão que o levou ao congresso.

Adiantou ainda que não tinha preparada nenhuma lista de governo e muito menos com os nomes de socialistas e comunistas, como se tem afirmado.

Fez, por fim, constantes afirmações de lealdade ao rei, que ilibou de qualquer responsabilidade nos acontecimentos.

Ante esta situação e o rumo que estão a tomar as declarações dos dois primeiros acusados, o esclarecimento dos factos, circunstâncias e responsabilidade, parece difícil.

Em muitos casos, a situação é a seguinte: a palavra de um tenente-general contra a de um general, ou vice-versa. Isto pode afectar no seu conjunto, as forças armadas que desejavam um esclarecimento de tudo o que aconteceu no 23 de Fevereiro.

Não fica também beneficiada a imagem dos políticos, do governo e da monarquia, a não ser que se verifique um avanço durante os próximos interrogatórios.

Dentro deste contexto, deve referir-se que os advogados de defesa procuraram juntamente com os seus clientes transformarem-se em juízes da situação política do país, da monarquia, dos partidos políticos, das próprias forças armadas, em conexão com a extrema-direita.

O julgamento prossegue hoje com o interrogatório do general Alfonso Armada.

Medalha para Del Bosch

O capitão de cavalaria, Jaime Millans Del Bosch, preso e condenado a 2 meses de prisão por ter apelidado o rei Juan Carlos de Espanha de «porco e inútil» recebeu ontem uma medalha e uma pensão por ferimentos contraídos num acidente com um cavalo.

O boletim oficial do ministério espanhol da Defesa anuncia a atribuição da medalha e da pensão ao capitão Juan Milans Del Bosch.

O pai do capitão, o tenente-general Jaime Millans Del Bosch, é o principal réu do julgamento

João Paulo II pede moderação aos jesuítas

O Papa João Paulo II pediu aos Jesuítas que continuem na vanguarda da aplicação do Concílio Vaticano II, mas evitando todo e qualquer extremismo – declarou, na segunda-feira, o padre Guiseppe Pittau, adjunto do padre Dezza, delegado provisório da Companhia de Jesus, em conferência de Imprensa dada no final da reunião dos dirigentes da ordem.

A cimeira extraordinária dos Jesuítas, reunidos perto de Roma, em Frascati, terminou na quarta-feira passada, após oito dias de reuniões.

«O Papa acha que os 26 000 Jesuítas considerados até hoje como a cavalaria ligeira da Igreja, devem descer do cavalo para conseguirem chegar a uma comunicação mais intensa com o Chefe da Igreja, a Cúria Romana e os bispos», afirmou o padre Pittau.

Explicando o plano proposto pelo Santo Padre ao «Exército de Santo Inácio», o padre Pittau sublinhou que o que importa é conservar abertas as vias de comunicação «para um diálogo circular».

Os 26 000 Jesuítas, transformados em infantaria da Igreja, deverão reforçar a sua unidade. «Há entre eles os que avançaram demasiado longe, até por vezes se destacarem da Igreja, e outros que permaneceram demasiado atrás e que deixaram de participar na comunhão eclesial», comentou o padre Pittau.

O sacerdote revelou que os problemas sobre o envolvimento social e político dos Jesuítas tinham sido vivamente discutidos durante a cimeira de Fascati. O Papa lembrou aos Jesuítas que o seu serviço não é «o do médico, do assistente social, do político ou do sindicalista», sublinhou o padre Pittau.

Mas o problema – acrescentou – consiste, por vezes, «em conseguir separar claramente o trabalho do padre do dos leigos. Há fronteiras que nem sempre são evidentes, sobretudo nos países do Terceiro Mundo. A solução seria estudar, caso por caso, conservando o contacto com Roma».

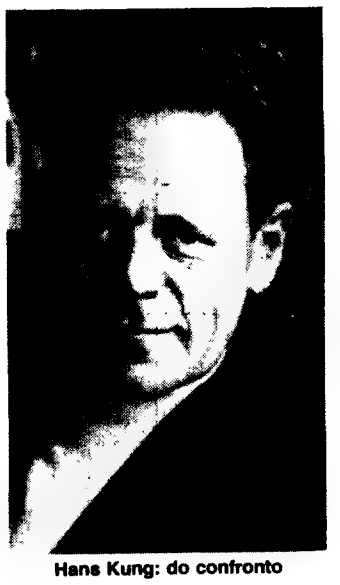
O adjunto do «governador provisório» da Companhia de Jesus, nomeado pelo Papa depois de o «Papa Negro» Pedro Arrupe ter sido acometido por uma trombose cerebral em Agosto findo, confirmou que a decisão de impor um homem de confiança à companhia fora aceite «melhor do que se poderia pensar». Entre as cerca de 6000 cartas anualmente dirigidas, em Janeiro, pelos Jesuítas, a Roma, «os protestos foram muito pouco numerosos», disse o padre Pittau.

A congregação geral para eleição de novo superior-geral da companhia será convocada ainda este ano mas não poderá ter lugar antes de fins de 1983, concluiu o padre Pittau.

Diferendo Vaticano-Hans Kung

O Vaticano continua à espera de que o teólogo suíço Hans Kung dê indícios de retratação, possibilitando assim uma entrevista com o Papa João Paulo II – revelou ontem uma fonte do episcopado alemão.

Uma informação da Secretaria de Estado do Vaticano, publicada pelo episcopado alemão federal, pede a Kung um sinal claro de que a sua teologia é compatível com a doutrina da Igreja, sobretudo nos seguintes pontos: a infalibilidade pontifícia em matéria dogmática, a imutabilidade da doutrina da Igreja – apesar da linguagem teológica – e o mistério eucarístico.



Hans Kung: do confronto à retratação?

Depois de uma larga disputa com a Cúria Romana, a Igreja Católica retirou ao professor Hans Kung, em 1979, a «missão canónica», ou seja o cargo de bispo que lhe permitia ensinar teologia em nome da Igreja.

Kung, há muito professor da Universidade Civil de Tubingen (Alemanha Federal), recusou antes e depois da sanção um interrogatório sobre o seu ensino por parte da Cúria Romana, por o considerar «inquisitorial».

Post

ontra a Nicarágua

divulgado pela IS, subscrito por Willy Brandt (Alemanha Federal), Gonzalo Barrios (Venezuela) e Bernt Carlsson (Suécia).

«Grande parte das forças políticas salvadorenhas não podem participar nas eleições, porque os seus candidatos correm o risco de serem assassinados» – afirma a nota.

A IS exorta a negociação entre as «verdadeiras forças políticas» de El Salvador, o Exército e a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN).

Opina que nessas negociações deveriam participar os Governos democráticos da região, na qualidade de mediadores.

Os rumores que correm em São Salvador sobre o eventual adiamento das eleições resultam da intensificação das acções guerrilheiras e das tensões internas na Junto de Governo.

Guerrilha afirma manter posições

Desmentindo um comunicado do Exército, a FMLN afirmou em relação às forças da guerrilha salvadorenha envolvidas em operações contra duas capitais provinciais, que as suas posições no terreno não sofreram alteração.

A «Rádio Venceremos» noticiou que a guerrilha causou vinte baixas, (mortos e feridos) nas fileiras governamentais, em ataques de surpresa lançados segunda-feira contra San Miguel, a terceira maior cidade do país, e contra San Vicente.

Nos combates perderam a vida ou ficaram feridos cinco guerrilheiros.

A emissora da guerrilha reivindicou «o controlo da auto-estrada costeira», dizendo que o tráfego estava a ser bloqueado e instando os condutores de camiões e autocarros a não circularem, porque as forças rebeldes «se vêem obrigadas a incendiar todos os veículos».

Na segunda-feira a guerrilha deitou fogo a dez autocarros.

Koivisto em Moscovo

Finlândia prosseguirá cooperação com a URSS

O presidente da Finlândia, Mauno Koivisto, assegurou aos líderes soviéticos que tenciona prosseguir a cooperação económica e política com Moscovo.

Desde ontem em visita oficial à URSS – a primeira desde que assumiu a presidência da Finlândia, em Janeiro – Koivisto afirmou esta sua intenção, num almoço oferecido em sua honra no Kremlin, depois de conversações com o presidente soviético Leonid Brejnev.

Pela minha parte, disse, gostaria de sublinhar que a Finlândia, durante o meu mandato, continuara sem esmorecimentos o caminho traçado pelos seus predecessores J.K. Paasikivi e Urho Kekkonen».

Koivisto apontou o crescente intercâmbio comercial soviético-finlandês como um exemplo da «clarividência que caracteriza as relações económicas» entre as duas nações.

Aludindo à situação internacional e à conferência sobre Segurança e Cooperação Europeias de Madrid, Koivisto frisou que «a despeito dos candentes problemas» existentes, «a Finlândia e outros países neutros e não-alinhados têm envidado esforços para que as negociações não sejam interrompidas».

O entendimento mútuo apenas pode ser desenvolvido dando e recebendo e através de compromissos, finalizou Koivisto.

Por seu lado, Brejnev disse a Koivisto que o mundo seria melhor se mais países adoptassem uma política externa semelhante à da Finlândia.

«As relações soviético-finlandesas são descritas frequentemente nomo um bom exemplo de coexistência pacífica de Estados com sistemas sociais diferentes» – afirmou Brejnev.

«Se os fundamentos que definem as nossas relações – prosseguiu o dirigente da URSS – fossem aplicados mais generalizadamente no mundo existiriam muito menos locais de conflito e tensão no nosso planeta.»

Brejnev comparou as relações soviético-finlandesas com as actividades dos Estados Unidos na América Latina e condenou Washington pela sua interferência em El Salvador.

PUB.

SORTEIO SALDOS INV.82

LISTA DE PREMIADOS

1.º António Botelho Moreira Braga – 1 automóvel
Monte Estoril
2.º Maria Fernanda Ferreira do Carmo Alves – 1 TV a cores
Lisboa
3.º Berta Magalhães – 1 serviço casa jantar 118 pçs.
Parede
4.º Rebeca Liliana Barragão Fernandes – 1 mobília quarto casal
Lisboa
5.º Maria Manuela Cardoso – 1 jogo de maples
Paço d'Arcos
6.º Catarina Júlia Baleia Largueira Direitinho – 1 relógio decorativo
Estoril
7.º Julieta Gil Ramos – 1 jogo de chá c/27 pçs.
Lisboa
8.º António Mendes – 1 jogo café c/27 pçs.
Moscavide
9.º Celeste dos Santos Teixeira Magoito – 1 panela de pressão
Tercena
10.º Merceana Manique – 1 conj. cozinha c/6 pçs.
Amadora

PS: O prazo para levantamento dos prémios caduca em 26 de Maio 1982

armazéns CONDE BARÃO

PAGUE EM 12 MESES
sem aumento de preço
AGORA O NOVO
SALORA
A CORES

CINESCÓPIO de 51 e 56 cm
sem e com comando
à distância

SALORA
CORES NATURAIS · MAIS NITIDEZ
MAIOR REALIDADE · MELHOR IMAGEM
M.L. FERREIRA
RUA D. ESTEFÂNIA, 48 - A
AV. DA REPÚBLICA, 54 - B
1000 LISBOA

16.º JUIZO CIVEL
DA
COMARCA DE LISBOA

ANÚNCIO

Proc N.º 4415 — 2.ª Secção

Faço saber que pelo Juízo de Direito desta comarca e segunda secção correm éditos de vinte dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio citando os credores desconhecidos da executada Açonor-Aços Normalizados, Lda. sociedade com sede na Av. Serpa Pinto, 728, em Matosinhos, para no prazo de dez dias, posterior àquele dos éditos, deduzirem os seus direitos na execuçao movida por Banco Português do Atlântico, E. P, com sede na Praça D. Joao I, 28, no Porto, desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1982

O Juiz de Direito,
(Joaquim Maria Ferreira Pascoal)
O Escrivão Adjunto,
(José Carlos da Costa Gabriel)

Eduardo Martins de Campos

MISSA DO 7.º DIA E AGRADECIMENTO

Filhos, netas e mais família participam que amanhã, dia 11, pelas 18 horas 30 de na Igreja da Madre de Deus será celebrada missa pelo seu eterno descanso.

Agradecendo desde já a todas as pessoas que se dignem assistir a este acto e a todos quantos de algum modo lhes manifestaram o seu pesar.

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da lei e dos estatutos, convoco a Assembleia Geral desta sociedade para reunir em sessão ordinária, na sua sede social, na Rua Luz Soriano, n.º 44, em Lisboa, no próximo dia 30 de Março, pelas 17 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1.º Discutir, aprovar ou modificar o balanço, conta de ganhos e perdas, relatório do Conselho de Administração e parecer do Conselho Fiscal respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro último;
2.º Pronunciar-se sobre o balanço, conta de ganhos e perdas e relatório da Comissão Administrativa respeitantes ao exercício de 1978, último ano de intervenção do Estado, com vista à aprovação, ou não, dos referidos documentos pela entidade que então tutelava a Empresa;
3.º Proceder às eleições dos corpos sociais para o triénio de 1982, 1983 e 1984;
4.º Tratar de qualquer outro assunto de interesse para a sociedade.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1982

O Presidente da Mesa
da Assembleia Geral
p.p. BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
(Dr. Serafim Martins Pinho)

TRIBUNAL CÍVEL
DA
COMARCA DE LISBOA

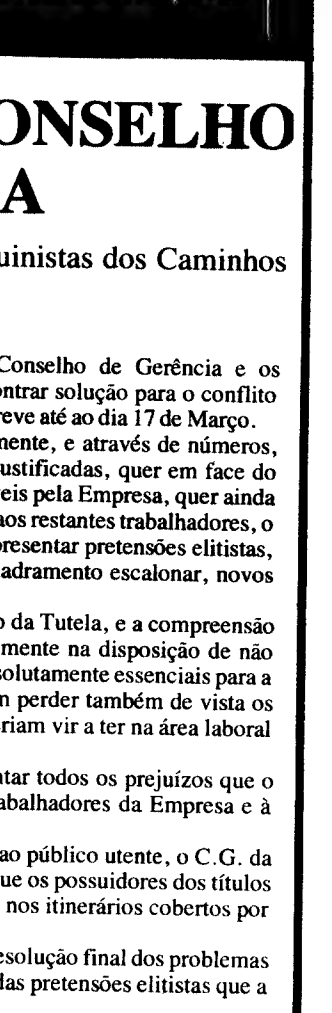
9.º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

FAZ-SE saber que por este Juízo e 1.ª Secção e nos autos de execução ordinária que G.C. Gestão, e Coordenação SARL com sede em Lisboa move a Siurbe-Soc. de Investimentos Urbanos SARL, com sede na Praça Aires de Ornelas, 6-7.º-C em Lisboa, correm éditos de 20 dias contados da 2.ª e última publicação do anúncio, citando os credores desconhecidos da executada Siurbe, para no prazo de 10 dias findo o dos éditos deduzirem os seus direitos na execução atrás referida, desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Lisboa, 3-2-1982

O Juiz de Direito
O Escrivão de Direito



CAFÉ-TEATRO
DIAS 12 e 13
NOLA RAE «PRIME CUTS»

Caminhos de Ferro Portugueses | Informação

COMUNICADO DO CONSELHO DE GERÊNCIA

ASSUNTO: Greve do Sindicato Nacional de Maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses (SMAQ).

Realizou-se hoje nova reunião entre os representantes do Conselho de Gerência e os representantes do Sindicato dos Maquinistas, na tentativa de se encontrar solução para o conflito que levou a Direcção deste Sindicato à decretar a continuação da sua greve até ao dia 17 de Março.

Apesar de todos os esforços do C.G. no sentido de, exaustivamente, e através de números, fazer sentir ao SMAQ quanto as suas pretensões são irrealistas e injustificadas, quer em face do tratamento dado à carreira nos últimos anos, quer porque incomportáveis pela Empresa, quer ainda porque seriam geradoras de desestabilização e injustiça relativamente aos restantes trabalhadores, o SMAQ mantém-se obstinadamente nas suas posições, e continua a apresentar pretensões elitistas, no que respeita a diuturnidades, abonos, subsídios de refeição, enquadramento escalonar, novos subsídios, etc., etc.

Perante isto, o Conselho de Gerência, com o apoio do Ministério da Tutela, e a compreensão dos restantes trabalhadores e do público em geral, mantém-se firmemente na disposição de não transigir na defesa de posições que considera justas e equilibradas e absolutamente essenciais para a manutenção da harmonia e equilíbrio laboral dentro da Empresa, sem perder também de vista os reflexos que as pretensões dos maquinistas, a serem concedidas, poderiam vir a ter na área laboral das diversas actividades da economia do País.

Apesar de tudo, não pode o C.G. deixar de sinceramente lamentar todos os prejuízos que o Sindicato dos Maquinistas está a causar ao público, aos restantes trabalhadores da Empresa e à economia do País e pelos quais deverá ser responsabilizado.

Para minimizar os prejuízos que a greve do SMAQ está a causar ao público utente, o C.G. da CP estabeleceu já um entendimento com a Rodoviária Nacional para que os possuidores dos títulos de transporte da CP possam utilizar gratuitamente as carreiras da RN, nos itinerários cobertos por esses títulos.

O C.G. renova o seu apelo à compreensão do público, pois que a resolução final dos problemas laborais da CP passa, em grande parte, pela eliminação em definitivo das pretensões elitistas que a Direcção do SMAQ tem demonstrado nos últimos anos.

Lisboa, 8 de Março de 1982.

O CONSELHO DE GERÊNCIA

entrevista

LUÍS SAIAS

Junta-se meia dúzia de relatórios isolados e faz-se um "plano"

"O Plano Nacional de Pescas é uma negaça grosseira que não engana ninguém"

O secretário de Estado das Pescas, Gonçalves Viana, apresentou na passada sexta-feira, em Lisboa, o anteprojecto do Plano Nacional de Pescas. A sessão foi presidida pelo ministro da Agricultura Comércio e Pescas, Baílio Horta, e logo aí surgiram críticas à validade do documento então apresentado perante numerosas pessoas ligadas ao sector das pescas. No final da sessão, um representante dos armadores da pesca da sardinha pôs em causa (sem resposta) o interesse do Plano se não fossem previamente resolvidas algumas das dificuldades essenciais do ramo. O ministro Basílio Horta reconheceu no seu discurso que ainda não tinha sido efectuado um estudo de fundo sobre as consequências da adesão à CEE para o sector pesqueiro, salientando a gravidade desse facto. Apesar disso, as 168 páginas do texto do anteprojecto do Plano ignoram praticamente a questão. Por outro lado, basta ler o documento, para se perceber que muitos assuntos são esquecidos e que o conjunto mais parece uma manta de retalhos, sem um fio condutor, que um verdadeiro Plano de envergadura nacional, coerente e com uma política e objectivos claramente definidos. O «DL» quis saber a opinião, que constitui um verdadeiro libelo acusatório, do dr. Luís Saias, antigo ministro socialista da Agricultura e Pescas.

«DL» – Gostaríamos que nos fizesse uma apreciação global do Anteprojecto do Plano Nacional de Pescas.

Luís Saias – «Trata-se de um documento medíocre, pobre, muito incompleto, frouxo, indigno da ênfase posta pelo Governo na sua apresentação.

O chamado Plano Nacional de Pescas é, na realidade, o «nome de código» de uma campanha de propaganda demagógica montada pelo Governo para esconder e mascarar a sua mais cabal incompetência na condução do Sector das Pescas.

Verdadeiramente não se trata de um plano de pescas, que por definição deveria abarcar a totalidade dos aspectos implicados no Sector e estabelecer as soluções adequadas à resolução dos problemas existentes.

Do que no documento, apresentado pomposamente como anteprojecto do Plano Nacional das Pescas, se trata, é de um exercício escrito por funcionários públicos, sem directivas políticas consistentes do Governo.

Aliás o documento é incompleto, incaracterístico, sem lastro científico minimamente aceitável.

Quem percorra o Plano logo verifica que se notam grandes ausências de certas matérias fundamentais.

«DL» – Quer concretizar?

L.S. – «De facto nada existe no Plano sobre as estruturas do Estado na área das pescas, quer no que se refere à organização de Governo, quer no que se refere à necessária regionalização dos serviços.

No que toca à adequação das estruturas do Estado ao desenvolvimento das pescas, basta recordar que além da Secretaria de Estado respectiva, integrada no Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, existem uma série de organismos dependentes de outros departamentos governamentais com competências no sector. Os portos de pesca, por exemplo, dependem do Ministério da Habitação e Obras Públicas. Os serviços de fiscalização e investigação estão ligados à marinha. Outros serviços que antes estavam na dependência do Ministério do Comércio estão agora integrados no actual MACP mas não na Secretaria das Pescas.

Consequências da adesão à CEE são ignoradas

Por outro lado, **no Plano não há nada de específico sobre as consequências para o sector pesqueiro da próxima entrada de Portugal para a CEE.** Trata-se de uma falha muito grave e significativa da indesculpável ligeireza, para não dizer leviandade, com que foi elaborado o Plano.

Para que se perceba a importância desta lacuna tenha-se em atenção que mais de um quarto da produção descarregada nos nossos portos vem de fora da nossa Zona Económica Exclusiva. (ZEE). Actualmente actuamos nessas regiões ao abrigo de acordos bilaterais com os governos que detêm a jurisdição sobre elas. Depois da entrada para a CEE será esta a atribuir-nos as quotas que agora negociamos directamente com os Estados interessados. Além disso, depois da adesão teremos de partilhar os recursos existentes na nossa ZEE com os outros países membros da CEE. E que consequências é que tudo isto vai trazer para o sector? Este Plano que se anuncia para três anos ignora pura e simplesmente o assunto.

No que se refere à construção naval portuguesa, cuja necessária articulação com a pretendida renovação da frota é uma consabida evidência, **nada** de específico se diz também.

Nada sobre a rede de frio.

Nada sobre transportes de pescado.

Nada sobre política de investigação científica.

Nada sobre segurança no mar.

Nada sobre defesa do meio aquático.

Nada sobre ordenamento do litoral.

Nada sobre comércio externo dos produtos da pesca.

Nada sobre o sistema fiscal do sector.

Nada é especialmente dedicado à importante área das relações pesqueiras internacionais.»

«DL» – E o sector nacionalizado das pescas? parece que também não é lamuito contemplado no documento. Será que a sua importância não o justifica?

L.S. – «Sobre as empresas nacionalizadas do sector, cuja destruição a AD vem sistematicamente prosseguindo, apenas se dizem algumas banalidades. Na verdade a importante actividade do sector nacionalizado é esquecida, et pour cause... De resto o secretário de Estado das Pescas nunca escondeu que se trata de um sector para acabar. No entanto ele tem grande peso no conjunto da nossa pesca. A SNAPA, que é a maior empresa de arrasto longínquo, traz-nos por ano cerca de 20 000 toneladas de pescada dos bancos pesqueiros da África do Sul e o Governo já anunciou a sua extinção. A Pescrul, que é praticamente a única na captura de crustáceos, tentaram extingui-la mas não o conseguiram, graças à oposição dos trabalhadores.

No que respeita à Companhia Portuguesa de Pescas, maior empresa de pesca de arrasto do alto, e à Sociedade Nacional de Armadores de Bacalhau, talvez a maior na pesca do bacalhau, foi publicada recentemente uma resolução governamental que nomeia uma Comissão para apresentar um projecto de gestão integrada dessas duas empresas juntamente com a Gelmar, mas o Plano quase que esquece tudo isto.»

O sector cooperativo também é esquecido

«Em relação ao sector cooperativo a situação é a mesma: nada se diz. E isto quando é certo que a forte expansão do cooperativismo, que surgiu nas pescas depois do 25 de Abril, é, seguramente, uma das vias mais frutuosas para a rápida consolidação de certas modalidades de pesca – pesca de cerco, pesca artesanal, arrasto costeiro.

Enfim, **estamos perante um Plano, ou melhor, um exercício de principiantes, cheio de lacunas e de faltas importantes.**

Aliás, mesmo nas áreas que aborda, as questões são tratadas com confrangedora superficialidade, indesculpável da parte do Governo, que possui os meios e tinha a obrigação de apresentar um trabalho mais profundo.

Veja-se, por exemplo, o caso das infra-estruturas portuárias em que a única coisa que o Plano adianta é a «proposta» da constituição de... uma empresa pública para substituir os Serviços de Lotas e Vendagem e a Docapesca.

Com esta empresa pública, que, estou convencido, nunca hegará a ver a luz do dia, o que se pretende é desviar a atenção da falta de capacidade para organizar convenientemente o serviço público das Lotas e Vendagens. Porquê ir atribuir a uma empresa pública as funções de um serviço público que existe e que tem ao seu serviço (juntamente com a Docapesca) 2300 funcionários, ou seja, um para cada doze pescadores portugueses?

Em matéria de crédito, o Plano limita-se a uma descrição sumaríssima dos sistemas de incentivos financeiros em vigor, feita aliás por transcrição de documento, ainda que com a promessa de futuras propostas de melhoria dos esquemas vigentes.

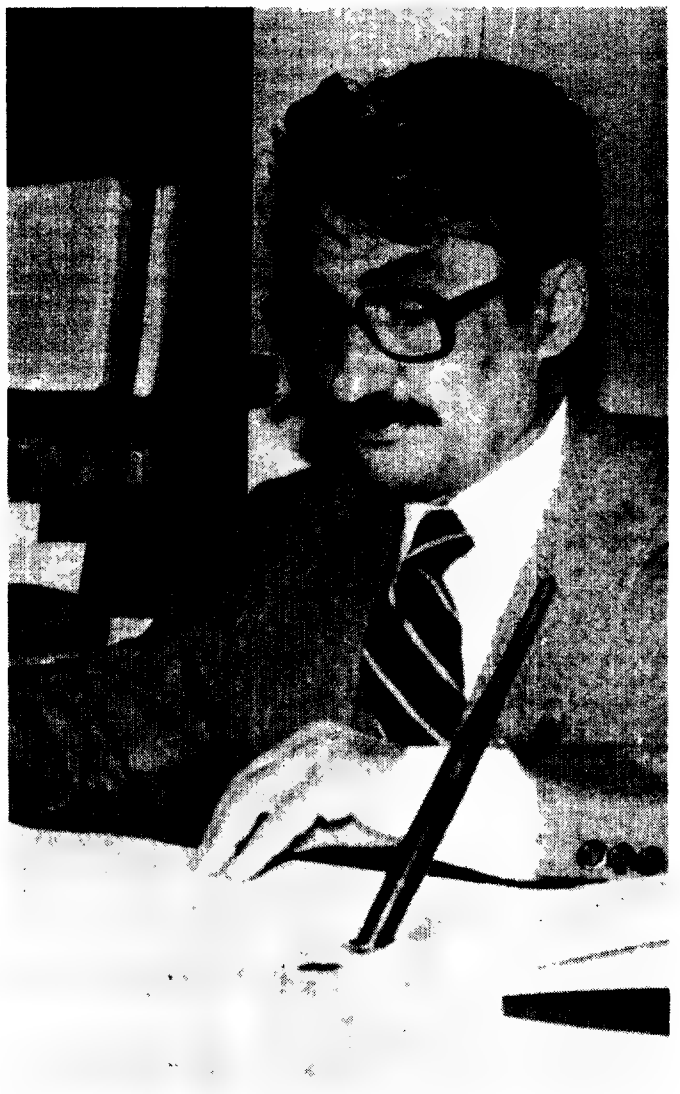
Adopção mecânica das soluções da CEE

Quanto à importante área da comercialização só a 1.ª venda é referida com algum desenvolvimento, mas **as medidas preconizadas para remediar os males existentes consistem na mera adopção mecânica e sem uma ponta de imaginação das soluções adoptadas na CEE.**

Isto para só referir expressamente estes pontos, pois também os outros que foram abordados no Plano, estão tratados de forma inaceitável.»

«DL» – Em que medida é que este Plano Nacional de Pescas se conjuga com o programa governamental e com as Grandes Opções do Plano?

L.S. – «Sucede que, existindo, por um lado, o programa do VIII Governo e, por outro, tendo sido aprovadas as grandes Opções do Plano de Médio Prazo (1981/1984), não se chega a perceber se o Plano Nacional de



Pescas, em princípio válido por 3 anos, faz caducar o Programa do VIII Governo e as Grandes Opções do Plano para 1981/1984, ou se passamos a ter Planos em duplicado.»

Trata-se, por outro lado, de uma mistificação científica, por que as soluções que o Plano preconiza para os diversos subsectores da actividade pesqueira não resultam de um planeamento pesqueiro sério, não são os resultados do trabalho científico de um órgão de planeamento estruturado, mas sim o fruto das opiniões pessoais de uns tantos funcionários públicos, opiniões desgarradas e descoordenadas, isto sem menosprezo pela inteligência e saber dos seus autores.

O que eu quero dizer é que o próprio método seguido para a elaboração do Plano é que está errado e daí que tenha conduzido aos resultados medíocres, que estão à vista.

É de facto, por de mais evidente que o Plano não se apresenta como um conjunto global e coerente de solução para os problemas das pescas, apresentando-se sim como umas tantas «propostas» dos vários autores dos seus capítulos.

No Plano não se planeiam acções; o que sucede é que funcionários propõem soluções para determinadas áreas.

Assim, por exemplo, no capítulo da indústria de conservas de peixe «propõem-se» algumas medidas, aliás interessantes.

Mas quem propõe? É patente que é o autor do respectivo capítulo.

«A montanha do Governo pariu um rato anémico»

«Isto quer dizer que o Governo não se assume como responsável pelo Plano, não decide, não se compromete.

O Plano é também uma mistificação económico-financeira porque, antes de mais, as acções previstas não estão suficientemente quantificadas em termos de custos e, por outro lado, não está assegurada a cobertura financeira para tais acções.

No Plano diz-se que o seu horizonte é de 3 anos. Mas, pergunta-se, onde estão previstos os meios financeiros para o tornar exequível?

O Plano não passa assim de mais um papel, aliás muito mau em termos de planeamento.

Trata-se de uma experiência infeliz e decepcionante.

Infeliz porque foi mal concebida, mal programada e mal executada.

Decepcionante, porque toda a gente esperava outra coisa, menos má, ao fim de tão longa espera e de tanto rufar de tambores para anunciar a sua apresentação.

Afinal a «montanha do Governo AD pariu um rato anémico».

Fazer tamanho barulho, como o Governo fez, para apresentar um anteprojecto de Plano Nacional de Pescas tão pobre como o que foi apresentado, é, pelo menos, falta de noção do ridículo.»

«DL» – Mas se o Governo conseguir aplicar o Plano que surgir na sequência deste anteprojecto parece-lhe que alguma coisa ficará resolvida?

L.S. – «Este documento é tão mau que mesmo que ele fosse integralmente aplicado, nada ficaria resolvido. Mas a questão que se põe é esta: porque há-de o Governo cumprir o Plano em gestação, se não cumpriu o seu Programa?

Este Governo não tem a menor credibilidade para se apresentar ao País como impulsionador de um Plano Nacional de Pescas pela simples razão de que não tem cumprido, em nada, o seu programa para o sector das pescas, onde figuram orientações e medidas agora reproduzidas no Plano.»

Uma mistificação completa

«A realidade nua e crua é que o Plano Nacional das Pescas é uma mistificação completa.

Mistificação política, mistificação científica e mistificação económico-financeira.

Do ponto de vista político, o Plano é uma mistificação porque não tem qualquer política pesqueira conscientemente assumida. Isto aliás, corresponde à inexistência de política pesqueira que a AD sempre tem evidenciado. O Plano foi elaborado por funcionários, por burocratas, sem directivas políticas, que não lhes competia, evidentemente, suprir, Daí resultou que o Plano ficou sem uma definição dos objectivos políticos que prossegue.»

«DL» – Estamos perante um Plano irresponsável ou perante um Plano feito por irresponsáveis? Melhor dizendo, onde é que se situa a origem de tanta irresponsabilidade?

L.S. – «A verdade é que o sr. secretário de Estado das Pescas parece ter-se demitido das suas naturais funções de responsável pelas orientações do Plano e centro de decisão das soluções correspondentes.

Ora, isto só pode ter resultado assim, ou de o sr. SEP se ter alheado dos trabalhos do Plano, ou de o sr. SEP ser incapaz de os orientar.

Seja, como for, o Plano ficou sem um mínimo de decisões políticas e, consequentemente, sem qualquer credibilidade.

Verdadeiramente, não se sabe o que o Governo quer, se é que quer alguma coisa.

Na realidade, em matéria de programação da sua actividade governativa, o executivo não merece a menor confiança em relação à sua capacidade e vontade de execução das políticas anunciadas.

No Sector das Pescas a AD nunca fez nada de significativo do muito que prometeu.

Prometeu aumentar as capturas e as capturas baixaram.

Prometeu renovar a frota e a frota vai envelhecendo.

Prometeu a intensificação da ocupação da ZEE e o que se verifica é a rapina dos recursos pelas frotas estrangeiras.

Prometeu reestruturar as empresas nacionalizadas e está a destruí-las, etc., etc.

Porquê, nestas circunstâncias, este Plano feito à pressa?

A resposta é óbvia: **o Plano destina-se a esconder a incapacidade e incompetência da AD;** a desviar a atenção do que se não fez, para o que se diz dever fazer-se.

O Plano é uma negaça, aliás grosseira, e que por isso não engana ninguém.

Entrevista de José António Cerejo
Fotos de Hernando Domingues

No dia 17

Reunião no Porto para criar novas empresas

No próximo dia 17, no Porto, a Caixa Geral de Depósitos e o Instituto de Participação do Estado organizam um encontro sobre criação de empresas estando as inscrições abertas até ao dia 12, ou seja, até sexta-feira.

Este encontro, que conta também com a colaboração do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, tem por objectivos principais:

– Sensibilizar os participantes para a necessidade de criar novas empresas e para os aspectos fundamentais da respectiva problemática;

– Despertar e incrementar o interesse pelas acções de formação na área da criação de novas empresas;

– Analisar os obstáculos que surgem à criação de novas empresas e outros aspectos ligados à formação de novos empresários.

O Encontro conta om intervenções de técnicos das três instituições promotoras e do especialista francês, senhor René Gaude, da «École Supérieure de Commerce de Lyon».

Com participação francesa e brasileira

Primeira empresa de "leasing" para equipamentos

O Governo despachou favoravelmente a constituição da Companhia Portugueda de Locação Financeira Mobiliária Locapor. Trata-se da primeira empresa de «leasing» de equipamento a operar em Portugal, estando os seus responsáveis apenas à espera da publicação no «Diário da República» do despacho

A Caixa Geral de Depósitos será o accionista maioritário com 51 por cento do capital de 200 milhões de escudos. A convite da caixa foi associada a empresa francesa Locabail, que terá 25 por cento do capital e fornecerá o «know how».

No grupo dos accionistas fundadores encontram-se 18 empresas, 17 das quais portuguesas, com participações variando entre 0,5 e 2 por cento do capital inicial, representando no conjunto 20 por cento.

Haverá ainda um accionista brasileiro, a CBPI – Internacional, ligada ao grupo financeiro Veplan – Residência.

Os dinamizadores pretendem que a escritura seja assinada ainda este mês de modo a que a empresa possa desempenhar um importante papel no financiamento do investimento das empresas dos sectores agrícola, industrial e serviços e ainda nas profissões liberais (arranque de gabinetes de estudo, consultórios médicos).

Banco Rothschild muda de nome

O Banco Rothschild, de França, nacionalizado pelo Governo de esquerda vai mudar de nome, passando a chamar-se «Companhia Europeia de Banca».

O Banco Rothschild era um dos mais antigos e célebres bancos privados franceses, tendo sido fundado em 1817. Quando da sua transformação em sociedade anónima, em 1967, a família Rotschild fora autorizada a utilizar o seu nome, mas considera actualmente que isso deixou de ser possível.

Caminhos de Ferro Portugueses

REGIÃO SUL DA CP

LIGAÇÕES FERROVIÁRIAS NA ZONA SUL DO PAÍS DURANTE A GREVE DOS MAQUINISTAS

Os Caminhos de Ferro Portugueses irão efectuar as seguintes ligações durante o período da greve decretada pelo Sindicato dos Maquinistas:

COMBOIOS DE LONGO CURSO

LISBOA / ALGARVE / LISBOA **(Hora partida)**

LISBOA/FARO/VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	8.10 h
LISBOA/FARO/VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	18.35 h
LISBOA/BARREIRO/FARO (Sotavento)	14.25 h
V. R. DE SANTO ANTÓNIO/BARREIRO/LISBOA	6.50 h
V. R. DE SANTO ANTÓNIO/BARREIRO/LISBOA	15.55 h
FARO/BARREIRO/LISBOA (Sotavento)	19.30 h

LISBOA / ALENTEJO / LISBOA

LISBOA/BARREIRO/BEJA/ÉVORA/MOURA/VILA VIÇOSA	7.35 h
LISBOA/BARREIRO/BEJA/ÉVORA/MOURA/VILA VIÇOSA	13.00 h
LISBOA/BARREIRO/BEJA/ÉVORA/MOURA/REGUENGOS	18.05 h
BEJA/BARREIRO/LISBOA (com ligação de Moura)	8.10 h
BEJA/BARREIRO/LISBOA (com ligação de Moura)	13.55 h
BEJA/BARREIRO/LISBOA (com ligação de Moura)	19.00 h
ÉVORA/BARREIRO/LISBOA (Com ligação de Reguengos)	8.16 h
ÉVORA/BARREIRO/LISBOA (Com ligação de Vila Viçosa)	14.25 h
ÉVORA/BARREIRO/LISBOA (Com ligação de Vila Viçosa)	19.30 h

COMBOIOS SUBURBANOS

Serão feitas várias circulações entre BARREIRO/SETÚBAL/PRAIAS SADO.

Até ao dia 12

Patronato e banca franceses estudam investimentos em Portugal

Chefiada pelo vice-presidente do Conselho Nacional do Patronato francês, Claude Garot, está desde ontem em Lisboa, onde permanecerá até ao dia 12, uma missão industrial francesa.

Constituem esta delegação, representantes da Banca francesa e 20 empresários dos sectores de componentes para automóveis, energia, lacticínios, papel e artes gráficas, plásticos, metalomecânica e metalurgia e indústria da madeira.

Esta iniciativa insere-se no âmbito de uma actuação na área do desenvolvimento de relações de cooperação industrial e tecnológica entre empresas nacionais e estrangeiras, que tem vindo a ser levada a efeito pelo Instituto do Investimento Estrangeiro, e conta com o patrocínio da Associação Industrial Portuguesa, Confederação da Indústria Portuguesa, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais e Caixa Geral de Depósitos.

Do programa elaborado para a estadia em Portugal, para além de um vasto número de contactos individuais com empresários portugueses, destaca-se uma sessão de trabalhos que principia hoje de manhã nas instalações da Associação Industrial Portuguesa, e em que participam responsáveis de 50 empresas nacionais.

Esta sessão compreende da parte da manhã um conjunto de intervenções por parte de representantes das entidades organizadoras e, da parte da tarde, duas mesas-redondas subordinadas aos temas «Localizações alternativas que Portugal oferece aos investidores» e «O papel das sociedades de investimento em Portugal».

●●●

DÉFICE DRAMÁTICO COM A ESPANHA – O desequilíbrio das trocas comerciais entre Espanha e Portugal atingiu um nível «dramático», declarou na terça-feira em Barcelona o embaixador de Portugal em Espanha, João Sá Coutinho.

Sá Coutinho, que se encontra na metrópole catalã para assistir ao Salão Internacional da Alimentação, lembrou que as compras de Portugal à Espanha são cinco vezes superiores às suas vendas no nosso País. Além disso, lamentou o embaixador, o mercado espanhol representa apenas 2,6 das exportações totais de Portugal.

Segundo Sá Coutinho, o aumento das vendas de Vinho do Porto poderia contribuir para reequilibrar as trocas entre os dois países. O Vinho do Porto é, aliás, o principal produto exposto pelo «stand» português no Salão Internacional Alimentar de Barcelona.

Actualmente, Lisboa vende sobretudo ao seu vizinho produtos químicos, madeira e pasta de papel, mas muito poucos produtos alimentares.

●●●

BENS ALIMENTARES PARA A RDA – Seis empresas portuguesas de bens alimentares, de consumo e de equipamento estarão representadas a nível oficial com o apoio do Fundo de Fomento de Exportação (FFE) na Feira Internacional de Leipzig (República Democrática Alemã) que se realiza de 14 a 21 deste mês.

As empresas representadas na Feira exporão Vinho do Porto, vinhos de mesa, aguardentes e conservas de peixe, azeite e molhos, calçado, cortiça e seus derivados, pasta para papel e moldes para matérias plásticas.

●●●

CONFECÇÕES PARA A ESPANHA – Os empresários portugueses de confecções que participaram em Madrid nos certames Ibermoda e Imagem e Moda, criarão uma empresa em Espanha para apoiar a comercialização dos seus produtos.

Alexandre Pinheiro, presidente do Gabinete Portex, afirmou à ANOP que tanto os empresários como o Governo pretendem que essa empresa esteja no âmbito do Gabinete Portex, mas ainda não estão definidas as suas características.

Essa decisão foi tomada depois de os empresários de confecções que se encontram em Madrid e em contacto com o mercado espanhol «terem verificado que há muito interesse nos produtos de confecções portugueses, tanto pelo preço, como pela qualidade e criatividade».

●●●

CORTIÇA PARA A URSS – A Mundet assinou em Moscovo um contrato para o fornecimento de produtos de cortiça no valor de 1700 mil dólares (118 150 milhares de escudos), informou aquela empresa corticeira.

O contrato foi assinado entre a Mundet e a empresa estatal soviética que comercializa a cortiça.

A Mundet fez já este ano contratos para a venda de cortiça a outros países do bloco de Leste no valor de 2500 mil dólares (173 750 milhares de escudos).

●●●

MÁQUINAS PARA O BRASIL – O estudo da viabilidade de incrementar a exportação para o Brasil de máquinas-ferramenta portuguesas para trabalhar madeira reuniu ontem na delegação portuense no Banco do Brasil personalidades dos dois países.

Participaram nesta reunião de trabalho designadamente o cônsul-geral do Brasil no Porto, o administrador-geral do Banco do Brasil e membros da direcção da União dos Sindicatos de Máquinas para trabalhar Madeiras Portuguesas (UNIMAP).

Em Lisboa, até ao fim-de-semana

Visita do ministro da Indústria aprofunda cooperação com Moçambique

As relações bilaterais entre Portugal e Moçambique terão de estar num nível bem acima do puro comércio – disse ontem em Lisboa o ministro português da Indústria, Energia e Exportação, Baião Horta.

Após uma reunião com o seu homólogo moçambicano, António Lima Branco, que se encontra em Lisboa a seu convite, Baião Horta disse que as relações terão de ser aprofundadas a nível qualitativo, superior a uma simples compra de matérias-primas a Moçambique.

«Portugal compra as matérias-primas a preços internacionais, não havendo nas suas relações com Moçambique qualquer situação especial» – disse o ministro.

Acrescentou que o nível das relações deverá permitir criar zonas de interesse conjunto de modo a que resulte um acréscimo de valor para o desenvolvimento económico de Moçambique e de que Portugal beneficie, participando nos projectos de desenvolvimento.

O ministro moçambicano, por seu turno, declarou que o objectivo prioritário do seu país é recuperar as capacidades produtivas instaladas de modo a alcançar a sua plena utilização.

Outra preocupação das autoridades é, disse, lançar novos vectores de desenvolvimento previstos no Plano de Dez Anos para o Desenvolvimento Económico do País.

Lima Branco considerou como positiva a cooperação existente com Portugal e realçou o interesse do seu país em que Lisboa participe na recuperação das capacidades produtivas e no lançamento de novos empreendimentos.

«Existem linhas de crédito de Portugal a Moçambique e agora importa utilizá-las nas áreas em que a cooperação já existe» – sublinhou.

O ministro moçambicano não excluiu a hipótese de no decurso desta sua visita virem a ser acordadas novas linhas de crédito.

Referiu a importância da cooperação de Moçambique com os países da África Austral, no quadro da Conferência para o Desenvolvimento Económico da África Austral (SADCC).

Após o encontro com Baião Horta, prosseguiram os trabalhos com uma reunião das duas delegações, sendo a portuguesa chefiada pelo secretário da Energia, Carvalho Carreira.

O ministro António Lima Branco estará em Portugal até ao fim desta semana constando do seu programa contactos com diversos elementos do Executivo português, nomeadamente com o Primeiro-Ministro e com os titulares da Indústria, das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

António Lima Branco será recebido sexta-feira pelo Presidente da República.

O ministro moçambicano chefia uma delegação que integra vários quadros superiores de áreas económicas, nomeadamente da energia, construções mecânicas e da indústria do calçado.

Estão previstos contactos com industriais portugueses (Associação Industrial Portuguesa e Confederação da Indústria Portuguesa) e com algumas das principais empresas portuguesas de Lisboa e do Norte (Petrogal, Sorefame, Cometna, Riopele e Efacec).

A indústria metalomecânica pesada e as indústrias de calçado, bebidas, química, vidro, mobiliário, vestuário e têxteis estiveram no centro das conversações de ontem com o ministro português da Indústria.

A assistência técnica a estas e outras indústrias, a formação profissional e a discussão da participação de terceiras partes em projectos a realizar em Moçambique com envolvimento de Portugal são os domínios em que as conversações com membros do Governo português vão incidir.

Comércio influenciado por oscilações políticas

O comércio entre Moçambique e Portugal reflecte na sua evolução, as contingências por que passaram as relações políticas luso-moçambicanas.

Depois de 1974 registou-se, com efeito, uma acentuada diminuição do intercâmbio comercial entre os dois países.

Esse facto é devido a duas circunstâncias: por um lado, a desarticulação de muitos dos mecanismos económicos que regulavam as relações entre Portugal e a sua antiga colónia, por outro, Moçambique, uma vez independente, diversificou as suas relações económicas e de cooperação.

Mesmo assim, Portugal continua a ser um dos principais parceiros comerciais de Moçambique, tendo sido em 1980 o seu quinto fornecedor e o segundo cliente – de acordo com dados do Fundo de Fomento de Exportação.

Constata-se, no entanto, que entre 1974 e 1981 a tonelagem exportada por Moçambique desceu de 332 260 para 13 395, enquanto os fornecimentos portugueses baixavam de 55 061 para 16 904 toneladas.

Em termos de défices, tem-se verificado alternâncias no período em análise, em que nos últimos três anos apenas o de 1979 foi favorável à «balança» moçambicana em 855 milhões de escudos.

Nos dois anos seguintes (80 e 81) o comércio português teve saldos positivos de 795 e 944 milhões de escudos, respectivamente.

Os montantes movimentados em 1981 – segundo dados, provisórios revelados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) – cifraram-se em 2058 milhões de escudos para as vendas portuguesas e 1114 milhões para as exportações moçambicanas.

O algodão (de que Moçambique é um dos principais fornecedores do comércio português) e o sisal são os produtos que este país mais vende a Portugal.

As exportações portuguesas, bastante mais diversificadas, englobam uma vasta gama de produtos, nomeadamente têxteis, calçado, medicamentos e vinhos.

Maquinistas da CP

CG não quer negociar enquanto a greve durar

O conflito custa 20 mil contos diários

Dada a posição de irredutibilidade ontem manifestada pelo conselho de gerência (CG) da CP, relativamente ao conflito laboral com os maquinistas, tudo leva a crer que, até ver, o País manter-se-á privado de comboios até ao próximo dia 17.

«Pelo nosso lado, não há mais medidas a tomar para evitar a greve», afirmou em conferência de Imprensa o presidente do conselho de gerência da transpotadora ferroviária nacional, eng.º Marques da Costa. A este propósito acrescentou que «não faz sentido negociar sob coacção e é o que aconteceria se nos sentássemos à mesa com a greve em curso».

Justificando a sua atitude, o CG da CP voltou a repetir os argumentos anteriormente utilizados, de que os maquinistas auferiram, em média, durante o ano transacto, 37 mil escudos mensais e que as suas reivindicações de uma carreira profissional não são passíveis de satisfação, nos moldes em que são apresentadas, visto que isso originaria uma desestabilização na empresa.

Embora admitindo que a greve dos maquinistas possa «ter efeitos políticos» o eng.º Marques da Costa afirmou que a considera «não política», não obstante, como é sabido, a direcção do Sindicato Nacional dos Maquinistas, ter por diversas vezes criticado o conselho de gerência da CP.

Segundo o CG, o Sindicato dos Maquinistas pretende aumentos da ordem dos 15 mil escudos e uma subida injustificada de escalão nos quadros da em presa, o que transformaria aque les trabalhadores numa **elite** dentro da CP. Tal ajustamento, a efectivar-se, só poderá acontecer em Abril, depois de concluído um estudo encomendado a uma empresa estrangeira. «Só mediante esse estudo, que definirá com rigor científico as funções na CP, poderemos satisfazer ou não as exigências dos maquinistas», declarou o eng.º Marques da Costa.

Prejuízos

A greve dos maquinistas, que causa um prejuízo de 20 mil contos diários, só em receitas arrecadadas, criará este mês, segundo foi afirmado na conferência de Imprensa, grandes dificuldades no pagamento dos salários por inteiro e a horas. A verificar-se uma situação destas, acrescentou o eng.º Marques da Costa, «daremos prioridade,naturalmente, no pagamento, aos que trabalharam».

Esta atitude do CG foi ontem criticada por um dirigente da Federação dos Ferroviários, que declarou não estarem os trabalhadores da CP dispostos a aceitar que, mês após mês, os seus salários «não sejam pagos a tempo e horas».

O CG da empresa declarou estar em estudo a hipótese de utilizar à Rodoviária Nacional e empresas privadas para obviar à imobilização de marcadorias nas estações, sobretudo as perecíveis, podendo, se se tornar indispensável, recorrer aos transportes das Forças Armadas.

O eng.º Marques da Costa não se mostrou favorável à requisição civil, fundamentando as suas reseevas na dúvida de que tal medida pudesse vir a ser eficaz e acatada. Para o CG, a requisição civil, para além de não resolver o problema, poderia funcionar como «tábua de salvação para o Sindicato dos Maquinistas, que salvaria a face ao voltar ao trabalho por imposição legal».

O eng. Marques da Costa, durante a conferência de Imprensa em que o conselho de gerência da CP reafirmou a sua intransigência face às reivindicações dos maquinistas

O CG da CP, que já pediu a arbitragem do conflito, contesta as posições do Sindicato, sobretudo no que diz respeito ao ponto mais debatido - o enquadramento das carreiras.

A greve

A actual fase da greve dos maquinistas, ontem iniciada, paralisa por completo as linhas de Sintra e Cascais que transportam quase 400 mil passageiros por dia. No Sul, segundo o CG, «não há problemas de maior», estando a funcionar cerca de 50 por cento das composições. Quanto às zonas Centro e Norte, a paralisação é praticamente total.

Os transportes alternativos postos à disposição dos utentes da via férrea não são, como é óbvio, suficientes para as necessidades, o que tem originado grandes atrasos na chegada aos locais de trabalho.

Um porta-voz da Federação dos Ferroviários admitiu a probabilidade de, nos próximos dias, circularem mais composições, uma vez que muitos maquinistas acabarão por desistir da greve, o que redundará numa «grande derrota» para o Sindicato dos Maquinistas.

Entretanto, o deputado Cardoso Moniz, do PPM, declarou à ANOP que a Comissão Parlamentar de trabalho vai fazer diligências no sentido de promover um encontro entre representantes dos maquinistas e do conselho de gerência da CP.

A concretizar-se, a reunião realizar-se-ia na Assembleia da República.

Mais dois dias de greve na Marinha Mercante

O Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante decretou nova greve para os dias 30 e 31 em apoio de reivindicações salariais. A greve deverá paralisar 80 navios da frota mercante nacional e foi decidida por unanimidade numa reunião geral de sócios do sindicato realizada ontem à noite.

Entretanto, os 850 trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso de greve paralisaram na segunda e terça-feira provocando a imobilização de 56 navios, enquanto os restantes 24 aguardavam a chegada as primeiro porto para tomar uma decisão.

O sindicato exige aumentos salariais globais de 23 por cento e a correcção dos enquadramentos

Alfândegas

Os trabalhadores das alfândegas de Lisboa e Porto ameaçaram desencadear uma greve de zelo nos próximos dias 17, 18 e 19 de Março se o Governo não aprovar o diploma de reestruturação do sector.

Os trabalhadores afirmam que a greve de zelo se traduziria no cumprimento rigoroso das leis e regulamentos aduaneiros e que esta forma de luta se poderá agudizar «caso se mantenham a falta de firmeza e de vontade política do Governo

Exigem também que as suas estruturas representativas – Federação da Função Pública e comisshoes de trabalhadores – tenham acesso ao texto do diploma antes de o mesmo ser enviado a conselho de ministros.

Greve na RAR

Cerca de 90 por cento dos trabalhadores das Refinarias de Açúcar Reunidas do Porto terão aderido à greve de 24 horas ontem realizada em apoio das suas reivindicações salariais.

As greves decretadas para os dias 4, 9 e 11 de Março visam pressionar a administração da RAR a assinar o acordo colectivo de trabalho. Os trabalhadores reivindicam 23 por cento, mas a entidade patronal recusa-se a negociar valores superiores a 21 por cento.

Um porta-voz da administração afirmou entretanto que a empresa procede à distribuição habitual do açúcar e que os stocks existentes são suficientes para garantir o abastecimento da população nos próximos dias.

Bancários repudiam proposta

A proposta de revisão do CCTV apresentada pela direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas foi ontem repudiada na generalidade numa reunião de sócios daquele organismo de classe

Os bancários aprovaram uma moção na qual consideram a proposta contrária aos interesses dos trabalhadores e criticam a forma «grosseira, intolerante e antidemocrática» como a direcção fez discutir a sua proposta no seio da classe.

Apelam também a todos os bancários para que votem «não» no dia 11, data em que o projecto de revisão do CCTV será referendado pela classe.

Os participantes na reunião apresentam como alternativa a continuação da luta pela substituição imediata da direcção, a qual, afirmam, não deverá negociar a revisão do CCTV.

Delegação da CGT francesa

Uma delegação da central sindical francesa CGT chegou ontem a Lisboa a convite da CGTP/IN, para uma visita de três dias.

A delegação, chefiada por René Lomet, do secretariado da central francesa, tratará durante a estada fundamentalmente de questões relacionadas com a programação de acções conjuntas «com vista à defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses emigrados em França».

Um comunicado com a posição das duas centrais sobre a emigração portuguesa em França deverá ser assinado no final da visita, revelou uma fonte da CGTP-IN.

Acompanham René Lomet, Marius Apostolo e Serge Cappe.

No Hotel Baía

Comissão interina congelou conta bancária

Os trabalhadores do Hotel Baía, encetaram desde 8 do corrente uma série de paralisações que se prolongam até dia 12, das 15 às 17 horas, como forma de luta contra a acção **nefasta** da comissão interina composta à base de familiares do ex-patrão, nomeada pelo Governo AD e pelo direito de serem eles próprios a gerirem a empresa.

Aqueles trabalhadores, que apelam à compreensão e solidariedade da população de Cascais e dos clientes do hotel, acusam a referida comissão de prosseguir nos «abusos cometidos pelo secretário de Estado do Turismo, Nandim de Carvalho, pondo em causa o futuro do hotel, dos postos de trabalho de 125 trabalhadores do Baía, do sector turístico nacional e da própria economia do País».

Segundo comunicado do Sindicato de Hotelaria do Sul, a comissão interina transferiu para si própria vários milhares de contos em depósito bancário, «fruto exemplar da gestão dos trabalhadores» tendo agora congelado essa conta e não efectuando quaisquer pagamentos de despesas, mesmo as correntes, de modo a assegurar o regular funcionamento daquela unidade hoteleira.

O mesmo documento refere ainda que o Governo AD se prepara para alterar a lei das empresas em autogestão «por forma a tornar legal esta comissão e inviabilizar na prática a gestão das empresas ainda geridas pelos trabalhadores».

Para obviar esta situação e para «obrigar o Governo AD a cessar as suas falcatruas» o pessoal do Baía desenvolveu já uma série de iniciativas – entrevistas com diversos órgãos de poder, paralisações, etc. – que até agora se mostraram infrutíferas.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

7.º JUÍZO

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que começará a contar da 2.ª e última publicação deste.

Execução Sumária n.º 281/79, 3.ª secção.

Exequentes — O BANCO PINTO & SOTTO MAYOR, EP.

Executado — DUARTE MANUEL MARTINS ROCHA ANTUNES e mulher LÍVIA HELENA BARRÃO ROCHA, residentes na Residencial D. Carlos I, Rua dos Operários Conservadores, n.º 2, PORTIMÃO.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1982.

O Juiz de Direito
O Escrivão de Direito
(Assinat. ilegíveis)

«D.L.» — 10/3/82
2.ª Publicação

Sinal de trânsito não é objecto decorativo. Respeite-o!

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul

ALJUSTREL

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo da alínea b) do Art.º 39.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária deste Sindicato, a reunir no dia 27 de Março (sábado), pelas 15, na sua sede.

ORDEM DE TRABALHOS:

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1981.

Aljustrel, 4/3/982

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
a) Manuel Guerreiro da Silva

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE TERRA DA MARINHA MERCANTE, AERONAVEGAÇÃO E PESCA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 37.º dos Estatutos, convoco todos os associados a comparecerem na reunião ordinária da Assembleia Geral a realizar em 25.3.82 nos seguintes locais:

Porto — Av. da Boavista, 730-1.º Dt.º pelas 18,30 Horas

Lisboa — Av. Elias Garcia, 123-2.º pelas 21,00 Horas

com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção e do parecer do Conselho Geral, relativos ao exercício de 1981

Lisboa, 10 de Março de 1982

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

DESPORTO

ponta esquerda

Mais um desempregado

O treinador da equipa do Avellino (Itália) da 1.ª divisão do campeonato italiano, o brasileiro Luís Vinício, demitiu-se das suas funções.

Luís Vinício estava a encontrar numerosas dificuldades no seio' da equipa «verde branca» que treinava desde a época passada e comunicou a sua decisão, por carta, ao presidente do clube, António Sibilla. Será substituído agora pelo seu adjunto, Cláudio Tobia.

Luís Vinício deixa o clube em vésperas do «derby» da Campânia Nápoles/Avellino, programado para a próxima jornada do campeonato.

Selecção dos Camarões mal

As selecções de futebol do Gana e dos Camarões empataram em Tripoli, por 0-0, em jogo do grupo A da «Taça da África».

Foi o segundo empate da turma dos Camarões, que em Junho estará presente no Mundial de Espanha. Os Camarões empataram domingo com a Tunísia.

A final do torneio disputa-se dia 19 em Tripoli.

Participam também no torneio a Argélia, outro finalista do Mundial-82, Tunísia, Nigéria e Líbia, país organizador.

No segundo encontro da noite, a Líbia derrotou a Tunísia, por 2-0, golos de El Ferjani (43) e Farai El Barossi (86).

Classificação do grupo:

	J	V	E	D	G	P
1.º Líbia	2	1	1	0	4-2	3
2.º Gana	2	0	2	0	2-2	2
3.º Camarões	2	0	2	0	1-1	2
4.º Tunísia	2	0	1	1	1-3	1

Olimpíadas criticadas

As autoridades desportivas soviéticas acusaram, em Moscovo, os organizadores dos Jogos Olímpicos de Los Angeles-1984 de desrespeito e violação da «Carta Olímpica».

Provavelmente, nunca no passado recente um Comité Olímpico divulgou tão poucas indicações sobre a preparação da Olimpíada – afirmou Sergei Pavlov, presidente do Comité Olímpico Soviético. Pavlov acusou os organizadores de não informar os desportistas sobre o dia e hora das competições de natação, não havendo, de momento, qualquer calendário ou horário das provas. **Será necessário explicar aos organizadores a importância destes elementos para os nadadores, que se preparam para a competição, sempre em consonância com a data das provas** – acrescenta.

Pavlov, diz ainda, que o plano dos organizadores, de instalar os desportistas em vários dormitórios universitários em vez de os hospedar numa única «Aldeia Olímpica», viola claramente as regras olímpicas. O dirigente soviético, que considera os Jogos Olímpicos de Moscovo (em 1980) como os melhores em toda a história do olimpismo, criticou duramente a comercialização dos Jogos de Los Angeles-84, denunciando o investimento exagerado de capitais privados.

URSS, Jugoslávia e Itália

Já há candidatos ao "Mundial" de 1990

A União Soviética, a Jugoslávia e a Itália candidataram-se para organizar o campeonato mundial de futebol de 1990, disse em Argel o presidente da federação internacional da modalidade (FIFA).

O brasileiro João Havelange, falando numa conferência de imprensa, sublinhou que a Colômbia terá de confirmar até Outubro a organização do Mundial-86.

Havelange acrescentou que a Bélgica e a Holanda se ofereceram para organizar, em conjunto, o Mundial, mas a FIFA, disse, colocou reservas a esta proposta.

Interrogado acerca dos campos com relva artificial, declarou que a FIFA vai enviar um questionário sobre o assunto a todos os países membros, antes de tomar uma decisão.

«Pessoalmente oponho-me a que os jogos oficiais se disputem nesses campos, porque causam muitas lesões», frisou.

Acentuou que a tendência contra esses terrenos de jogo tem aumentado, mas, disse, uma decisão não poderá ser tomada nos próximos seis anos.

Havelange afirmou esperar ser reeleito presidente da FIFA e que se isso acontecer irá propor a realização de um campeonato do mundo para senhoras e outro para juvenis.

Colónia e Hamburgo «empatam para o Bayern»

O Colónia e o Hamburgo empataram fora em jogos do campeonato alemão de futebol e perderam uma oportunidade de ultrapassarem o líder Bayern de Munique.

O Colónia empatou por 1-1 com o Kaiserslautern, enquanto o Hamburgo obteve uma igualdade a duas bolas com o Karlsruher.

No outro jogo em atraso o Nuremberga bateu o Einstracht de Franckfurt, por 5-3.

O Bayern mantém o comando com 32 pontos em 23 jogos, em igualdade pontual com o Colónia, que tem um jogo a mais. O Hamburgo ocupa a terceira posição com 31 pontos, em 23 desafios.

Um golo de Allofs a sete minutos do final deu o empate ao Colónia, nove minutos depois de o Kaiserslautern ter inaugurado o marcador por Eilenfeldt.

Desfalcado de Beckenbauer e de Magath, o Hamburgo foi incapaz de derrotar o décimo terceiro classificado Karlsruhe, que na semana passada derrotou o Bayern de Munique.

Gorss abriu o activo para os visitados aos 12 minutos, mas Hartwing empatou aos 29 e Heesen colocou o Hamburgo a vencer por 2-1 aos 60 minutos. Schueler empatou aos 71 minutos.

Oito golos rendeu a partida disputada em Nuremberga, em que o guarda-redes suplente do Eintracht Juriens, que ocupou o lugar do titular Pahl, fracturou uma perna aos 18 minutos de jogo e foi substituído pelo amador Ralf Raps.

Liverpool: muitos golos

O Liverpool e o Tottenham, que se defrontam sábado em Wembley na final da «Taça da Liga» inglesa de futebol, obtiveram ontem vitórias fáceis nos campos do Stocke (5-1) e Brighton (3-1), em jogos do campeonato.

Um golo de Terry McDermott aos 15 minutos de jogo, num remate de longe, abriu o caminho para a goleada do Liverpool perante 16 mil espectadores no Estádio Vitória, propriedade do Stoke.

Kenny Dalglish aumentou a vantagem aos 29 minutos e Graeme Souness apontou o terceiro golo, um minuto depois do intervalo. Sammy Lee e Ronnie Whelan marcaram nos três derradeiros minutos, os últimos golos do Liverpool.

Sammy MacIlroy obteve aos 59 minutos o tento do Stoke.

O Tottenham, em boa forma, abriu o activo por intermédio do internacional argentino Osvaldo Ardiles aos 36 minutos, na transformação directa de um livre, a mais de 30 metros da baliza do Brighton.

Garth Crooks elevou a contagem aos 49 minutos, Forster reduziu aos 66 e Steve Archibald fechou a contagem aos 79.

O Nottingham Forest venceu o Coventry, no campo deste, por 1-0, enquanto o Middlesbrough bateu no seu campo o West Bromwich, por igual marca.

Na Guiné: Quem mais sobe é o União

O Clube União Desportivo Internacional de Bissau (UDIB), com 22 pontos, e o Estrela Negra (equipa militar), com 19, remeteram para o 3.º lugar na classificação geral o Sport Bissau e Benfica, com 18, campeão nacional nas últimas quatro épocas.

Após a décima terceira jornada do campeonato, no último fim-de-semana, o 4.º lugar é ocupado pelo Sporting Clube de Bissau, com 17 pontos, estando o Ajuda Sport classificado em 5.º, com 16.

Nos jogos de sábado, domingo e segunda-feira, o Sporting empatou em Bissau por 1-1 com o Desportivo de Gabu, o Benfica da capital empatou também em casa por 1-1 com o Estrela Negra e o UDIB perdeu por 2-1 com os Balantas de Mansoa.

O Ajuda Sport empatou em casa por 2-2 com o Sporting de Bafata.

Os últimos lugares são ocupados entre as 16 equipas concorrentes ao campeonato, pelo Desportivo de Farim e pelo Atlético de Bissora, que no termo da décima segunda jornada contavam respectivamente 6 e 5 pontos.

Após a independência, o campeonato de futebol foi ganho em 1975 pelos Balantas de Mansoa, em 1976 e 1977 pelo UDIB, cabendo todas as vitórias posteriores ao Benfica de Bissau.

A disputa da prova máxima de futebol na Guiné-Bissau foi retomada há uma semana, após a interrupção de cerca de dois meses, em virtude da participação da selecção nacional na quarta edição da Taça Amílcar Cabral, em Fevereiro, em Cabo Verde.

O Torneio da Páscoa, uma prova internacional com a participação das selecções nacionais de futebol do Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau e Guiné-Conacry, provocará em breve nova interrupção do campeonato que deverá estender-se até Outubro.

A Taça de Futebol da Guiné-Bissau começa a ser disputada em Abril ou Maio, apresentando-se como favoritas as equipas do Sporting, UDIB, Benfica e Estrela Negra.

A segunda modalidade desportiva guineense é o ténis, regularmente praticado em oito courts em todo o país.

Um torneio de ténis com a participação de cerca de cem jogadores está a decorrer actualmente em Bissau.

SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES E JUNTAS PORTUÁRIAS

RUA DA ROSA, 188-3.º DT.º – TELEFONE 37 06 93 – LISBOA – 2

I CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos do art.º 46.º, Alíneas b) e c) e art.º 47.º e 49.º dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias, convocam-se todos os sócios para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar nos dias, horas e locais abaixo indicados.

JAPSA — FARO — 24/3/82 ..... Em local e horas a determinar oportunamente
JAPSA — PORTIMÃO 24/3/82 ..... Em local a determinar p/17.00H
JAPSA — SETÚBAL 24/3/82 ..... Sala das sessões da Junta p/17.30H
JAPFF — F. FOZ 24/3/82 ..... Refeitório do Cais C. p/17.00 h.
JAPA — AVEIRO 24/3/82 ..... Em local e horas a determinar oportunamente
APDL — PORTO 25/3/82 ..... Na Cantina p/17.00 H.
JAPN — V. DO CASTELO 26/3/82 ..... Sede da Junta, horas a determinar oportunamente
AGPL — LISBOA 30/3/82 ..... Na Cantina de Santos p/17.30 H.
AS — SINES 31/3/82 ..... Em local e horas a determinar oportunamente
JAPPD — PONTA DELGADA 30/3/82 ..... EM local e hora a determinar oportunamente
JAPAH — ANGRA HEROÍSMO 30/3/82 ..... Em local e hora a determinar oportunamente
JAPAM — FUNCHAL — MADEIRA 30/3/82 ..... Em local e hora a determinar oportunamente

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e aprovação do Relatório e Contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal.
2. discussão e aprovação do Orçamento proposto pela Direcção para o ano de 1982.

II CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 48.º dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias.

Convoco os sócios para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar nos locais atrás indicados, a qual terá início meia hora após a 1.ª Assembleia Geral Ordinária.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único:
Discussão e aprovação da alteração aos Estatutos proposta pela Direcção.

LISBOA, 5/3/82 O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, FABRICAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL, GRÁFICA E IMPRENSA DO SUL E ILHAS

LARGO DA TRINDADE, 16-1.º — 1294 LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL DESCENTRALIZADA
CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do Art.º 39.º e para os fins previstos na alínea 1) do Art.º 38.º e para cumprimento da alínea d) do Art.º 46.º dos Estatutos, convocam-se os associados para a Assembleia Geral a efectuar no corrente mês, nos dias, locais e horas abaixo indicadas:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovar, modificar ou rejeitar o relatório e contas apresentado pela direcção bem como o parecer da Assembleia de Delegados;
2. Situação político-social;
3. Informações.

Lisboa, 5 de Março 1982

O PRESIDENTE DA MESA
DA ASSEMBLEIA GERAL
Raul Vladmiro Miraldes Caetano

DIAS	HORAS	LOCAL
26/3	19.00	Delegação de Tomar – P.ª da República, 13
26/3	19.00	P.ª do Bocage, 111-1.º SETÚBAL
29/3	19.00	Rua dos Ferreiros, 151 — FUNCHAL
30/3	20.00	Sede do Sindicato — Largo Trindade, 16-1.º LISBOA

DESPORTO

No Boavista:

Lino sai! Entra Hagan?

O Boavista rescindiu ontem amigavelmente o contrato com o técnico Mário Lino, responsável pela equipa principal de futebol que milita na 1.ª divisão.

O técnico adjunto Carolino passará a orientar a equipa, falando-se do técnico britânico Jimmy Hagan para suceder a Lino.

A rescisão foi consumada no final de uma reunião entre os dirigentes Domingos Marques e Sousa Ribeiro, responsáveis pelo Departamento de Futebol e Mário Lino.

Jimmy Hagan, que já salvou o Boavista da descida de divisão e a quem deu, mais tarde, uma Taça de Portugal, é o nome mais falado para suceder a Mário Lino.

Este problema ficará definitivamente resolvido amanhã, quando a direcção do clube se reunir, já com a presença de Taveira da Mota, ausente do País, devido a afazeres profissionais.

Garrido: mal com o Rio para bem do Mundial

Estas situações não são agradáveis para ninguém, afirmou Mário Lino, adiantando que, de imediato, pretende recuperar física e psiquicamente do desgaste provocado pela carreira da equipa.

Mário Lino, que não pretende orientar qualquer equipa portuguesa até final da época, irá fazer um estágio em Inglaterra, seguindo depois para Espanha, onde assistirá ao próximo Campeonato do Mundo de Futebol.

O Boavista ocupa o décimo segundo lugar com 17 pontos, a dois pontos dos oitavos classificados Académico de Viseu, Penafiel, Espinho e Portimonense.

Atrás do Boavista encontram-se Estoril (15), Amora e Belenenses (14) e União Leiria (9).

Saída de Lino não é a resolução adequada

O treinador adjunto do Boavista afirmou que **a saída de Mário Lino não é, nesta altura da época, a resolução mais adequada para ultrapassar a crise do clube.**

Carolino que toma conta da equipa até à direcção axadrezada obter o concurso de um outro treinador, sublinhou que **a actual indefinição do panorama directivo do Boavista atinge directamente o onze principal.**

Os profissionais do Boavista são os que menos culpa têm desta situação mas, simultaneamente, têm sido os mais atingidos por todo este problema, disse.

Referindo-se ao futuro do Boavista e à sua permanência na 1.ª divisão, que **será um facto inequívoco, Carolino adiantou que a dinamização do clube do Bessa passa, inevitavelmente, pelo regresso, quanto antes, de figuras de grande prestígio.**

Referiu que a massa associativa **deve acordar rapidamente chamando novamente ao clube Valentim Loureiro, Hernâni Ascensão, Carlos Medeiros, Mexia Alves e Cruz Mesquita, entre outros.**

Pode haver uma grande desmotivação nesta altura, disse, adiantando que **acima de tudo e de todos a equipa está consciente das dificuldades que o clube atravessa.**

Benfica: Baroti deve ficar

Muito pouco transpirou da reunião do executivo benfiquista de ontem à noite, num momento em que é insistentemente referida a hipótese de rescisão imediata com o técnico Lajos Baroti. Pelo que conseguimos apurar essa hipótese parece não ser mesmo encarada pela direcção encarnada que estaria assim disposta a cumprir o contrato com o técnico até ao fim da época. Fontes próximas da direcção admitem, contudo, a possibilidade remota da decisão em causa poder ser alterada.

À reunião de ontem esteve presente o «capitão» Humberto Coelho que terá expressado o sentimento da equipa quanto à continuação ou não do técnico.

Garrido não vai ao Rio

António Garrido já não será o árbitro do desafio particular entre o Brasil-Alemanha Federal. Na decisão do árbitro pesou uma «recomendação» da FIFA que o advertiu de que poderia pôr com essa arbitragem, em causa a sua possível presença no encontro final do Mundial de Espanha.

Vieira Nunes deixa o Gil

Vieira Nunes não é mais treinador do Gil Vicente. **Falta de apoio da direcção e atraso no pagamento aos jogadores,** foram os motivos apresentados pelo treinador para a rescisão que a direcção aceitou de imediato. No posto sucede-lhe um professor de educação física – João Matos – que foi jogador do clube e posteriormente seu técnico.

Kuwait joga «com todos»

Está definitivamente assente. No quadro de preparação para o Mundial de Espanha a selecção do Kuwait fará um estágio entre nós de cerca de trinta dias e já no próximo dia 11 de Abril. Durante a sua estadia realizará encontros particulares com o Benfica, Farense, Sporting, Belenenses, Braga e Amora, podendo ainda jogar com o FC Porto, Barreirense e Quimigal e também eventualmente, com o Académico de Coimbra.

Lino: adeus até ao fim da época

Arnaldo Silva mostra-se sábado

O Belenenses joga no próximo sábado, particularmente, com os campeões de Moçambique, Têxtil Pungué, facto que servirá nomeadamente para apresentação do novo reforço, Arnaldo Silva. Relativamente à anunciada rescisão com o «irrascível» brasileiro Biffe, sabe-se que a mesma fará poupar ao clube qualquer coisa como cerca de três mil contos.

Ciclismo

Volta à Córsega para Hinault

O francês Bernard Hinault venceu a Volta à Corsega em bicicleta, com apenas cinco segundos de avanço sobre o seu compatriota Pascal Simon.

Hinault cobriu as cinco etapas da competição em 14 horas 52 minutos e 32 segundos.

O francês Dominique Garde venceu a quinta e última etapa, entre Porto Vecchio e Ajaccio, na distância de 165 quilómetros.

Classificação final:

1. Bernard Hinault, França, 14.52.32 horas; 2. Pascal Simon, França, a 5 segundos; 3. Greg Lemond, EUA, a 18; 4. Michel Laurent, França, a 20; 5. Zoop Zoetemelk, Holanda, a 34; 6. Stephen Roche, Irlanda, a 49; 7. Jerome Simon, França, a 56; 8. Phil Anderson, Austrália, a 1.01 minuto; 9. Raymond Martin, França, a 1.03; 10. Robert Alban, França, a 1.08.

Director dos desportos:

Da Infante Santo para Bruxelas

O director-geral dos Desportos, Lopes Marques, foi eleito para o Conselho de Administração do Clearing House por proposta do Comité para o Desenvolvimento do Desporto (CDDS) do Conselho da Europa.

A decisão do CDDS foi tomada na última reunião do organismo, em Estrasburgo.

O Clearing House, com sede em Bruxelas, é o órgão do Conselho da Europa que, em matéria de desporto, coordena toda a informação e faz a avaliação permanente das políticas europeias de desenvolvimento do desporto dos 21 países membros.

Fúnciona desde 1981 como um «banco de dados», no plano europeu para a cooperação e o apoio à organização das actividades tanto de natureza intergovernamental como do âmbito dos países membros.

URSS: TV protege futebol

O desporto ocupa posição de relevo na programação televisiva da URSS, sendo de sublinhar que, no respeitante ao futebol, a TV soviética nada paga à respectiva Federação pelas transmissões realizadas.

Antes de cada temporada futebolística representantes da TV e da Federação reunem-se para elaborar o mapa das transmissões, no qual se incluem os jogos ao nível europeu de clubes e no âmbito mundial de selecções.

Claro que o facto de a TV proceder à transmissão de encontros de futebol exerce influência no número de espectadores que habitualmente afluem aos estádios. Mas, deve salientar-se que mais de um milhão de pessoas assistiram **ao vivo** aos jogos do Dínamo de Tbilisi na época passada, que terminou com a sua vitória na «Taça dos Vencedores de Taças».

De acordo com dados da última temporada, 231 encontros do campeonato da URSS foram presenciados por 4 857 033 espectadores, o que proporciona uma média de vinte mil por jogo. !sto, não obstante a TV transmitir dois ou três encontros do campeonato ou da «Taça» desde que naturalmente se não afectuem no mesmo dia.

Os jogos menos interessantes são englobados num programa com trinta minutos de duração, denominado «Futebol em Revista», que transmite os lances mais emocionantes de cada encontro.

No que diz respeito ao espectáculo **ao vivo,** registe-se que o preço de cada bilhete varia entre um rublo e um rublo e meio (o rublo está a 93 escudos e 50 centavos). No entanto, há bilhetes especiais para estudantes ao preço unitário de vinte copeques (o rublo tem cem copeques) e muitos estádios emitem cadernetas de bilhetes por assinatura para a totalidade ou apenas metade da temporada, o que proporciona um desconto de dez por cento em cada entrada.

Mundial de hóquei

Samaranch vem mesmo

O presidente do Comité Olímpico Internacional confirmou a presença na cerimónia de encerramento do Campeonatm do Mundo de Hóquei em Patins, a disputar em Maio em Portugal, revelou o gabinete de Imprensa da prova.

Em carta enviada à Federação Portuguesa de Patinagem, o espanhol Juan Antonio Samaranch manifesta-se encantado com o convite da organização e sublinha que chegará com certa antecedência para assistir a jogos do Mundial.

Samaranch entregará à Federação Portuguesa a Taça Juan Antonio Samaranch, instituída para o país que conquistou maior número de títulos nas 25 edições da prova.

Portugal é o virtual vencedor do troféu porque ganhou 11 dos 24 campeonatos já disputados.

O vigésimo quinto mundial de hóquei em patins disputa-se em Lisboa e Barcelos de 1 a 16 de Maio. A cerimónia de encerramento efectua-se em Barcelos.

Andebol — Taça de Portugal

Setúbal nos oitavos de final

O Vitória de Setúbal qualificou-se para defrontar o Francisco de Holanda nos oitavos-de-final da Taça de Portugal de andebol, ao vencer o Paço de Arcos por 34-27.

O encontro, a contar para os 16 avos-de-final da competição, disputou-se no pavilhão do Naval Setubalense.

Os jogos dos oitavos-de-final da competição são: Belenenses-CDUL, S. Mamede-F. C. Porto, Águas Santas-Cascais, Caramão-Académica de Coimbra, Almada-Académico do Porto e Desportivo Portugal-Salgueiros.

Placard

Mais verba que em 81 para o desporto açoriano

O Governo Regional dos Açores vai atribuir este ano cerca de 5,6 milhões de escudos às associações desportivas do arquipélago.

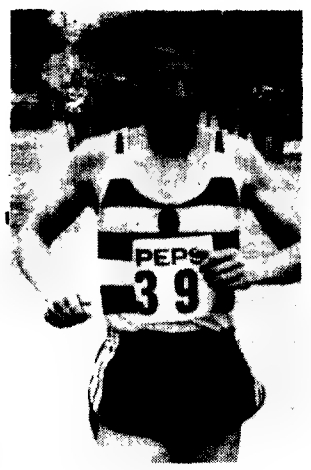
As dotações governamentais, que se destinam a apoiar a prática desportiva, contemplam as associações locais de futebol, vela, judo, patinagem, atletismo, pesca desportiva e ténis.

A associação de futebol, com 1,5 milhões de escudos, é a que recebe o maior subsídio.

O executivo açoriano atribuiu o ano passado subsídios no montante de 4,9 milhões de escudos às associações desportivas.

Halterofilia

O soviético Anatoly Pisarenko, (24 anos), bateu três recordes mundiais em dez minutos, durante a «Taça da Amizade Pisarenko, campeão mundial e recordista da classe de superpesados (mais de 110 quilos) começou por bater o recorde do total com 450 quilos (197,5 no arranque e 252,5 no arremesso), melhorando em 2,5 quilos o seu máximo anterior. Depois, tentou 258 quilos no arremesso e bateu outros dois recordes, fixando o do total dos dois movimentos em 455 quilos.



Lopes cuida da sua lesão

Lopes não vai a Roma

'Nem que Moniz Pereira peça de joelhos'

Nem que Moniz Pereira peça de joelhos Carlos Lopes não alinhará no Crosse das Nações, a disputar em Roma no próximo dia 21. A informação foi prestada ontem por um irmão do atleta, na ausência deste, ao jornal «Gazeta dos Desportos».

Segundo aquele trissemanário descreve ainda na sua edição de hoje, a razão para a ausência de Lopes à prestigiada competição internacional deve-se a uma lesão que contraiu o mês passado no decorrer dos «regionais» no Barreiro. A lesão agravar-se-ia, entretanto, com a participação de Lopes, há duas semanas, nos «nacionais», em Braga. Desde essa altura o atleta olímpico suspendeu os treinos, entregando-se aos cuidados do mestre de judo Kobayashi.

"A dança das bruxas" na "Grande Noite do Fado"

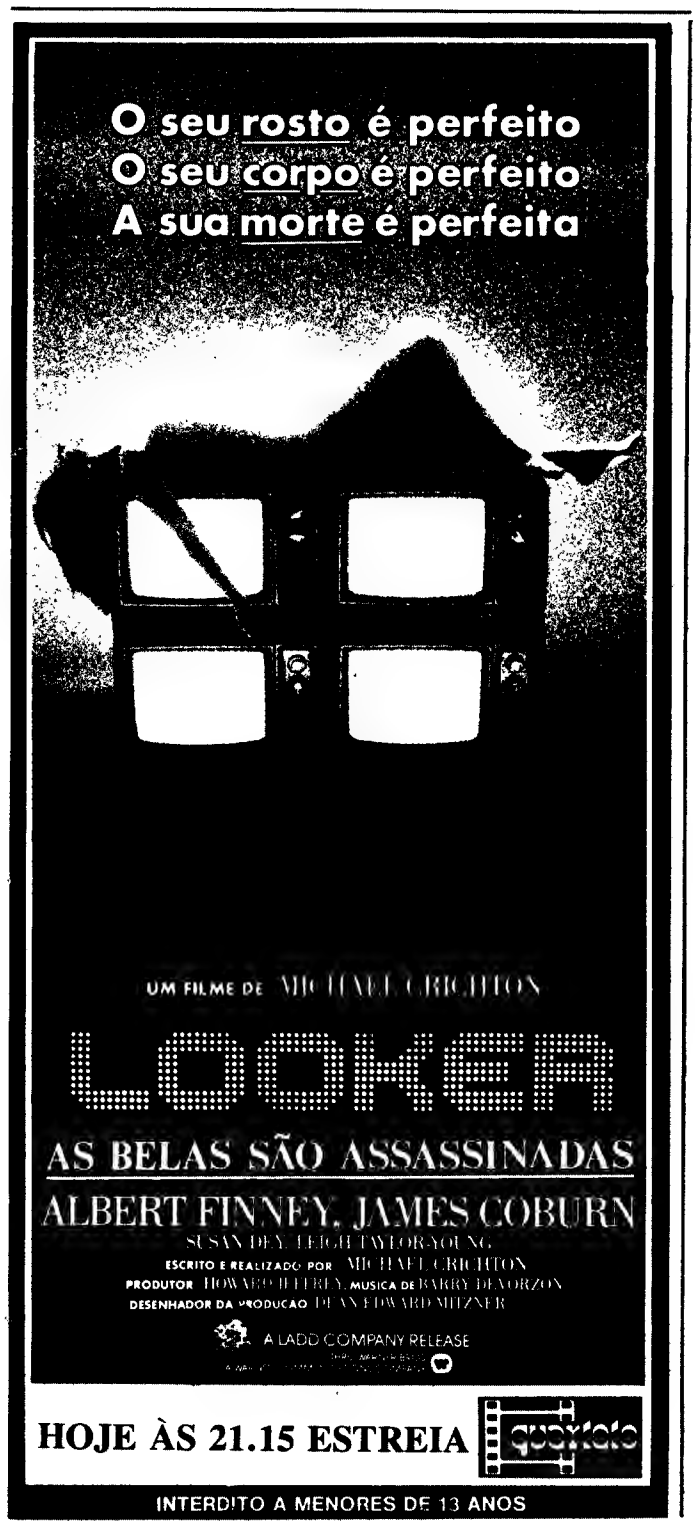
Momento alto da «Grande Noite do Fado», que terá lugar a 19 do corrente, no Coliseu dos Recreios: o sensacional espectáculo «A Dança das Bruxas», realizado por Lydia Barloff no «Finalmente Club» (de Armando Teixeira) é uma das notáveis atracções reunidas pelos jornalistas no mais popular «show» anual oferecido à cidade de Lisboa. A propósito de «A Dança das Bruxas» acrescente-se que, na próxima 2.ª feira, comemorando 200 representações na acolhedora sala da Travessa da Palmeira, Lydia Barloff confraterniza com os Órgãos de Comunicação Social, apresentando um espectáculo completamente renovado com um diaporama de João Freire. O bolo da praxe será destruído antes do início da manhã.

"Os Amigos do S. Carlos": Rebelo de Sousa é o n.º 1

O actual secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro, Marcelo Rebelo de Sousa, é o primeiro dos «Amigos do S. Carlos», entre 20 personalidades mais ou menos conhecidas do meio político e cultural que no passado dia 11 de Fevereiro registaram notarialmente aquela associação.

A cópia da escritura veio ontem no «Diário da República», e dos vinte nomes com que a associação arranca constam ainda, por exemplo, um Ricardo Cruz Filipe, um João Paes e um João de Freitas Branco.

«Os Amigos do S. Carlos» têm por objectivo «a promoção e a divulgação do gosto pela música, em geral, e pela ópera e pelo bailado em especial», e propõem-se «contribuir para o alargamento e o melhor esclarecimento do público», «colaborar com o Teatro Nacional de S. Carlos e apoiá-lo na promoção, realização e divulgação dos seus objectivos culturais», e «realizar um programa anual de iniciativas» naquele teatro da Rua Serpa Pinto, em Lisboa.



No bicentenário dos concertos "Gewandhaus"

O novo auditório de Leipzig

BERLIM – O bicentenário dos concertos Gewandhaus de Leipzig foi assinalado com um festival internacional de orquestras, que se realizou já no grande auditório do novo edifício inaugurado em 8 de Outubro passado. Assisti ao primeiro concerto do festival, dito concerto do jubileu, efectuado precisamente no dia em que se completavam duzentos anos sobre a inauguração da Gewandhaus: 25 de Novembro. No programa, executado pela Orquestra da Gewandhaus sob a direcção de Kurt Masur e com a participação do barítono Dietrich Fischer-Dieskau, Annelies Burmeister (contralto), Chrisitian Vogel (tenor), Karl-Heinz Stryczek (barítono), Hermann Christian Polster (baixo) e ainda do coro da Gewandhaus, figuravam a **Quarta Sinfonia** de Schumann (na versão de **Fantasia Sinfónica**, estreada nestes concertos em 1841), **Holofernes,** retrato para barítono e orquestra de Siegfried Matthus (1.ª audição absoluta) e **A primeira noite de Walpurgis,** sobre a balada de Goethe, de Mendelssohn. O reconhecimento das diferenças mais salientes entre as duas versões da **Quarta Sinfonia** de Schumann – uma obra que me é tão familiar na sua forma definitiva e a cujo apelo respondo sempre com um sentimento de ternura semelhante ao que se experimenta quando se reencontra um ente querido – foi sobrelevado pela atenção às tãos gabadas condições acústicas da sala. O grande auditório, de belo recorte arquitectónico, foi de facto pensado para servir uma comunicação sonora e visual de qualidade óptima igual para todos e cada um dos seus 1900 lugares. Os anfiteatros irradiam do centro, isto é, do «plateau» da orquestra, ao qual ficam sobranceiros o anfiteatro reservado aos coros e um órgão magnífico, de uma plasticidade etérea no jogo de simetrias e assimetrias de volumes, obra da empresa Schuke de Potsdam. Madeiras negras (talvez verde-negras), desenvolvendo-se em planos descontínuos, revestem totalmente as paredes da sala, cujo piso é também de madeira, de cor clara. De alcatifas, nem vestígio. Há, sim, estofos vermelhos nas cadeiras de espaldar alto dos anfiteatros, cujo factor de absorção de som terá sido levado em conta na equação das condições acústicas do recinto (para o caso, decerto pouco frequente, de haver muitos lugares vagos...).

A informação técnica menciona o tempo de reverberação de 2,1 segundos, considerado ideal e raro em salas de concertos. O resultado final – aquele som transpanrente em qualquer valor dinâmico em todas as estantes da orquestra e na massa coral, aquele som vivo, suculento, orgânico, aparentemente ampliado no leque de «nuances» e cargas expressivas – só pode ter sido alcançado graças à cooperação de técnicos especialistas de diferentes ramos, sem esquecer o papel central exercido pelo prof. Kurt Masur, que estudou a acústica dos melhores auditórios do mundo (onde tem sido convidado a reger) e acompanhou «pári passu» a construção do edifício, desde a discussão na mais alta esfera técnica ao trabalho dos operários, junto de quem se informava, com quem trocava opiniões e para quem viria a reger o primeiro concerto no edifício enfim terminado ao cabo de 57 meses.

Já as anteriores **Gewandhäuser** eram admiradas pela sua invulgar acústica. A primeira (inaugurada em 25 de Novembro de 1781, pela orquestra regida por Johann Adam Hiller, que desde 1743 realizava séries de «grandes concertos» em Leipzig) foi erigida por iniciativa do burgomestre Carl Wilhelm Muller, um amador de música que encarregou o arquitecto Dauthe da construção do auditório no interior das antigas instalações do Arsenal, mais precisamente no espaço onde então se reuniam para trocas comerciais (v.g. feiras) tecelões e negociantes de fazendas e de roupas. A nova sala situava-se no segundo e terceiro andares e não tinha contacto com as paredes exteriores, nem por conseguinte recebia luz do dia. Foi nesta primeira Gewandhaus (à letra: casa da roupa) que Wagner, jovem liepziguiano, teve a revelação das sinfonias de Beethoven. Sob o impulso de Felix Mendelssohn-Bartholdy – o primeiro chefe de orquestra no sentido moderno do termo – os concertos da Gewandhaus ganhariam enorme repercussão europeia desde 1835.

A sala não pôde resistir às solicitações crescentes de uma cidade em expansão, que de 1800 a 1871 triplicou de número de habitantes. Nota o dr. Karl Zumpe num pequeno historial apresentado no programa do Festival que a superlotação continuada da primeira Gewandhaus quase conduzira a uma catástrofe, eventualidade de que só se tomaria consciência em 1895, quando a velha sala foi demolida e se verificou que as traves-mestras já estavam parcialmente deslocadas dos seus apoios e o soalho descera 38 centímetros em relação à posição original.

Foi em 1884, na Rua Beethoven, que se inaugurou a segunda sala, onde Arthur Nikisch dirigiria os concertos de assinatura desde 1895 até ao ano da sua morte em 1922. No início da década de 30 será Bruno Walter o director dos concertos, lugar que no entanto abandona com o advento do nazismo. Entre outros chefes de orquestra ligados às tradições da casa (de ambas as casas) podem apontar-se ainda os nomes de Schumann, Mahler e Furtwängler.

A segunda Gewandhaus viria a ser destruída em 4 de Dezembro de 1943 por um bombardeamento anglo-americano que reduziria a ruínas outros edifícios do centro da cidade como a Universidade e a Ópera. Os concertos passaram a realizar-se noutros locais e só em 1976 seria decidida a edificação da terceira Gewandhaus – no âmbito de um vasto programa de construção habitacional, apresentado como «o maior da história alemã», em curso desde 1971.

Junto ao «livro aberto» da torre da universidade, concluída em 1973, e em frente da ressuscitada Ópera – uma das melhores apetrechadas do mundo, inaugurada em 1960 – a nova sala de concertos completa o enquadramento da Praça Karl-Marx de Leipzig. Estes seus três polos arquitectónicos documentam claramente a própria transformação das concepções plásticas e urbanísticas da RDA ao longo dos últimos 20 anos. Um novo conceito de beleza, baseado na simplicidade das linhas e ditado por critérios funcionais, marca na Gewandhaus o abandono de um discurso retórico.

Aspecto saliente a apontar é, deste ponto de vista, por exemplo, o da abolição real da fronteira entre «vida interior», e comportamento exterior do edifício. Assim, o enorme mural de 700 metros quadrados, do pintor de Leipzig, Sighard Gille, inspirado na **Canção da Terra** de Mahler, mural que recobre, sem soluções de continuidade, os tectos dos sucessivos «foyers» voltados para a fachada principal, como que desenrolando-se de baixo para cima em superfícies quebradas, só pode apreender-se globalmente, nesse «movimento para o infinito», quando observado de fora, da rua, através das paredes de vidro. Não se podia ser mais eloquente no propósito de simbolizar uma casa que não se quer fechada, mas aberta, em permanente expansão social.

Nesse sentido de abertura a outras manifestações artísticas de um «templo» consagrado aos sons funcionam os cerca de quarenta quadros de pintores contemporâneos da RDA, expressamente encomendados para a Gewandhaus e terminados em 1980/81. Graças a eles a casa da música transforma-se numa verdadeira galeria de pintura – da pintura contemporânea da RDA no limiar da década de 80.

Menciono, entre esses quadros, os seguintes: «Os mestres de dança – um quadro sobre as fifias», de Heidrun Hagewald, em que a guerra é o tema central; o tríptico «Tristan – Parsival Gawan» de Heinz Zander (representando respectivamente o primeiro, moribundo, no leito de um barco em pedaços nas rochas de Cornwall; o segundo a cavalo, olhando a flor de sangue que brota da neve, semeada pelo cisne que acaba de matar; o terceiro com a erva mágica na mão, entre a águia a serpente); «Para Hans Eisler – uma forma de descrever a chuva» de Núria Quevedo (alusão ao conhecido trecho do compositor, relacionado com a sua experiência cinematográfica em Hollywood); «Salomé» de Ulrich Hachulla (cujas referências à actualidade podem ter sido inspiradas numa recente encenação de Kupfer na Ópera do Estado de Berlim); «Cantor de rock» de Willi Sitte (onde se reconhece a agressividade da pincelada e das cores, tão característica do autor).

Finalmente, ainda uma ligação às artes plásticas, carregada de significado: «Beethoven», escultura do mestre do «Jugendstil» Max Klinger, muito bem colocada no «foyer» do pequeno auditório, qual símbolo do humanismo alemão renascido das cinzas: precisamente no local hoje ocupado pela Gewandhaus erguia-se antes da guerra o museu de artes plásticas que abrigava a obra-prima de Klinger...

Mário Vieira de Carvalho

A seguir: «Holofernes» de Siegfried Matthus por Fischer-Dieskau

Uma 'Viagem' a não perder!

Não é necessário avião, comboio ou mesmo automóvel. De autocarro ou metro chega-se depressa à Praça de Espanha e, mais ou menos a partir das 21 e 45, entra-se numa bela «Viagem», preparada com muito talento, carinho e verdadeiro rigor histórico. A ideia da «Viagem» é do Hélder Costa, raro especialista nas digressões por factos e momentos vivos do nosso tempo antigo. Nesta «Viagem», ele fala-nos de figuras que ficaram desses «anos de grandes glórias e misérias» que foram os anos dos Descobrimentos.Mas canta-nos, também, e sobretudo, coisas do «homem do povo que foi a raiz e a semente da cultura, da fazenda e da herança (de que, ainda hoje, beneficiamos)». E no centro de toda a «Viagem», Camões o poeta maior, clássico sim, mas inventivo, e comunicativo e prático.

Da forma da «Viagem» tratou a Comuna, e está tudo dito. Ou melhor, disso nada vos conto, amigos leitores, porque o bom é lá ir mesmo e entrar na fascinante «Viagem» que dura pouco mais de uma hora e que apetece continuar pelo tempo fora.

A Comuna, espaço também de cinema, concertos, exposições, teatro para crianças e outras actividades de expressão cultural, merece este discreto recado, merece «Viagens» mais concorridas e merece – aqui vai Carlos Paulo – os subsídios a tempo e horas.

Eugénio Alves

canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

Quando o Telejornal põe a careca à mostra... ao Telejornal

A qualidade do produto TV degrada-se a olhos vistos. Cerqueira, o gripado dos motores (e não só) reaparece no **Telejornal** e o facto coincide com uma das mais fortes pressões sobre a opinião pública, relativamente à situação na Polónia. E não satisfeito com a sua condução de entrevistador -ainda ajuda à missa...

Rui Romano, nas 24 horas, estava completamente desnorteado. Pior (se é possível) do que noutras ocasiões. Sem ritmo, os telespectadores não o escutam: decifram-no. Refere as manifestações, na Guatemala, organizada «contra aquilo que **apeliram** de fraude...» Apelidaram, claro. É gralha e não tem grande importância. Acontece. Mas outras expressões suas ficaram ininteligíveis. Árabe é a única língua que ele fala bem. Reparam como ele aspira os hagás? Ainda acaba na publicidade aos electrodomésticos.

Antes de ontem, José Manuel Bento falava da arte de **tecelar** o linho, ou percebi mal ou é expressão regional.

Neste aspecto, porém, ganhei ontem alguma coisa quando disseram o nome do repórter que acompanha a Angola o ministro Gonçalves Pereira. Enfim, agora já sei o nome da voz mais pavorosa de entre a colecção granguinholesca de vozes pavorosas em que se transformou o telejornal...

O serão de ontem teve um cantador (americano, é óbvio!) para substituir outra rubrica. Não deram quaisquer explicações sobre os motivos da substituição. Na RTP vigora o «quero, posso e mando». A audiência é posta diante do facto consumado e pronto: come e cala. Ninguém na RTP se julga obrigado a justificar-se e esta prática é de uma gravidade extrema. Urgentemente devem os portugueses tomar consciência de que estão sendo atacados por um cão raivoso.

Manuel Alegre ocupou a parte mais valiosa da emissão, com a sua participação em «1+1=1» -coisa que, aliás, já não se sabe o que seja. Mais do que uma palestra, mais do que um exercício de oratória, foi uma caminhada empolgante pela vida e pela obra de Almeida Garrett. Não é possível dizer mais em tão pouco tempo - e no entanto, meu Deus, a imensidão que ficou por dizer!

O que eu desejo é que os artistas aprendam bem no exemplo de Garrett, particularmente na defesa da Constituição. Falar de Garrett, conhecê-lo e amá-lo implica, em cada um de nós, uma globalidade, uma coerência a respeitar entre o que pensamos (ou versejamos) e o que vivemos.

Tás a perceber, ó Alegre?

Voltemos ao telejornal.

Publicava-se um documentário, a cores e tudo, sobre uma prisão na Polónia. Parece que a situação é «horrorosa» mas o texto apontava algumas informações curiosas. Por exemplo: os presos jogam xadrez e damas (e, a julgar pela imagens, com óptima disposição) fazem ginástica, discutem política, recebem aparelhos diversos (gravadores, pelos modos máquinas de filmar...) o que prova o «rigor» da vigilância. Diz-se inclusivamente que **«não há razões para sugerir** (reparem, nem sequer para sugerir!) **que as autoridades recorrem à violência física para a obtenção de respostas nos interrogatórios»**. Também nos dizem que o pequeno-almoço dos presos se compõe de pão, queijo, manteiga, salsichas, café...

Evidentemente que uma situação de rigor, para defesa da sociedade socialista, impõe restrições que não são de maneira nenhuma desejáveis. Mas a julgar pelo próprio texto do Telejornal, estamos muito longe de justificar uma dramatização de ofensas aos «direitos humanos». Para já, os presos na Polónia alimentam-se melhor de que a maior parte da população em muitos países do «mundo livre...» Por outro lado, afirmam fontes insuspeitas, o governo polaco actual levou a cabo nos últimos três meses um verdadeiro milagre de estabilização económica, social, cultural. E quanto ao Walesa, quem o afirma é um influente político americano: **Walesa parece exigir que os governantes do seu país lhe peçam de joelhos para negociar com ele...**

A propósito, Cerqueira entrevistou António Maria Cardoso, membro da secção portuguesa da Amnistia Internacional. A baba e as baboseiras do costume. Mas curiosa foi a posição assumida face a El Salvador. Segundo António Maria Cardoso, o caso da Polónia é mais grave porque, lá, está em causa o governo, enquanto em El Salvador são as facções que lutam entre si. «Há atrocidades de parte a parte...» ajuda o sacristão Cerqueira.

E o António Maria Cardoso está de acordo. Mas, pouco depois, uma voz «off» dizia o seguinte: **A Amnistia Internacional** (ali representada, como já disse, pelo sr. António Maria Cardoso) **sediada em Londres denunciou em relatório agora publicado as atrocidades cometidas pelo exército salvadorenho contra as populações civis. Os ataques do exército não são dirigidos apenas contra presumíveis opositores mas também contra milhares de pessoas cuja única culpa é encontrarem-se em zonas abrangidas pelas operações.**

Por esta não esperava o Cerqueira. Foi, o que se chama, uma grande «cachola». Quer dizer: por um providencial acaso, o Telejornal encarregava-se de desmontar a indecente manipulação organizada no Telejornal!

Precisam de olear melhor a máquina...

SESSÃO DE DEBATE

O PCP E A SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL

A "AD" não serve!

Piorou a vida dos portugueses!

Leva o país ao desastre e à ruína!

Quer controlar as Forças Armadas e levar à demissão o Presidente da República, eleito em 7 de Dezembro, por larga maioria do povo português!

O que a "AD" prepara, é um verdadeiro golpe, com o apoio de Mário Soares!

Por isso É NECESSÁRIO E URGENTE DEMITIR O GOVERNO "AD" BALSEMÃO!

DIA 10 MARÇO ÀS 19,30 H.

CASA DO ALENTEJO

com OCTÁVIO PATO

MEMBRO DA C.POLITICA DO C.C. DO P.C.P.

Pelas Organizações do COMÉRCIO/ESCRITÓRIOS GRÁFICOS / HOTELARIA do C.L.L. do P.C.P.

PCP

SERVIÇOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Serviços de alojamento

R. Gonçalves Crespo, n.º 20 — 1100 Lisboa

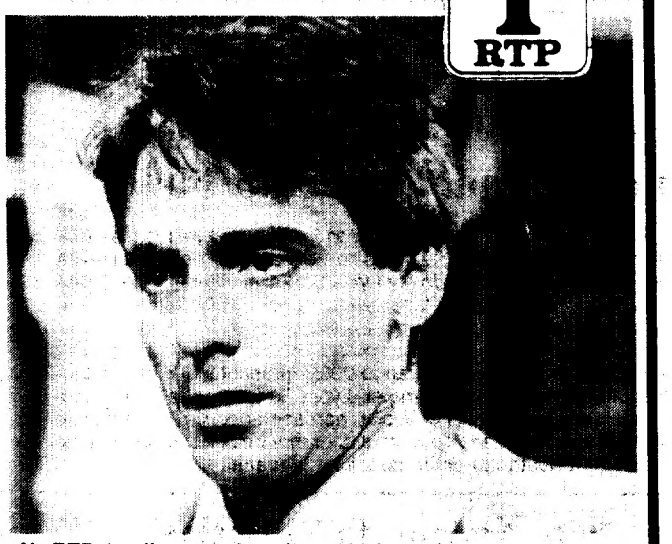
PEDE-SE ÀS PESSOAS QUE ESTEJAM INTERESSADAS EM ALUGAR QUARTOS A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS QUE CONTACTEM PESSOALMENTE ESTES SERVIÇOS SOCIAIS OU ATRAVÉS DOS TELEFONES: 53 87 02 ou 53 87 03

Manuel Rafael, Lda.

TUDO EM MATERIAL ELÉCTRICO

TV. DO FORNO, 7-A (AO ROSSIO) T. 371001/2

Hoje



Na RTP-1 exibe-se esta noite o 101.º episódio da telenovela «Olhai os Lírios do Campo»

1 RTP

17.37 **Sumário**
17.40 **Tempo dos Mais Novos**
18.15 **País, País**
18.45 **Onde Fica Isto?** – Terras Escondidas.
19.15 **«Olhai os Lírios do Campo»** – episódio n.º 101.
19.55 **O Tempo**
20.00 **Telejornal**
20.30 **E Sempre Bom Saber.**
21.00 **Noite de Cinema** – «O Planeta dos Macacos».
22.45 24 Horas

Para os mais novos, na RTP-2 mais uma aventura de «Sítio do Picapau Amarelo»

2 RTP

18.15 **País, País**
18.45 **«Sítio do Picapau Amarelo»**
19.10 **Desporto Plural**
19.35 **Documentário**
20.00 **Informação/2**
20.30 **A Árvora das Patacas**
22.00 **Eurovisão** – patinagem artística.

Amanhã

1 RTP

11.52: Binário; **12.25**: «Ciranda de Pedra»; **13.00**: Primeiro Jornal; das **13.20** às **17.20**: Ciclo Preparatório TV; **17.37**: Sumário; **17.40**: Tempo dos Mais Novos; **18.15**: País, País; **18.45**: Res-Pública; **19.25**: «Olhai os Lírios do Campo» – episódio n.º 102; **19.55**: O Tempo; **20.00**: Telejornal; **20.30**: «Raízes»; **21.30**: Primeira Pagina; **22.30**: Patinagem artística; **23.00**: 24 Horas.

2 RTP

18.15: País, País; **18.45**: «Sítio do Picapau Amarelo»; **19.10**: Êxitos de Ontem na RTP; **19.3**: Desenhando Sobre Música; **20.00**: Informação/2; **20.30**: Museu do Cinema; **21.00**: Complemento Directo; **22.00**: «Gaston Phébeu, o Leão dos Pirenéus» – 3.º episódio; **23.00**: 24 Horas.

GRUNDIG

qualidade em toda a linha!

1 RTP «O Planeta dos Macacos» (21.00)

Patinagem Artística (22.00) 2 RTP

Alem de um programa à escolha oferece-lhe

CAMPO VIRADO

Resumo do episódio de hoje

Eugénio diz a Ernesto que esteve com Madalena pouco antes dela deixar a cidade e aconselha o irmão a não pensar mais na mulher.

Dora, a um polícia que andava nas ruas à procura do namorado, enquanto Isabel pede a Eugénio que procure ajudá-la a encontrar a filha. Eugénio acede.

Numa rua deserta, Dora é assaltada por um gatuno que lhe rouba a mala de mão e a deixa a gritar por socorro, caída no chão.

Em Nova Itália, Frida, em conversa com Olívia, diz-lhe que Carlo e Antonieta saíram sozinhos no dia anterior.

ASSISTENCIA TECNICA GRUNDIG

NACIONAL RÁDIO – Rua B. Jesus Caraça, 17 Cruz Quebrada – Tel. 21128711

ADOQUE teatro

TELEF. 87 44 76

ESTREIA. 6.ª-FEIRA ÀS 20,30 H.

BILHETES À VENDA PARA A ESTREIA E PRIMEIRA SEMANA

2.as, 3.as e 5.as feiras às 21,30 horas
6.as e Sábados às 20,30 e 23 horas
DOMINGOS às 16 e 21,30 horas
Folga à 4.ª feira

A ÚLTIMA REVISTA NO MARTIM MONIZ

com HENRIQUE VIANA • DELFINA CRUZ • ANTÓNIO MONTEZ • MAGDA CARDOSO • ANTÓNIO FEIO • CREMILDA GIL • MARIA VIEIRA • VIEIRA D'ALMEIDA • CARLOS GUIA

à frente dum elenco cada vez mais jovem!!!

GTH GRUPO TEATRO HOJE

TEATRO DA GRAÇA

Tv. S. Vicente, 11 — Tel: 875626

«O RUFIA NA ESCADA»

DE JOE ORTON

DE 4.ª A SÁBADO ÀS 22.00 H
MATINÉE SÁBADO ÀS 17.00 H
DOMINGO SÓ ÀS 17.00 H

A BILHETEIRA ABRE ÀS 19.00 AOS DIAS ÚTEIS E ÀS 15.00 NOS FINS-DE-SEMANA.
DURANTE O DIA MARCAÇÕES PELO TEL. 875626.
ENTRADA GRATUITA AOS SÓCIOS DA VOZ DO OPERÁRIO.
ESPECTÁCULO INTERDITO A M/13 ANOS
SUBSIDIADO PELO MINISTÉRIO DA CULTURA

roteiro cultural

Teatro

«Fernão, Mentes?», espectáculo que a Barraca tem estado a apresentar com êxito no seu espaço da R. Alexandre Herculano (de 3.ª a sábado, às 21.30, e aos domingos às 16 horas), vai dar sessões especiais para as escolas do ensino secundário, correspondendo assim ao pedido de alunos e professores que manifestaram interesse em ver a adaptação de Hélder Costa da «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto.

O TAS-Teatro Animação de Setúbal estreia hoje naquela cidade, às 21.30, no Teatro de Bolso (antigas Finanças), a peça de Eduardo Manet «Lady Strass».

O Teatro Infantil é uma área que a Câmara Municipal de Évora (com um trabalho notável e exemplar no campo da cultura) não quer descurar no sector do ensino primário. Deste modo, o grupo de teatro Joana irá fazer uma série de espectáculos no Teatro Garcia de Resende com a Delegação Escolar do Concelho de Évora. Hoje, amanhã e depois estão previstos dois espectáculos por dia, às 10.30 e 15 horas. No sábado, o mesmo espectáculo dará mais duas sessões, às 11 e 16 horas, para o público da cidade. As entradas são gratuitas.

Entretanto, na continuidade das acções culturais nas freguesias do concelho, os Serviços Culturais da Câmara Municipal de Évora estão a promover espectáculos teatrais pela Companhia do CCE que apresenta a peça «A Grande Imprecação Diante das Muralhas da Cidade», de Tankred Dorst. Hoje, a referida peça será apresentada em Torre de Coelheiros e amanhã em Valverde. Ambas as sessões principiam às 21 horas.

O TEAR volta apresentar «Inês Pereira» no Porto, regressando ao Auditório Nacional Carlos Alberto para dar mais uma série de espectáculos com aquela farsa vicentina. As representações terão lugar amanhã e sexta-feira, às 22 horas, e no sábado às 15 e 22. De seguida vai o espectáculo ser apresentado no Teatro da Academia Almadense, encerrando o III Encontro da Descentralização Teatral.

A Barraca continua a apresentar com êxito «Fernão, Mentes?», adaptação de Hélder Costa da «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto

Cinema

O ciclo «Burgueses e Proletários», que o Instituto Alemão tem estado a apresentar por ocasião da exposição do famoso gravador e fotógrafo berlinense Heinrich Zille, ali patente, prossegue amanhã com a exibição, às 18.15, de «A Mãe Krause» (1929), de Piel Jutzi; às 21.15, será projectado o filme «Os Homens entre Si» (1926), de Gerhard Lamprecht. Na sexta-feira, às 21.15, passam «A Escada das Traseiras» (1921), de Leopold Jessner, e «Kaiser, Burgueses das Traseiras» (1921), de Leopold Jessner, e «Kaiser, Burgueses e Camaradas», montagem de documentários mudos, das primeiras décadas deste século, sobre Berlim.

Música

Acaba de ser publicada a edição n.º 60 da revista «MC-Mundo da Canção», com muitos e variados temas, entre os quais a evocação das obras mais significativas da música portuguesa, produzidas pelo Quarteto 1111, Carlos do Carmo, Sérgio Godinho, Brigada Victor Jara, Trovante, Vitorino, Terra a Terra, José Afonso, Luís Cília, Júlio Pereira e José Barata Moura. Ainda no campo da música portuguesa destaque para uma longa e documentada entrevista com a Brigada Vítor Jara e um trabalho de análise à obra do grupo Trovante.

Em exclusivo, publica-se uma entrevista a Chico Buarque, realizada por um outro grande nome da música latino-americana, Daniel Viglietti.

Exposições

Guilherme Parente expõe 47 pinturas sobre marfim na Galeria Tempo (Rua Nova de S. Mamede, 17). A mostra é amanhã inaugurada e vai estar aberta até 30 de Março. Horário: todos os dias das 16 às 22 horas.

A primeira exposição de artes plásticas do SITAVA (Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos) está patente ao público na sede daquele Sindicato (R. da Palma, 278, 2.º) até ao próximo dia 17, integrando 13 trabalhos de Humberto de Castro, José Onofre e Victor Paula.

III ENCONTRO DA DESCENTRALIZAÇÃO TEATRAL
ALMADA 12, 13 e 14 MARÇO 1982

ESPECTÁCULOS

DIA 12 ÀS 21.45: «A EXCEPÇÃO E A REGRA», de B. BRECHT
encenação de P. Schroth e P. Kleinert
pelo GRUPO DE CAMPOLIDE

DIA 13 ÀS 21.45: «A GRANDE IMPRECAÇÃO DIANTE DAS MURALHAS DA CIDADE», de T. DORST
encenação de F. Mora Ramos
pelo CENTRO CULTURAL DE ÉVORA

DIA 15 ÀS 21.45: «A FARSA DE INÊS PEREIRA», de GIL VICENTE
encenação de Castro Guedes
pelo TEATRO ESTÚDIO DE ARTE REALISTA

TEATRO DA ACADEMIA ALMADENSE
Tel. 275 2175

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
BANCO FUNDADO EM 1864
PAGA OS MAIS ALTOS JUROS DA BANCA

COTAÇÕES DE NOTAS	(Por unidade) COMPRA	VENDA
AFRICA DO SUL (rand)	61$30	66$30
ALEMANHA FED. (marco)	29$05	30$15
AUSTRIA (xelim)	4$05	4$25
BELGICA (franco)	1$426	1$626
BRASIL (cruzeiro)	$240	$490
CANADA (dólar – notas de 1 e 2)	56$10	58$10
(notas de 5 a 1000)	56$60	58$60
DINAMARCA (coroa)	8$65	9$05
ESPANHA (peseta)	$628	$728
EUA (dólar – notas de 1 e 2)	68$30	70$30
(notas de 5 a 1000)	68$80	70$80
FINLANDIA (marka)	15$10	15$70
FRANÇA (franco)	11$20	11$90
HOLANDA (florim)	26$50	27$50
IRLANDA (libra)	102$85	106$85
ITALIA (lira)	$049	$059
JAPAO (iene)	$264	$299
NORUEGA (coroa)	11$45	11$95
REINO UNIDO (libra)	124$30	128$30
SUECIA (coroa)	11$85	12$45
SUIÇA (franco)	36$90	38$00
VENEZUELA (bolivar)	13$80	14$80

Observações:
1. – No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. – Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil.

STAR TURISMO VIAGENS
UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO
Lisboa Estoril Porto Guimarães Faro Portimão Madeira e Açores

rádio

Antena Um

17.00: Ovo de Colombo; **17.15**: Cassette extravagante; **17.30**: Ontem manchete de amanhã; **18.05**: A década prodigiosa; **18.50**: Catequese semanal do Papa João Paulo II; **19.00**: Música; **20.00**: Ler, oubir e falar – sinfónico incompleto; **21.00**: Toda a gente é pessoa; **21.30**: Programa da noite; **23.30**: Último jornal.

Programa 2

15.30: 14 canções, segundo a sequência do «Enterrado Vivo», de Gottfried Keller, op. 40, de Othmar Schoeck; **16.15**: Música sinfónica; **18.05**: Música portuguesa; **19.00**: O canto e os seus intérpretes; **19.50**: Sonatina, para violoncelo e piano, de Filipe Pires; **20.10**: A voz de Roma; **20.20**: Obras religiosas, de Marc-Antione Charpentier; **21.00**: Aspectos da história do teatro; **21.40**: Concerto sinfónico; **23.30**: Música de câmara; **00.30**: Suite n.º 6, em ré maior, para violoncelo, BWV 1012, de Bach; **01.00**: Fecho. Noticiários de hora a hora.

Rádio Comercial (283, 290 e 397m)

14.03: Matinée; **15.45**: Teatro trágico; **17.03**: Hora, ora; **20.03**: Tempo de espectáculos; **20.30**: Quando o telefone toca (1.ª edição); **21.03**: Quando o telefone toca (2.ª edição); **21.30**: Quando o telefone toca (3.ª edição); **22.03**: Portugal e a CEE; **22.15**: Religiosos; **22.30**: Tempo de espectáculos; **23.08**: 24.ª hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.03: O vapor; **16.03**: Rock em stock; **18.03**: Círculo em FM; **19.03**: Em órbita; **20.03**: Espaço 3 P; **21.03**: Abandajazz; **22.03**: Café concerto. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

16.00: Aqui e agora; **17.00**: Jornal da mulher; **18.15**: Igreja em notícia – palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Programa da LAR; **19.30**: Nota de abertura; **20.00**: Dê no vinte; **21.00**: Quando o telefone toca; **21.30**: Pentagrama; **22.00**: Mesa redonda sobre o aborto; **23.05**: Música; **23.30**: Nota de abertura; **23.55**: Meditando. Grandes blocos noticiosos às **19.30** e **23.30**. «Flashes» informativos de hora a hora.

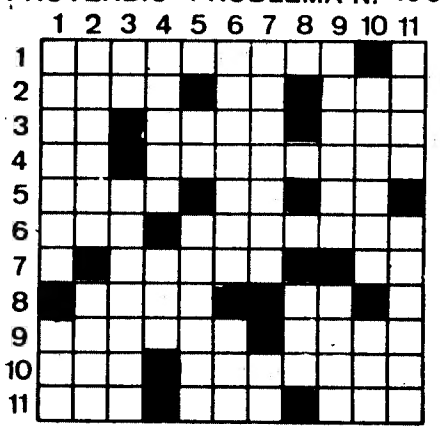
O programa da Onda Média de Muge é igual ao OM e FM de Lisboa, excepto nos seguintes casos: **21.00**: Textos e pretextos; **21.30**: Via Láctea.

Tiragem média diária do mês anterior: 43 493 exs.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 13 372

HORIZONTAIS:
1 Interrogar.
2 Mamífero desdentado espécie de tatu. Clima. Ecoo. (inv.).
3 Pronome pessoal. Grito (fig.). Nome de letra.
4 Antes de Cristo. Urdires.
5 Cidade da Nigéria. Duas consoantes desiguais. Prefixo de negação.
6 Pega. Amalucada.
7 Glóbulos. Era cristã.
8 Espadim. Érbio (s.q.).
9 Relatou. Nome de uma orquídea da ilha Maurícia, cujas folhas servem para preparar uma infusão aromática e digestiva, chamada chá-de-borbom.
10 Freguesia do concelho de Almeida. Cinzel especial para cirurgia.
11 Saudável (inv.). Nome de astro. Ilha da Polinésia cuja capital é Honululu.

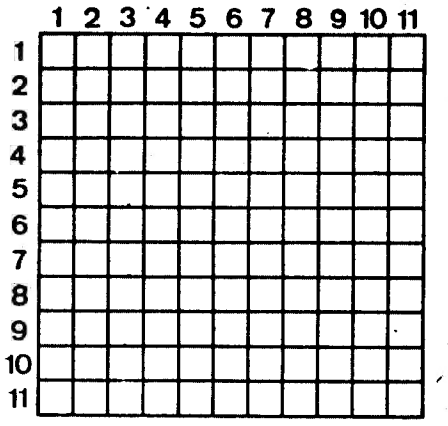


VERTICAIS:
1 Freguesia do conselho de Alcobaça. Recusa.
2 Heróicos. Mulher muito formosa.
3 Batráquio. Casa com aparelhagem para fazer vinho ou azeite. (pl).
4 Subterrâneo. Zombar.
5 Caminhar. O maior dos poetas portugueses.
6 Freguesia do conselho de Mirandela. Costume.
7 Instrumentos de vidro usados nalguns laboratórios. Cloro (s.q).
8 Guisado de camarões com ervas. (Bras.).
9 Rataria. Raspo.
10 Desconsidera. Arara.
11 Empregues. Tombou.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9232

HORIZONTAIS:
1 Capital da Suécia.
2 Sentir ânsia de. Classe de tropa.
3 Cidade de Itália. Cidade da Jugoslávia.
4 Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal. Limpa com vassoura.
5 Substância que tinge de azul. Prata (s.q).
6 Urde. Catedral. Miriare.
7 Garantia de pagamento de uma letra dada por terceiros. Que dura um ano.
8 Afie. Nome de homem.
9 Torne a contar. Tempo do verbo haver.
10 Antigo Testamento. Artigo indefinido. Satélite de Júpiter (inv).
11 Esmoncai. Cobalto (s.q).



VERTICAIS:
1 Cidade do alto Egipto, junto do Nilo. Espécie de esquilo lanoso.
2 Descalçadela (pop). Tabaco moído para cheirar.
3 Sinal ortográfico. Biscoitos revestidos de calda de açúcar.
4 Vila e concelho do distrito de Aveiro. Velhaco.
5 Animal doméstico. Cidade da Alemanha.
6 Sufixo que designa estado. Cidade de Espanha.
7 Prevenirem.
8 Freguesia do concelho de Vila Nova de Gaia. Antes de Cristo.
9 Rezar. Cidade da China.
10 Apelido.
11 Freguesia do concelho de Pinhel. Suspiros.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 371

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 CÂNTARO. Apt.	1 Caazapa. SOA.
2 Apeio. VAZIO.	2 Aprovado. Li.
3 Arrás. Atola.	3 Nervosos. Or.
4 Zovo. Creta.	4 Tiao. Citara.
5 Avô. Roi.	5 Aos. Rodin.
6 Páscoa.	6 AAA. Ba.
7 Adoidada.	7 Ovar. Nas.
8 Óstia. Ragu.	8 Ateimar.
9 An. Cri.	9 Azoto. Acna.
10 Olor. Barnet.	10 Pilara. Grei.
11 Airadas. Aio.	11 Toa. MUITO.

Provérbio: CÂNTARO VAZIO, SOA MUITO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7231

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Janauí. Jeje.	1 Juncais. An.
2 Ulom. Miado.	2 Ala. Uman.
3 Nato. Nega.	3 Nota. Socado.
4 Arco. Or.	4 Amordaçaram.
5 Au. Dosais.	5 Coli.
6 Saltariam.	6 Impostora.
7 Ócio. Omo.	7 Aa. Siar.
8 Uçá. Rs. Uso.	8 Janeiro.
9 Amargai.	9 Ede. Simular.
10 Nada. Avaro.	10 Jogo. Aos. Ri.
11 Nomear. Rir.	11 Arem. Odor.

cartaz de cinemas e teatros

abCINE 803055

Centro Comercial de Alvalade

SALA A

Às 14.30, 16.30, 18.30, 21.45 e 24
– N. ac. men. 13 a.
O MISTÉRIO DA ÁGATA
c/ Dustin Hoffman

SALA B

Às 14.45, 17, 19, 21.30 e 23.45
– N. ac. men. 13 a.
007 OPERAÇÃO RELÂMPAGO
c/ Sean Connery

ALVALADE 897480

Av. de Roma

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
A ROSA VERMELHA

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A

Às 13.30, 15.30, 17.30 19.30, 21.30 e 23.30 – N. ac. men. 13 a.
A VIDA É BELA!?
Um filme de Luís Galvão Teles
3.ª Semana

AVIS 547163

Av. Duque de Ávila, 45

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A SECRETÁRIA PARTICULAR DO MEU PAI
c/ Maria Rosaria Omaggio e Renzo Montagnini

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
OS SALTEADORES DA ARCA PERDIDA
Um filme de Steven Spielberg
42.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Não ac. men. 13 anos

ENSINA-ME A VIVER

CASTIL 530194

Rua Castilho

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
UMA LOUCA HISTÓRIA DO MUNDO
O filme de Mel Brooks
2.ª Semana

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
(Não acons. menores 13 anos)
HANGAR 18
4.ª Semana
Às 24 – Int. men. 18 a.
UM NOVO AMANHECER

CINEBOLSO 573407

R. Actor Taborda, 27-B
Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– Int. men. 18 a.
SEXO CONTRA-RELÓGIO
Pornográfico – Hardcore

Às 24 – Int. men. 13 a.
OS CÃES DO ÓDIO

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
TARZAN, O HOMEM MACACO
c/ Bo Derek, Richard Harris
Às 24.00
UM CRIME NO EXPRESSO DO ORIENTE

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15

Às 14.15, 16.30 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
O TIGRE EM FÚRIA
Um filme de Io Lopo

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
Um furacão feito cinema!
O PROFISSIONAL
c/ Jean Paul Belmondo
Colorido

EDEN 320768

P. dos Restauradores, 21

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
A VIDA É BELA!?
c/ Nicolau Breyner, Margarida Carpinteiro
e Io Apoloni

ESTÚDIO 555134

Alam. Afonso Henriques, 35
Às 15.30, 18.30 e 21.30
Não ac. men. 18 anos
VIOLÊNCIA SELVAGEM
c/ Marie Christine Barrault
e Michel Piccoli
Um filme de Francis Girod – 4.ª Semana

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B
Às 14.15, 16.45, 19 e 21.30
– Int. men. 18 a.
Prémio da crítica americana para o melhor filme estrangeiro
O PIXOTE
c/ Fernando Silva e Marília Pera a melhor actriz de 1981

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35
Às 15.15, 18.30 e 21.30
– Int. men. 13 a.
Belmondo um furacão feito cinema!
O PROFISSIONAL
Um filme de Georges Lautner
3.ª Semana

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
Na romântica Budapeste dos anos 30...
AS HERDEIRAS
c/ Isabelle Hubert e Lili Monori
6.ª Semana

LUMIAR 79 52 96

Calçada de Carriche, 38

Às 21.30 – N. ac. men. 18 a.
Ele viu sem querer e por fim fez justiça
A TESTEMUNHA INVISÍVEL

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Alvares Cabral, 37

Às 15.30, 18.30 e 21.30
Int. 13 anos
O CLÃ DAS AMAZONAS

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha

Às 15.15, 18.15 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A CALÚNIA
Um filme de Sydney Pollack

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 18 a.
PARA ALÉM DO MAL
Às 24
FRANKESTEIN CRIOU UMA MULHER
c/ Terence Fosher

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 a 20

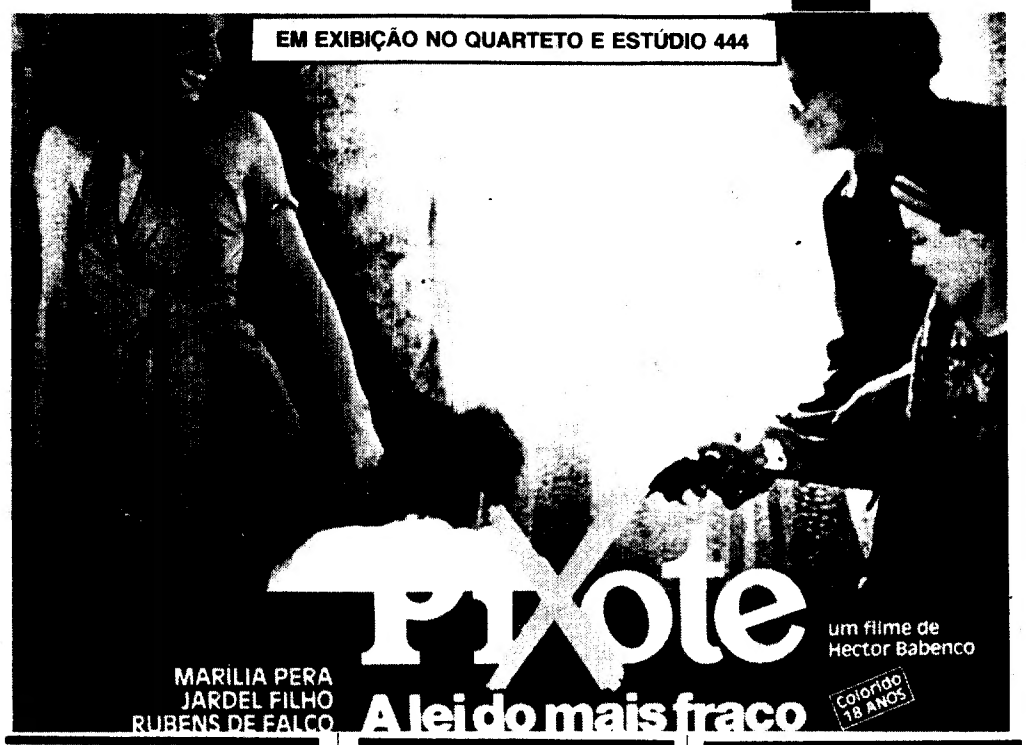
Às 15.15, 18.15 e 21.30
– Int. men. 18 a.

VINGANÇA DUMA MULHER

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
CONFLITO FINAL
c/ Rossano Brazzi, Don Gordon
e Lita Harrow
Colorido



QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1

Às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24
– Int. men. 18 a.
PIXOTE, A LEI DO MAIS FRACO

SALA 2

Às 14, 16.30 e 19
Fantasporto/82
Estreia às 21.30 e 23.30
LOOKER

SALA 3

Às 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.15
– Int. men. 13 a.
A TERCEIRA GERAÇÃO

SALA 4

Às 15, 17, 19, 21.15 e 23.15
– Int. men. 18 a.
DUAS MULHERES APAIXONADAS

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N

Estreia às 15, 17, 19 e 21.30
AS NOITES DE EMANUELLE NEGRA
Um filme de Joe Damato

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20
As 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
O REGRESSO DO JUSTICEIRO DA NOITE
c/ Chuck Norris, George Murdock
e Terry O'Connor
Colorido

S. JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175

S. JORGE SALA 1

Às 15.15, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A AMANTE DO TENENTE FRANCÊS
c/ Meryl Steep e Jeremy Irons
11.ª Semana

S. JORGE SALA 2

Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45
Int. men. 18 anos
Bad Timing
FORA DE TEMPO
de Nicolas Roeg
6ª Semana

S. JORGE SALA 3

Às 14, 16.15, 18.45 e 21.15
– N. ac. men. 13 a.
O HOMEM DAS CAVERNAS
c/ Ringo Starr e Barbara Bach
3.ª Semana

SATÉLITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61

15.00 17.00 19.00 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
FANTASIAS NOCTURNAS
c/ Cindy Pickett e Barry Primus
Um filme de Roger Vadim

7.ª ARTE 730715

Av. República, à Est. de Entre Campos Junto ao n.º 68
Às 14.45, 17, 19.10 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A AMANTE DO TENENTE FRANCÊS
Às 24
007 VIVE E DEIXA MORRER

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 14.30, 18 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
UNS E... OS OUTROS
70 actores de primeiro plano
16.ª Semana

TERMINAL 371573

Estação do Rossio
Sessões às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.00
Int. men. 13 anos
O PELOTÃO CHANFRADO
com Bill Murray e Harold Ramis
A mais chanfrada comédia de 1982

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A CORRIDA MAIS LOUCA DO MUNDO
Um filme de Hal Needham
Colorido
3.ª Semana

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879

Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A melhor comédia de Mel Brooks
UMA LOUCA HISTÓRIA DO MUNDO
c/ Mel Brooks, Tom DeLuise
e Madeline Kahn
2.ª Semana

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
A supercomédia do ano
MÃOZINHAS DE VELUDO
c/ Adriano Celentano

outros cinemas

Lisboa

ALFA 1 – «A Corrida Mais Louca do Mundo», às 21.30 (13 anos)
ALFA 2 – «Os Salteadores da Arca Perdida», às 21.30 (13 anos)
ALFA 3 – «Três Homens a Abater», às 21.30 (18 anos)
CITY CINE – «O Pequeno Lord», às 21.30 (13 anos)
MUNDIAL – «A Corrida Mais Louca do Mundo», às 21.30 (13 anos)
POLITEAMA – «Os Comandos de Taekwando», às 21.30 (18 anos)
RESTELO – «O Ladrão Profissional», às 21.30 (18 anos)
ROYAL – «Loucuras Americanas», às 21.30 (18 anos)
PROMOTORA – «Obsessão», às 21.30 (13 anos)
CAPITÓLIO – «Miúdas da Alta», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
OLÍMPIA – «Rádiogozo», sessões permanentes (18 anos)

Outra banda

ALMADA – Incrível – «O Milagre», às 21.15 (13 anos)
ALMADA – Academia – «Sarilhos Sobre Rodas», às 21.15 (13 anos)
ALMADA – Cine-Almada – «Vagabundos de Nova Iorque», às 21.30 (13 anos)
COSTA DA CAPARICA – Silcine – «Capítulo Segundo», às 21.30 (13 anos)
SETÚBAL – Júpiter – «A Filha do Mineiro», às 21.15 (13 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS – Stadium – «007 Vive e Deixa Morrer», às 21.30 (18 anos)
ESTORIL – Casino – «Acidente no Luna Parque», às 17.00 e 21.15 (18 anos)
ESTORIL – Palácio – «O Desvendar de um Mistério», às 21.15 (18 anos)
CASCAIS – Impala – «Bermudas Fossa de Tubarões», às 21.30 (18 anos)
CASCAIS – Oxford – «Sexo Louco», às 21.30 (18 anos)

Linha de Sintra

DAMAIA – D. João V – «Adeus Gringo», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – Cine-Plaza – «Sem Culpa Formada», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – Lido – «Três Homens a Abater», às 21.30 (18 anos)
AMADORA – Cinestúdio – «O Solteirão Amansado», às 21.30 (13 anos)
CACÉM – Cinestúdio Flores – «O Leão do Deserto», às 21.30 (13 anos)
SINTRA – Carlos Manuel – «Os Sobreviventes do Fim do Mundo», às 21.30 (13 anos)

Porto

S. JOÃO – «Vai Trabalhar Malandro», às 21.30 (13 anos)
PEDRO CEM – «O Mistério de Oberwald», às 21.30 (13 anos)
ÁGUIA – «O Clã das Amazonas», às 21.30 (13 anos)
ESTÚDIO – «Alien Volta a Atacar», às 21.30 (18 anos)
FOCO – «O Direito do Mais Forte à Liberdade», às 21.30 (18 anos)
SÁ DA BANDEIRA – «A Magia do Prazer», às 21.30 (18 anos)
LUMIÈRE-L – «Ameaça Inesperada», às 21.45 (18 anos)
LUMIÈRE-SALA A – «O Nevoeiro» às 21.30 (18 anos)
RIVOLI – «Testemunha na Ratoeira», às 21.30 (13 anos)
JÚLIO DINIS – «O Comando dos Tigres Negros», às 21.30 (13 anos)
VALE FORMOSO – «Basket Music», às 21.30 (13 anos)
PASSOS MANUEL – «Os Salteadores da Arca Perdida», às 21.45 (13 anos)
BATALHA – «Gelados Quentes, Sonhos Dormentes», às 21.45 (18 anos)
BEBÉ – «A Dama das Camélias», às 21.45 (18 anos)
OLÍMPIA – «Viemos para Gozar», às 21.30 (13 anos)
TRINDADE – «O Pelotão Chanfrado», às 21.30 (13 anos)
COLISEU – «A Corrida Mais Louca do Mundo», às 21.30 (13 anos)

farmácias

Lisboa

PERMANENTE

EUSIL, R. Barão de Sabrosa, 104 (T. 841912); **ROMA**, Av. de Roma, 85-B (T. 772466); **VALADAS**, R. da Madalena, 235 (T. 872060); **LISBOA**, R. Cláudio Nunes, 73-A (T. 703393); **CASTRO FONSECA**, R. 4 de Infantaria, 28-A (T. 688857); **REMÍSIO**, R. dos Jerónimos, 14-C (T. 631699); **MOTA CAPITÃO**, R. São Félix, 45-B-C (T. 660720); **SÁ DA BANDEIRA**, R. Marquês de Sá da Bandeira, 36-40 (T. 554672); **HIGIENE**, R. Cidade de Vila Cabral, lote 43 (T. 310026); **BRANCO**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 29 (T. 2112081); **JOLENI**, R. Dr. Alexandre Braga, 3-B (T. 910812); **BRITO**, R. do Colégio, lote 32-B (T. 993351).

REFORÇO

CHINDE, R. Agostinho Lourenço, 6-B (T. 890331); **LUPI NOGUEIRA**, R. José Dias Coelho, 4 (T. 631635); **GALENO**, Av. Óscar Monteiro Torres, 38-A (T. 774920); **LEAL DE MATOS**, R. Neves Costa, 33-35 (T. 780181); **MOZ TEIXEIRA**, R. Poço dos Negros, 117 (T. 601961); **UNIVERSAL**, R. Actor Taborda, 5-7 (T. 44158); **PATULEIA**, Al. das Linhas de Torres, 262-B (T. 790332); **LIBERAL**, Av. da Liberdade, 219 (T. 543641); TAVARES, R. da Palma, 194 (T. 863350); **BRANQUINHO**, R. dos Sapadores, 87-89 (T. 842725); **LEITÃO RIBEIRO**, R. A do Falcão, 3-A; **VAZ MARTINS**, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **NOVA**, R. Açores, 11-A (T. 910305); **MATOS**, T. Prioras (T. 2519939).

Linha de Sintra

AMADORA: Dias & Brito, Av. Marquês de Pombal, 45-A (T. 934589). Permanente; **Carmelo**, R. Elias Garcia, lote 28 (T. 933303). Até às 22 horas; **DAMAIA: Lemos**, R. de Goa, 21-A (T. 971121). Permanente; **QUELUZ: André**, Av. Elias Garcia (T. 950043). Até às 22 horas; **CACÉM: Garcia**, Av. dos Missionários, 2 (T. 2942181). Permanente; **MEM MARTINS: Cristina**, Av. Vitorino Nemésio, 14-A (T. 2914820). Permanente; **MERCÊS: Ciro Russo**, R. Abade Faria, 2-A (T. 2915275). Das 9 às 13 e das 15 às 21 horas; **RIO DE MOURO: Riomouro**, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (T. 2960194). Das 9 às 23 horas; **SINTRA: Marrazes**, Estefânia (T. 2930058). Permanente; **COLARES: Abreja** (T. 299088).

CAMARATE – Batalha – (Tel. 2518669) até às 19 horas

Linha de Cascais

TIRES: Guimarães, L. Duartes, lote A-r/c (T. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABIDECHE: Carvalho**, B. João P. Correia, 40-B (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA: Luz**. Até às 22 horas; **PAÇO DE ARCOS: Pargana**, Av. Eng. Bonneville Franco (T. 2435147). Até às 22 horas; **OEIRAS: Oeiras**, L. Henrique Paiva Couceiro (T. 2430485). Permanente; **NOVA OEIRAS: Leal**, Quinta das Palmeiras, lote 24-r/c (T. 2478737); **CARCAVELOS: Vilar**, Av. Maria da Conceição, lote 8 (T. 2470777). Permanente; **S. DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, Av. Sabóia, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas; **PAREDE: Alsir**, Av. Gago Coutinho, B. Caixas de Previdência (T. 2472948). Permanente; **SASSOEIROS: Amaral Sembiano**, Quinta das Encostas. Até às 22 horas; **MADORNA: Madeira**. Até às 22 horas; **AMOREIRA: Abrantes**, Vivenda Maria Carlos Anj. (T. 2682313). Até às 22 horas; **ESTORIL: Parque**, Arcadas do Parque, 3 (T. 260191). Até às 22 horas; **CASCAIS: Misericórdia**, R. Regimento 19, 41 (T. 280141). Permanente.

Outra banda

ALMADA: Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (T. 270271). Permanente; **COVA DA PIEDADE: Avelar da Silva**. Até às 22 horas; **LARANJEIRO: Moderna**, R. Dr. António Elvas (T. 2490305). Até às 22 horas; **COSTA DA CAPARICA: Chal**, Av. General Humberto Delgado. Até às 19 horas; **BARREIRO: Soares**, Av. da República, 1 (T. 2073023). Permanente; **SETÚBAL: Rosado Pinto**, P. do Bocage, 137; **Nova**, R. General Gomes Freire.
SESIMBRA: Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028); **AMORA: Nova Amorense**, E. Nacional, 10, bloco A, loja A (T. 2216824); **SEIXAL: Alves Coelho**, Torre da Marinha. Até às 22 horas; **MONTIJO: Giraldes**, R. Almirante Reis (T. 2310035); **MOITA: Silva Rocha**, P. da República, 16 (T. 239029); ALHOS VEDROS: Portugal, Av. da Beia Rosa, 8 (T. 204250); **ALCOCHETE: Gameiro**, L. António Santos Jorge, 15 (T. 234100).

LOURES: Sálvia, Av. da República, 29 (T. 2531240). Até às 22 horas; **MOSCAVIDE: Banha**, Av. Moscavide, 22-A (T. 2518518). Até às 22 horas; **SACAVEM: Maria**, R. Salvador Allende, lote 2 (T. 2514369). Permanente.

Porto

DE DIA E SÓ ATÉ ÀS 22 HORAS

LUSO-FRANCESA, R. Sá da Bandeira, 140; **S. JERÓNIMO**, R. de Santos Pousada, 622; **SAÚDE**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 689; **CAMEIRA**, R. do Heroísmo, 90; **ALVES**, P. do Exército Libertador, 62.

DE DIA E TODA A NOITE

VILARINHA, R. da Vilarinha, 161; **LAPA**, R. Antero de Quental, 211; **BONFIM**, R. do Bonfim, 73; **GOMES CARNEIRO**, R. de Cedofeita, 348; **FERREIRA DE CARVALHO**, R. do Bonjardim, 354.

●

Coimbra

DAS 9 HORAS ÀS 9 DO DIA SEGUINTE

MIRANDA, P. do Comércio, 41 (T. 23261).

teatros

Lisboa

TRINDADE – «Molly Bloom», às 21.30 (18 anos)
COMUNA – «A Viagem», às 21.45 (13 anos)
MARIA VITÓRIA – «Não Há Nada p'ra Ninguém», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
D. MARIA II – «Gin Game», às 21.30 (13 anos)
A BARRACA – «Fernão Mentes?», às 21.30 (13 anos)
MONUMENTAL – «Virgem Até Certo Ponto», às 21.30 (13 anos)

ENTRE A VIDA E A MORTE
O SANGUE PODE DECIDIR

PORTE PAGO

DL

PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Serviços Técnicos e Publicidade:
RUA LUIZ SORIANO, 44 – 1200 LISBOA
Telefones: 321154/5 – 320271/2/3
Publicidade: 368740

Agentes, Assinaturas e Contabilidade:
Rua Castilho, 185-1.° – 1100 LISBOA
Telefones: 654831/2/3

Serviço de noite (depois das 21)
Porteiro: 321154
Redacção: 320271/2/3
Mensagens gravadas: 320229

Endereço telegráfico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL

Delegação do Porto:
Rua do Almada, 30-2.° – 4000 PORTO
Telefones: 20954/5

MARÉS DE HOJE
PREIA-MAR BAIXA-MAR

3.27 **4,3 m** 9.13 **0,8 m**
15.49 **4,1 m** 21.21 **0,8 m**
Dia 11
4.06 **4,3 m** 9.47 **0,8 m**
16.25 **4,1 m** 21.56 **0,8 m**

TEMPERATURAS DO AR ÀS 9 HORAS

VIANA DO CASTELO	7°
BRAGANÇA	5°
VILA REAL	6°
PORTO	9°
P. DOURADAS	6°
COIMBRA	6°
C. CARVOEIRO	10°
PORTALEGRE	10°
LISBOA	10°
ÉVORA	10°
BEJA	9°
SAGRES	13°
FARO	13°
P. DELGADA	14°
FUNCHAL	15°

últimas

UM JOVEM INVESTIGADOR da Universidade de Milão descobriu a substância chave que impede a doença mais comum deste século: a acumulação de colestrol. Trata-se duma gordura do grupo das lipoproteínas que circulam no sangue, denominada Apoproteina E. A sua ausência permite que gorduras como o colestrol se fixem nas artérias, produzindo a arteriosclerose. Simultaneamente, impede que as gorduras se fixem no fígado para serem eliminadas. A descoberta do professor Giancarlo Ghiselli era ontem noticiada com o devido realce pelo jornal «Corriere della Sera».

O «GREEN PACE» Paz Verde, Movimento Ecologista Internacional colocou ontem à porta do Ministério da Agricultura de Bona dois mil globos coloridos. Um porta-voz da organização declarou que a acção visa alertar a opinião pública sobre o abate de focas bebés, que começou este ano nas águas canadianas. O «Green pace» adiantou que se prevê o abate de 200 mil crias, com consequências desastrosas para a espécie. As peles da foca servem para vestuário e calçado de Inverno e a RFA compra 80 por cento de todos estes produtos.

A NUVEM MISTERIOSA que passeia há semanas e a cerca de 16 mil metros de altitude em redor da Terra parece ser composta essencialmente de minúsculas gotas de ácido sulfúrico, o que indica a sua origem vulcânica. A confirmação é da NASA, e a conclusão saiu do exame das partículas recolhidas no sábado passado por um avião de reconhecimento U-2. Levantava-se a hipótese, também, de explosão nuclear. A hipótese vulcânica reportar-se-á a alguma erupção ocorrida há meses na Ásia, em África, ou algures no mar.

HÓSPEDE POR 10 MINUTOS faleceu subitamente nem dando tempo à chegada de socorros. Ocorreu na pensão da Rua do Crucifixo, 50 em Lisboa, onde Fernando da Cruz Nobre, de 58 anos, se havia acabado de hospedar pedindo de imediato à empregada que o ajudasse pois estava a sentir-se mal. Chamada a ambulância dos bombeiros, já era cadáver quando chegou. Sofria de angina instável, indicavam os papéis que trazia consigo.

TELEVISORES E ELECTRODOMÉSTICOS em grande procura pelos indivíduos que durante a noite se abastecem sem querer puxar os cordões à bolsa. Trezentos contos de aparelhos TV do estabelecimento da Avenida dos Combatentes, 28, em Algés; duzentos contos também em TV's e aspiradores da firma «Lamor» na Rua Garcia Resende, 3, em Queluz; trezentos e setenta contos de electrodomésticos da «Vimóveis» na Avenida Grão Vasco a Benfica, em Lisboa, e mais 120 contos de discos e aparelhagem de uma residência situada na Rua Quinta do Jacinto, 17, a Alcântara, também na capital. Para uma só noite, não foi mau o negócio.

"Para exercício de acção penal"

Remodelação do Martim Moniz alvo de investigação da PJ

A escolha do projecto para remodelação do Martim Moniz está a ser investigada pela Polícia Judiciária: as diligências foram encetadas na sequência de um exposição da EPUL à Procuradoria-Geral da República, que este órgão remeteu à PJ «para exercício de acção penal».

O respectivo processo encontra-se em segredo de justiça, segundo averiguámos junto daquela corporação. No entanto, soubemos que os investigadores têm ouvido, para apuramento dos factos, vereadores da Câmara Municipal de Lisboa e autores de projectos que se sentiram prejudicados com a escolha final, a cargo de Krus Abecasis.

A exposição da EPUL resultou, segundo soubemos, de um artigo publicado no semanário «Expresso», em 1 de Agosto do ano passado, intitulado «Martim Moniz: calcanhar de Lisboa».

De acordo com as informações prestadas pela Polícia Judiciária, as investigações ainda estão em curso, sendo portanto desconhecida a data da conclusão do processo.

As consequências da presente acção policial sobre o desenvolvimento do projecto de remodelação do Martim Moniz ainda não são conhecidas. A questão assume aprticular importância quando é sabido que estamos a poucos dias da primeira hasta pública de um terreno naquela zona da Baixa, marcada para o próximo dia 22.

O problema central levantado no artigo «Expresso» era sobre como foi declarado um vencedor entre os autores dos projectos de remodelação apresentados, quando a decisão final cabia à Cmara e esta não foi ouvida.

«A EPUL inventou um grupo de consultores que exorbitou as suas funções» - acusava, então, o arquitecto Tomás Taveira, um dos preteridos.

«Nós tentámos debater, explicar à vereação e à Assembleia Municipal o nosso projecto» - dizia, por seu turno, a equipa Silva Dias/Ferro Gomes, autora de um dos três projectos premiados mas que não passou à fase de execução. Mas só lograram ser ouvidos pelos consultores da EPUL durante 30 minutos.

A equipa vencedora (arquitectos Carlos Duarte/José Lamas), em contrapartida, afirmava que «não nos lembramos de um concurso público em que tenha havido tantos cuidados e apoios como neste».

«Oprograma indicava que, terminada a 2ª fase, os trabalhos serão apreciados e submetidos, com parecer fundamentado da EPUL, à CML, para se pronunciar sobre aquele que considere responder melhor aos interesses da cidade» - declarava Mário de Azevedo, presidente da EPUL.

O parecer desta empresa deveria ter passado pelas mãos de Abecasis, para ser submetido ao parecer da Assembleia Municipal. Mas, quando o vereador Silva Graça, da APU, perguntou ao presidente da CML quem deliberava sobre o caso, obteve a seguinte resposta: «Sou eu».

Assinale-se que o arranjo urbanístico do Martim Moniz se encontrava vinculado ao parecer da Cmara, atendendo a seis pressupostos, entre os quais o realojamento local de toda a população afectada, bem como do comércio ali existente.

Nenhum dos três projectos escolhidos, porém, contemplava esses seis pressupostos, no entender de Aquilino Ribeiro Machado, vereador do PS.

Fim do mundo adiado

'Bailado planetário' não influi nas marés terrestres

É hoje, dia 10 de Março, que todos os planetas do sistema solar se encontram num mesmo sector circular, cuja amplitude é de 95 graus. Este fenómeno, apesar de ser pouco comum, nada tem a ver com o chamado alinhamento dos planetas na mesma direcção do Sol, que começou a ser anunciado para 1982, com o livro «O Efeito de Júpiter» de 1974. Sobre este previsível alinhamento foi-nos garantido pelo director do Observador Astronómico de Lisboa, eng. Cabrita, **que tal não se passará nem em 1982, nem em qualquer data do séc. XX.**

Mas o que é que acontece de facto na esfera celeste? O eng. Cabrita elucidou-nos sobre o assunto: pelos planetas terem diferentes distâncias em relação ao Sol e por terem diferentes períodos de translação, produzem-se agrupamentos periódicos. Hoje estarão agrupados **num sector circular de 95°,** No próximo 22 de Março os **quatro planetas gigantes:** Júpiter, Saturno, Urano e Plutão estarão agrupados num **sector circular de 67.°** e no **fim de 1984** estes mesmos planetas reunir-se-ão num **sector de amplitude de 48°.**

Contando um alinhamento de planetas que não se verifica, o livro «O Efeito de Júpiter» anunciava grandes catástrofes naturais provocadas por um aumento da actividade solar. A este respeito, o director do Observatório de Lisboa referiu-nos que mesmo não havendo alinhamento, o que é verdade é que **não existe qualquer relação entre a posição dos planetas e a actividade solar.**

Citando o professor belga Melchior, o eng. Cabrita disse-nos que a maré provocada por Júpiter na superfície solar é inferior a 1mm. Quando Vénus e Júpiter, os planetas que exercem uma maior influência sobre oa massa solar, se encontram alinhados na mesma direcção do Sol, o efeito da deslocação dessa massa é de cerca de 1m, o mesmo que se todos os planetas se alinhassem, vistm os mais distantes não exercerem uma influência significativa. Ora acontece que **Vénus e Jupiter se alinham anualmente, frente ao Sol, de 4 em 4 meses.**

Em relação a possíveis alterações na superfície da Terra e nas marés oceânicas pelo alinhamento dos planetas, foi-nos referido que mesmo que os planetas se alinhassem à mais curta distância da Terra, **o efeito de maré seria 14 mil vezes menor do que o exercido habitualmente pela Lua.** Vários exemplos nos foram dados desmentindo a possível influência da actividade solar nos tremores de Terra, entre eles um que diz respeito ao terramato de 1755. Este teve lugar num ano de mínima actividade solar.

Pode o leitor estar descansado pois ainda nãm é desta que assistirá ao fim do Mundo. Pode no entanto passar umas noites agradáveis prescrutando o Espaço e tentando observar Marte, Vénus, Saturno e Júpiter, que se verão à vista desarmada entre o Nascente e o Sul.

Parlamento desmonta "insurreição"

Continuação da pág. 1

Ao longo da sua intervenção, César Oliveira equacionou três questões fundamentais: a actividade das forças de segurança, o relacionalento entre o MAI e o poder local, e a actuação do ministro Ângelo Correia no dia 12 de Fevereiro.

Quanto à primeira, e depois de ter dito que não couve uma reestruturação de fundo das PSP e da GNR depois do 25 de Abril, três perguntas concretas: sobre a existência ou não de escutas telefónicas, sobre a existência de mecanismos de coordenação dos serviços de informação, e sobre o funcionamento e as actividades do Grupo de Operações Especiais da PSP, sem que tenha sido publicado qualquer diploma legal.

Depois incidiu especialmente sobre o que foi o comportamento do MAI no dia da greve.

A resposta de Ângelo Correia foi frouxa e pouco directa. O ministro reafirmou a sua confiança na GNR e na PSP, dissertou sobre o terrorismo, citou comunicados das FP 25, considerou este grupo um perigo para a democracia.

Da parte do grupo estiveram no hemiciclo Pinto Balsemão, Freitas do Amaral, Menéres Pimentel e Fernando Amaral.

Nas tribunas Vítor Alves.

Câmara de Lisboa vai matar ratos ... e deixar matar Clube Nacional de Natação

A desratização de Lisboa vai ser iniciada em Maio, segundo anunciou o vice-presidente da Câmara, Pedro Feist, na última reunião de vereadores. O mesmo responsável anunciou que o único obstáculo à construção de imóveis no terreno actualmente ocupado pelo Clube Nacional de Natação, à Rua de S. Bento, é o da dificuldade de escoamento do tráfico automóvel.

Quanto aos ratos, temos que, segundo Pedro Feist, vai ser desencadeada uma larga operação de desratização, que contará com a colaboração dos municípios limítrofes. Encontra-se já assegurada a colaboração da Direcção-Geral de Saúde e da Administração do Porto de Lisboa.

A questão do Clube Nacional de Natação foi abordada com um pequeno truque: que a orientação do Executivo Abecasis não difere da que foi adoptada pelo de Aquilino Ribeiro Machado. Ou seja, tanto quanto sabemos, este presidente da CML terá admitido a hipótese de construções imobiliárias no parque da Rua de S. Bento.

O vice-presidente da CML não fez, no entanto, uso, tanto do parecer dos competentes serviços camarários – a Direcção dos Serviços de Urbanização –, que foi desfavorável, e do que está previsto para a zona no Plano Director de Lisboa.

Pedro Feist e certamente Abecasis, referem que o grande problema é o de escoamento de tráfego automóvel, bastamente aumentado com a construção de habitações e escritórios naquele local, actualmente um bem público numa zona extremamente carênciada. Ali se encontra o melhor parque desportivo da capital.

Vistas as coisas por este ângulo, o segundo maior responsável da Câmara de Lisboa, eleito pela AD, diz que não será autorizada a construção nos terrenos actualmente ocupados pelo Clube Nacional de Natação, enquanto... não for alargada, no projecto, a frente para a Rua de S. Bento e a criação de uma ligação à Rua de S. Bernardo.

A vereação foi unânime, na reunião camarária de segunda-feira, quanto à cedência de uma parcela de terreno, na zona 1 de Chelas, para que a Cerci – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas – construa uma oficina.

O mesmo não aconteceu quanto a propostas de cedências de terrenos à PSP, para construção de uma esquadra na zona 2 de Chelas. Aí funcionou a maioria. Abecasis salientou a importância da construção de um quartel da PSP naquela zona, para a segurança das populações.

A CML estava reunida no «Dia Internacional da Mulher». E a APU aproveitou para apresentar uma moção, que Feist reformulou. E daí resultou que «a Câmara Municipal de Lisboa saúda todas as mulheres portuguesas e decide associar-se à homenagem a Maria Lamas».

FÉRIAS NA PÁSCOA

EGIPTO
Cruzeiro no Nilo
3 a 10 de Abril

GRÉCIA
Uma Semana em Atenas
4 a 10 de Abril

GRÉCIA E TURQUIA
Atenas e Istambul
3 a 11 de Abril

PARIS
4 dias (8 a 11 de Abril)
7 dias (4 a 10 de Abril)

ROMA
4 dias (9 a 12 de Abril)
9 dias (3 a 11 de Abril)

CRUZEIROS

PÉROLAS DO MEDITERRÂNEO
Barcelona - Palma de Maiorca - Tunez
Palermo - Capri - Genova - Barcelona
4 a 11 de Abril
a bordo no navio «Ausonia»

MEDITERRÂNEO ORIENTAL
Barcelona - Heraklion - Alexandria
Port Said - Ashod - Haifa - Limassol
Barcelona
2 a 12 de Abril
a bordo no navio «Eugénio C

informações e reservas:
Europeia AGÊNCIA TURÍSTICA
LISBOA - Av. da Liberdade, 233 - Tel. 53 61 21
LISBOA - Av. de Roma, 35-A - Tel. 76 08 15
PORTIMÃO - Av. Tomaz Cabreira, s. n.
Praia da Rocha - Tel. 2 33 77
membro WATA em Portugal - OPERADOR - Alvará n.º 23